



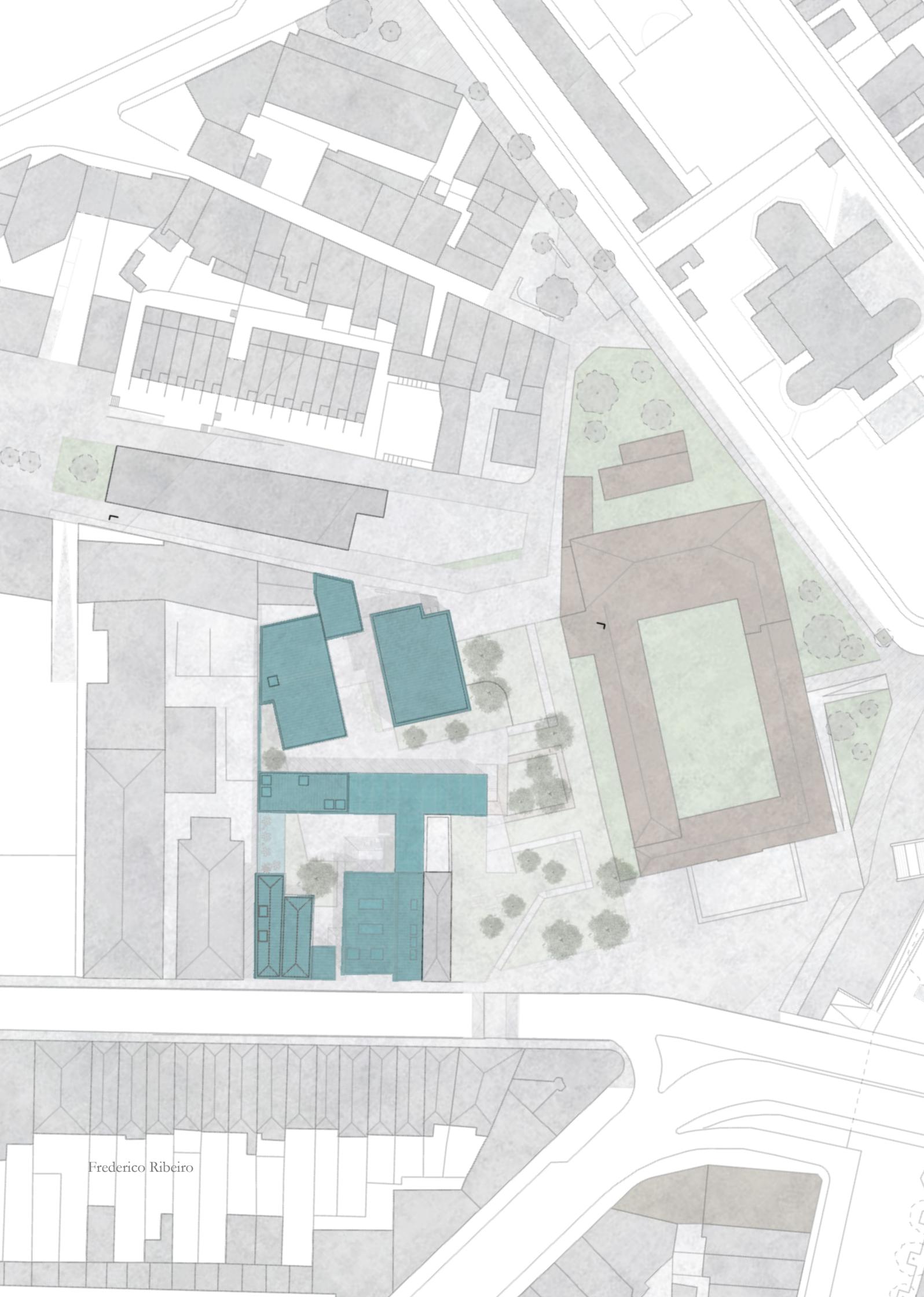
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Frederico Real Martins Ribeiro

ENTRE VIVÊNCIAS
CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAÍNHAS COMO
LUGAR DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura orientada pelo Professor Doutor José Fernando de Castro Gonçalves e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2022



Frederico Ribeiro



ENTRE VIVÊNCIAS

O CENTRO DE CONVÍVIO DAS
FONTAÍNHAS COMO LUGAR DE
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Nota:

O documento segue o novo Acordo Ortográfico; Utiliza-se para citações, por decisão do autor, a Norma APA, edição 7th.; Para a melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

Aos meus pais e minha irmã pela liberdade de ser e pela segurança de ter sempre um chão onde pisar.

Ao meu orientador Professor doutor José Fernando de Castro Gonçalves, pelo acompanhamento, exigência e conhecimento passado ao longo do desenvolvimento do trabalho.

À Arminda Costa, Cristina Pimenta, Nuno Nina Martins e os colaboradores do D'arq , por toda a simpatia, educação e compreensão nos dias menos bons na jornada dentro do Departamento.

Ao corpo docente, que se transforma em uma jornada compartilhada em direção a construção de um saber mais inclusivo e plural.

Aos amigos, por serem o porto seguro em momentos difíceis.

À vida, por mais um ciclo que se encerra e outro que se inicia.

Resumo

O aumento dos fluxos migratórios, derivados de, por exemplo, conflitos sociais (políticos, culturais e religiosos), catástrofes climáticas e crises econômicas, revelam consequências cada vez mais latentes nas cidades cosmopolitas como o Porto. Diante da complexidade do processo de globalização, e as dinâmicas globais com impactos locais, as cidades contemporâneas demonstram as tendências de orientar seu olhar para o desenvolvimento urbano, de maneira a enfrentar o panorama amplo e intrincado das relações entre diferentes agentes sociais. As políticas sociais, assim como a arquitetura, como prática e matéria de direto impacto no modo de vida de sociedades, exercem importante papel na estruturação do processo de integração ou segregação de grupos sociais no tecido urbano.

A região das Fontainhas, inscrita na freguesia do Bonfim da cidade do Porto, se revela como área de grande relevância para a consolidação de novas centralidades e desenvolvimento socioeconômico da parte oriental da cidade. Além disso, sua história de evolução urbana, registra um importante palimpsesto de decisões políticas, arquitetônicas e urbanas aferindo uma grande singularidade para as atmosferas e cultura estabelecidas em seu território. Porém, é também devido às decisões passadas que o território guarda em si, déficits populacionais e desarticulação urbana que impedem que este se posicione no território como um catalisador de novas dinâmicas urbanas.

Neste sentido, surge a necessidade de dar respostas à essas questões por meio da proposição de uma estratégia urbana e a elaboração do projeto do Centro de Convívio nas Fontainhas. Assim, o presente trabalho procura refletir sobre dinâmicas passadas que influenciaram a construção do território como é conhecido hoje, e perceber os momentos de ruptura em sua história que possam orientar as intervenções atuais, com atenção ao contexto vigente. Dessa maneira, pretende-se resolver questões globais de integração cultural, e locais de desenvolvimento social e urbano, pautados, em uma visão integradora de diversos saberes, para a constituição de uma arquitetura que provoca novas interações e serve de suporte para o exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Articulação Urbana; Centro de Convívio; Multiculturalidade; Inclusão; Vivências.

Abstract

The increase in migration flows, derived from, for example, social conflicts (political, cultural and religious), climate disasters and economic crises, reveal increasingly latent consequences in cosmopolitan cities like Porto. Facing the complexity of the globalization process, and the global dynamics with local impacts, contemporary cities demonstrate the tendencies to orient their gaze towards urban development, in order to face the broad and intricate panorama of relations between different social agents. Social policies, as well as architecture, as a practice and matter of direct impact on the way of life of societies, play an important role in structuring the process of integration or segregation of social groups in the urban fabric.

The region of Fontainhas, part of the parish of Bonfim of the city of Porto, reveals itself as an area of great relevance for the consolidation of new centralities and socioeconomic development of the eastern part of the city. Moreover, its history of urban evolution, registers an important palimpsest of political, architectural and urban decisions conferring a great singularity to the atmospheres and culture established in its territory. However, it is also due to past decisions that the territory holds within itself, population deficits and urban disarticulation that prevent it from positioning itself in the territory as a catalyst of new urban dynamics.

In this sense, the need arises to give answers to these questions through the proposition of an urban strategy and the elaboration of the project of the Conviviality Center in Fontainhas. Thus, the present work seeks to reflect on past dynamics that influenced the construction of the territory as it is known today, and to perceive the moments of rupture in its history that can guide current interventions, with attention to the current context. In this way, we intend to solve global issues of cultural integration and local issues of social and urban development, based on an integrating vision of diverse knowledge, for the constitution of an architecture that provokes new interactions and serves as a support for the exercise of citizenship.

Keywords: Urban Articulation; Social Center; Multiculturalism; Inclusion; Experiences.

SUMÁRIO

Resumo	I
Abstract	III
Introdução	1
1 Contexto e Identidade	9
1.1 A Evolução do Aglomerado	11
1.2 A Modernização da Cidade	17
1.3 Programa do SAAL. Como Orientador da Política de Ocupação Urbana	31
1.4 Caracterização da População Residente	41
1.5 Desafios do Porto do Século XXI	47
1.6 Cultura e a Construção da Identidade	51
1.7 Caracterização dos Grupos que Compõe o Público-alvo	59
1.8 Considerações	63
1.9 (Re)Connecting Fontainhas - Estratégia Urbana	69
2 O Projeto	80
2.1 Casos de Estudo	83
2.1.1 Bairro de São Victor - Porto - Álvaro Siza	83
2.1.2 SESC Pompeia - São Paulo - Lina Bo Bardi	89
2.1.3 Casa Acreditar - Porto - ALA.rquitectos	93
2.2 Contexto Atual e Projeções	95
2.3 Urbanidade	99
2.4 Definição Programática e suas Intenções	111
2.5 Materialidade e Sistema Construtivo	131
3 Considerações Finais	137
Índice de Figuras	143
Anexos	153
Bibliografia	173

Introdução

Integrado no tema “O Estrangeiro” da disciplina de Atelier de Projeto, que propõe como alvo de investigação equipamentos sociais de que visam fomentar a inclusão e o convívio comunitário, esta dissertação pretende incidir sobre o projeto de um centro comunitário e cultural de interesse público (aqui denominado de Centro de Convívio), em um ecossistema urbano com características patrimoniais e morfológicas que constroem uma atmosfera singular na cidade do Porto, as Fontainhas.

Desde a década de 70 do século XX, após a ditadura do Estado Novo, a cidade do Porto esteve no centro do debate sobre as graves carências sociais e habitacionais nas grandes aglomerações urbanas. Em consequência abarcou em sua malha urbana diversas intervenções promovidas pelo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), um programa de fomento à construção de habitações e a realocação de populações alojadas em más condições, com auxílio técnico e a forte presença de arquitetos que estabeleceram na cidade uma cultura de inserção social e a reflexão sobre o direito ao lugar.

Este programa foi dividido em três polos de intervenção, o SAAL Norte com sua sede na cidade do Porto, o SAAL Centro-Sul em Lisboa e o SAAL Algarve em Lagos. Para cada cidade a abordagem das intervenções divergiu e a visão política sobre o tema contribuiu para diferentes dinâmicas entre os conjuntos habitacionais e a cidade consolidada. Ao contrário de Lisboa, que promoveu a construção de habitações de interesse social em regiões suburbanas da cidade, segregando os moradores realocados dos seus espaços de vizinhança e de identidade. O Porto procurou estabelecer as novas habitações em espaços do centro urbano, próximo às localidades das antigas moradias, evitando a segregação dos moradores, e afirmando a sua presença no centro identitário.

Diante deste passado próximo que deixou marcas no território, de conjuntos habitacionais que prosperaram na sua articulação com a envolvente e garantiram o direito ao lugar, vizinhança e identidade territorial, pretende-se desenvolver um projeto embasado nas decisões políticas, operações urbanas e arquitetônicas do período, alinhado com as solicitações da cidade contemporânea e suas dinâmicas. Assim, procura-se evitar uma clausura programática que fortalece a separação diária e espacial de moradores da região, impossibilita a completa inclusão e articulação com a cidade, onde o próprio projeto se torna a barreira para construção de novas pontes entre os usuários, a cidade e a comunidade.

Reconhece-se também que na cidade, as diversas estruturas urbanas que compõem o palimpsesto que se construiu ao longo dos séculos, caracterizam e definem atmosferas e identidades, que possibilitam a leitura da cidade em vizinhanças. O presente esvaziamento residencial do centro identitário, a crescente especulação imobiliária da região e o turismo, surgem como os desarticuladores das atmosferas e memórias registradas na composição dos ambientes da cidade que são latentes no uso diário dos seus moradores e visitantes, nas dinâmicas de vizinhança e comunidade. Logo, a cidade é um lugar com poli centralidades, e as fronteiras são o principal ponto de articulação e coesão para a inclusão e dinamização das atividades, promovendo a manutenção do direito ao lugar e a construção de novas memórias.

Sob a ótica projetual, e incidindo sobre o objeto de proposição, a exploração da fronteira como lugar de encontro, é o tema estruturante. No contexto das Fontaínhas, o espaço devoluto escolhido deve ser reintegrado à malha urbana, atento às mudanças da estrutura urbana e das novas dinâmicas que ocasionaram uma desarticulação desta parcela da cidade. Aponta-se a potencial intervenção por meio de uma operação projetual, com definição programática e funcional que afirme a área como catalisadora de atividades e dinamizadora de fluxos, transformando-se em uma estrutura útil. Neste sentido, a concepção do projeto é alicerçada no serviço à comunidade, orientado pelo legado arquitetônico e social da operação do SAAL e atento às problemáticas da cidade atual, contrariando o esvaziamento identitário e a pressão imobiliária e turística.

A presente dissertação desenvolve-se em duas partes. A primeira parte intitulada “Contexto e Identidade” procura investigar o processo de desenvolvimento da cidade do Porto, focada na região das Fontaínhas. Nos primeiros quatro capítulos desta investigação, uma análise dos aspectos históricos, sociais e urbanos se fazem importantes para a compreensão da atmosfera de vizinhança, o tecido social construído, a sua relação com o centro identitário e outras regiões da envolvente. Além disso, é também relevante examinar as características da população que se instalou e permaneceu na área, para o entendimento das necessidades e especificidades destes, para que de maneira operativa, o equipamento proposto possa suprir algumas dessas carências e potencializar as características positivas.

Na continuidade da caracterização da atmosfera, urbanidade e população local, no quinto e no sexto capítulo da primeira parte da tese, procura-se refletir sobre a questão dos desafios da cidade do Porto no século XXI, diante de novas complexidades advindas do processo de globalização. Ainda, objetiva-se compreender os conceitos de “identidade” e “cultura”, para se estabelecer uma perspectiva informada sobre as dinâmicas sociais e de integração entre diversos grupos.

Já no sétimo e no oitavo capítulo da primeira parte, procura-se completar o quadro de públicos-alvo, por meio do levantamento de dados, e da pesquisa sobre a ótica portuguesa diante dos processos de imigração, e de dados de pessoas em situação de sem abrigos. Com isso, pretende-se compor um panorama não estigmatizado, e pautado nas especificidades de cada grupo, com o objetivo de suprir algumas das necessidades por meio da organização programática e funcional do edificado proposto. Assim, perante as investigações realizadas na primeira parte, desenvolve-se uma breve reflexão sobre os temas abordados para a orientação da perspectiva sobre a qual o desenvolvimento projetual se orienta.

Por fim, no nono capítulo da primeira parte, insere-se a leitura do lugar sob uma ótica arquitetônica, em que os instrumentos utilizados fornecem informações sobre o estado atual da região, que devido a algumas intervenções realizadas no início do século XXI desarticularam sua relação com a envolvente. Exploram-se as possibilidades de rearticulação com a envolvente atual, através de uma investigação e proposição de estratégias urbanas e arquitetônicas, realizada em grupo, para reativar a região, através do fomento a apropriação e dinamização da mobilidade urbana.

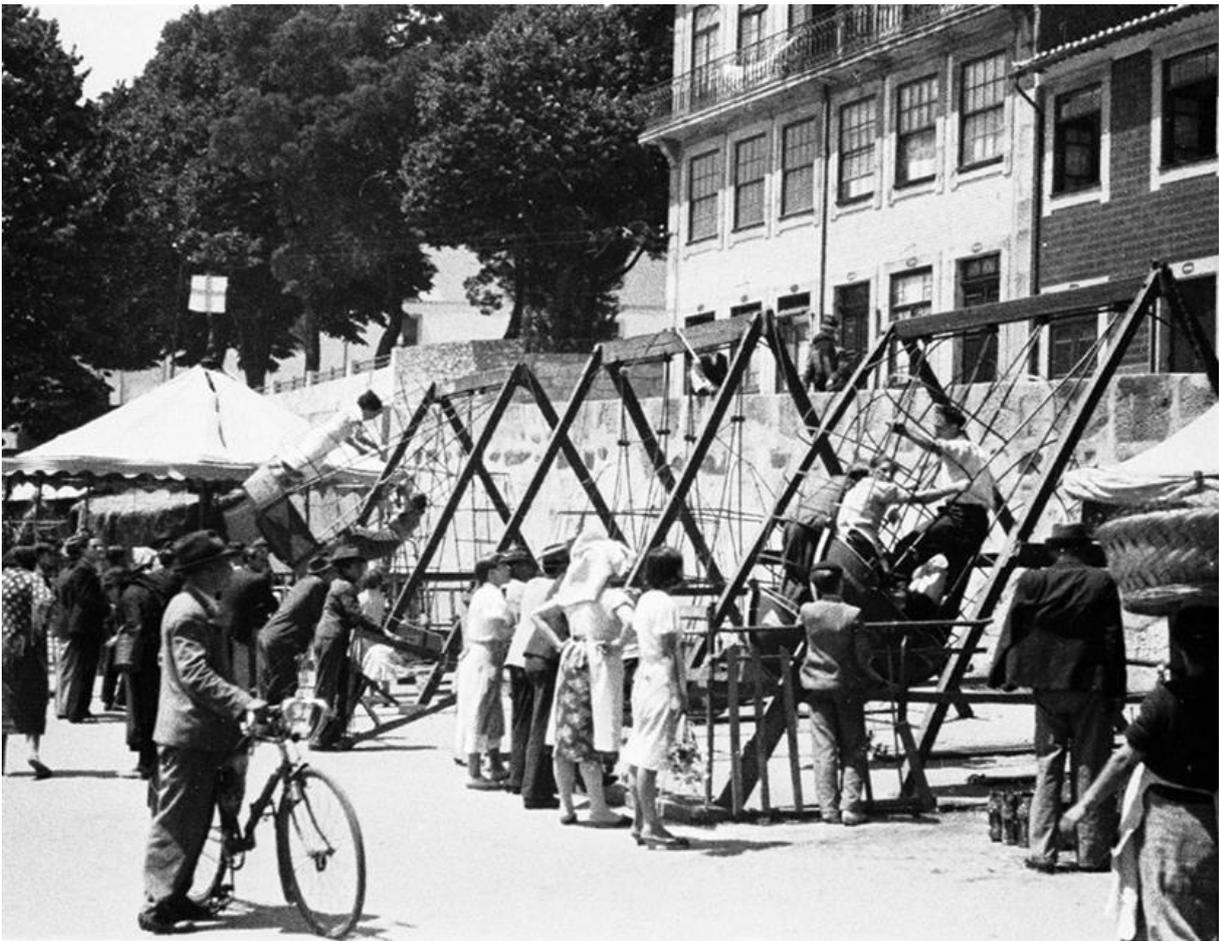
A segunda parte da presente dissertação, “O Projeto”, tenciona incidir sobre o terreno de intervenção, através de uma leitura do lugar e seu estado atual, e das intervenções passadas propostas principalmente durante o período das operações do SAAL. No primeiro capítulo desta parte, uma anamnese é realizada de forma crítica para compreensão de três casos de estudo de diferentes escalas, programas e objetivos. Cada caso de estudo, permite a análise de diferentes questões tratadas no projeto proposto, respectivamente a relação com a envolvente, a organização programática e a concepção construtiva e material do edificado.

O segundo capítulo, revela a necessidade de retificar as decisões projetuais com as diretrizes definidas pelo Plano Diretor Municipal de 2020 da cidade do Porto, que estrutura uma série de objetivos de desenvolvimento urbano para a parcela ocidental da cidade, com o intuito de gerir novas centralidades e atrair atividades econômicas para essas regiões. Em seguida, a análise do guia técnico elaborado pela Direção Geral de Ação social da cidade do Porto, que orienta e define os requisitos de um Centro Comunitário, possibilitando uma reflexão sobre os programas propostos, e a sua articulação com uma rede de equipamentos sociais disponíveis na cidade, de forma a potencializar o uso de recursos e evitar repetições programáticas e funcionais.

A verificação das dinâmicas de ocupação do solo, das infraestruturas e características tipo morfológicas que compõe o cenário urbano desta parte da cidade, é indispensável para a proposição de um equipamento que visa, explorar as dinâmicas ali encontradas e potencializar sua expressão, afirmando a identidade construtiva local. É alicerçada nesta perspectiva de continuidade e potencialização de dinâmicas locais que o projeto reside. Com isso, para fomentar o desenvolvimento do objeto projetual, suas estratégias e desenhos de intervenção que se sucedem é necessário determinar um conjunto de referências teóricas que possibilitem o aprofundamento de temáticas exploradas no projeto e a concepção integrada dos seus diferentes estratos.

Do terceiro ao quinto capítulo, o projeto se apresenta em suas diversas formas, por meio da expressão visual, que propõe uma leitura sensorial e abstrata e por meio dos métodos canônicos de representação, que aliados às solicitações e especificidades do programa, se revelam como resultado da investigação crítica do tema. O produto derivado da investigação, propõe transformar o existente, aferindo escala urbana, atratividade e polivalência, baseado nos preceitos de diversificação programática e social, dinamização de fluxos e estabelecimento de uma nova centralidade cultural, dentro do contexto da Freguesia do Bonfim. Por fim, alinhado à perspectiva de desenvolvimento de novas centralidades, objetiva-se responder às problemáticas encontradas e afirmar a ocupação de diversas camadas sociais nos espaços articuladores da cidade.

Fig . 01 Festa de São João 1949



1 | Contexto e Identidade

1.1 | A Evolução do Aglomerado

Dentro do contexto de desenvolvimento da cidade do Porto, encontra-se registrado em seu território marcas de diversos períodos que compõem o mosaico da paisagem urbana, social e cultural da cidade. De acordo com o livro “História do Porto”, coordenado por Luís A. Ramos, diversos grupos ocuparam a região ao longo dos séculos, com influências continentais e mediterrânicas, marcadas pelo contato entre povos. Sendo assim, e diante do tema da dissertação que pretende elaborar um projeto multicultural, entender as dinâmicas de diversas culturas que marcaram o território é essencial para a construção de uma visão ampla sobre as influências e trocas entre sociedades.

Segundo Armando Coelho da Silva no texto “As Origens do Porto”, um estudo realizado identificou três fases da presença da cultura castreja na região, com início na primeira metade do milênio I a.C., que se caracterizou pela formação e, em sequência nos séculos seguintes, a afirmação da sua originalidade e encontro com a cultura romana. Diante das análises do autor, sobre o desenvolvimento da cultura castreja na região, foi possível compreender a dinâmica de utilização do solo com objetivo de controle da região e das bacias fluviais, áreas de cultivo e uso dos recursos naturais, além das vias de acesso e comercialização, indicando um “sistema econômico de largo espectro” (Silva, 1995, p. 69). O Morro da Sé foi identificado como um importante local que guarda em suas características o indício do palimpsesto dessas antigas civilizações proto-urbanas, que posteriormente foram alteradas segundo estruturas urbanas à maneira romana, diante da anexação do território ao império (Silva, 1995, p. 88).

“A justaposição natural destas unidades urbanas, respectivamente civitas de Cale e o seu porto, portus, poderão justificar a primeira referência a Portucale, [...]” (Silva, 1995, p. 90)

Nesse contexto, com a interligação dos castros que assumiram urbanidade no período romano, passaram a constituir vilas para utilização dos recursos do solo, a região onde se encontra a atual cidade do Porto assumiu um papel de centralidade e confluência de vias. Esse papel continuou a ser exercido por essa região, ao longo da evolução urbana e populacional, marcada por diversos momentos de conflitos e trocas, que permitiram à cidade expandir e ganhar importância da escala mediterrânea à intercontinental.

Fig. 03 Morro da Sé da cidade do Porto

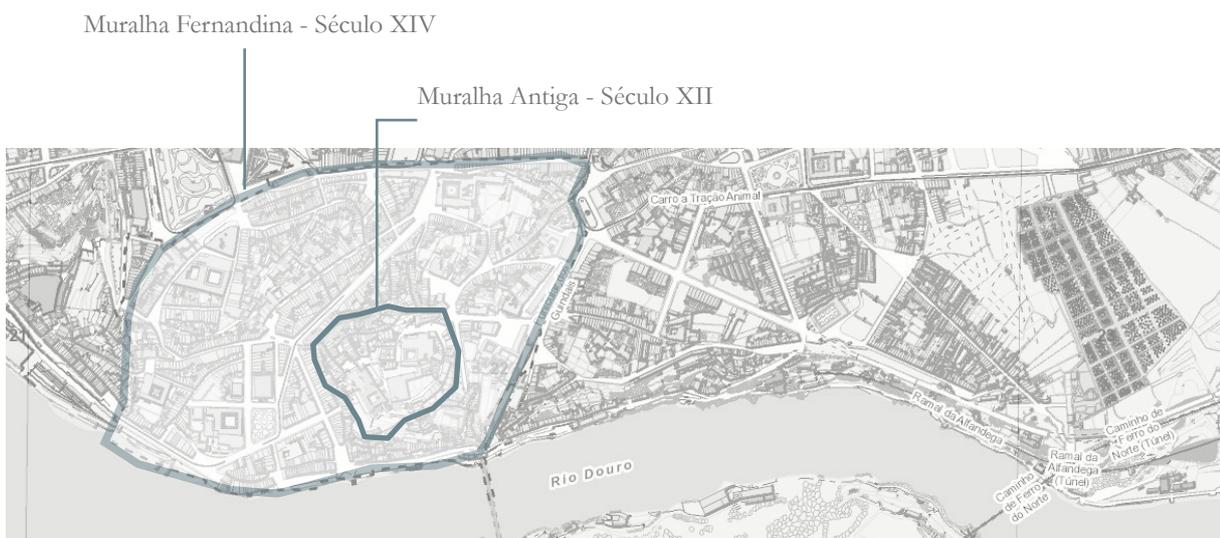


Segundo Armindo de Sousa, “O Porto emergiu definitivamente para a história nas vésperas de haver Portugal. Desde há muitos, muitos séculos, recolhia civilização e concitava promessa, mas sem grande voz nem persistência[...]” (de Sousa, 1995, p. 120). O território “Foi sede diocesana em substituição ou não de Meinedo, sítio de cunhagem monetária, baluarte suevo, estância de romanos, lugar de povos castrejos, abrigo de gente remotíssima. Um passado imenso, ininterruptamente vivido.” (de Sousa, 1995, p. 120). Isto faz perceber que, apesar da extensa sobreposição de estruturas urbanas que se mesclaram e apagaram parte dessas interações que ocorreram no território, a cidade atual é consequência de todo esse palimpsesto. Entende-se, porém, que tendo ou não influências mais diretas na arquitetura e urbanismo de alguns séculos do que de outros, a escolha do Morro da Sé para constituição de um lugar pela cultura castreja, seguida pela utilização romana, acarretou a posterior consolidação da cidade medieval com a muralha velha, se transformando no centro de toda a expansão que se sucedeu com a construção da muralha Fernandina (século XIV).

No século XII, a cidade do Porto se estabeleceu como sede episcopal com D. Hugo, dando início a cidade medieval, com forte presença religiosa e sob o comando de um bispo com visão liberal. Este, definiu o Porto como concelho por meio da concessão da carta de foral para seus moradores, garantindo, segundo Armindo de Sousa, um aumento do número de habitantes e fomento comercial. No final do século XII, o Porto cresceu rapidamente, impulsionado pela garantia de ser uma cidade segura, com a certeza que não haveria invasão árabe, perante a conquista de Santarém e Lisboa em 1147 (de Sousa, 1995, p. 130).

Porém, cabe ressaltar que o Bispo, ao chegar à cidade, se deparou com uma dinâmica própria, classificada por Armindo de Sousa como “comunidade vicinal dotada de autogoverno” (de Sousa, 1995, p. 157), em que a população era marcada por uma diversidade social. “Havia os bons e os somenos, os ricos e os pobres, clérigos e leigos, velhos e novos, homens e mulheres, cristãos e judeus[...]” (de Sousa, 1995, p. 157) que conviviam dentro da muralha antiga, conciliando as diferenças e organizados sob regras definidas por detentores de autoridade consentida, diante da ausência de poderes cristãos e islâmicos durante as invasões. De acordo com o autor, também se entende que essa configuração de governo, sob o comando de “homens bons”, era uma “assembleia de aristocratas populares, proprietários urbanos, leigos e não clérigos, prestigiados e entendidos nas coisas do burgo e nos direitos e usos e costumes dos moradores.” (de Sousa, 1995, p. 157).

Fig. 04 Planta Telles Ferrreira 1892



O Porto do século XIV era uma cidade mercantil consolidada, ponto de parada obrigatório para qualquer tratado comercial que fosse do centro e norte do país para a Europa rica (de Sousa, 1995, p. 134). De acordo com Armindo de Sousa, “O Porto-cidade-futuro distancia-se do bispo seu senhor.” (de Sousa, 1995, p. 136). As pressões começaram a surgir sobre a cidade que se expandia extra cerco velho, e os comerciantes e produtores necessitavam de proteção contra invasões. Além disso, o conflito entre membros da coroa fez com que iniciassem a construção da nova muralha, seguindo tardiamente a tendência de outras cidades europeias de expandir seus limites, diante do aumento demográfico e da necessidade de defesa.

O distanciamento tanto da coroa quanto do clero que foi ocorrendo, face a clara divisão entre clero e povo que existia nos finais do século XII, foi se complexificando ao longo do século XIII e resultou em uma nova dinâmica de poder no século XIV. A constituição dos poderes, que se desenvolveu no Porto, manteve uma independência da coroa, tanto política como financeira. A classe burguesa consolidada se via ameaçada por essas duas forças e era a real detentora de recursos financeiros na cidade portuária. Desse modo, o Porto não tinha lugar para a monarquia e nem para a aristocracia (de Sousa, 1995, p. 205), explicando a ausência de palácios e de edifícios monumentais na cidade, tendo os edifícios da igreja e da burguesia como os mais representativos.

Sendo o Porto uma cidade com tecido urbano e social fruto de uma sobreposição diversa de culturas que moldaram o território e deram sentido a sua ocupação ao longo dos séculos, o capítulo que se segue pretende compreender a evolução urbana e social que ocorreu do século XVIII ao XXI. A ocupação da cidade medieval era caracterizada por uma ampla mistura de grupos sociais, estando o convívio de burgueses, mesteres e ralé concentrados dentro da muralha Fernandina, mesmo com algumas zonas de clara divisão como alta e baixa. Diante da expansão extramuro promovida no período dos Almada, no século XVIII, essas dinâmicas se alteraram, e refletiram de maneira direta no modo de urbanização do Porto em períodos subsequentes. Dessa forma, no tópico “A Modernização da Cidade”, pretende-se refletir sobre os impactos dessas mudanças e de maneira crítica entender as visões políticas que fragmentaram o tecido socioespacial da cidade, constantes ao longo dos séculos.

Fig. 05 Palacete de Braguiinha, , 06. Asilo da Mendicidade e 07. Convento de Santo António da Cidade



05



06



07

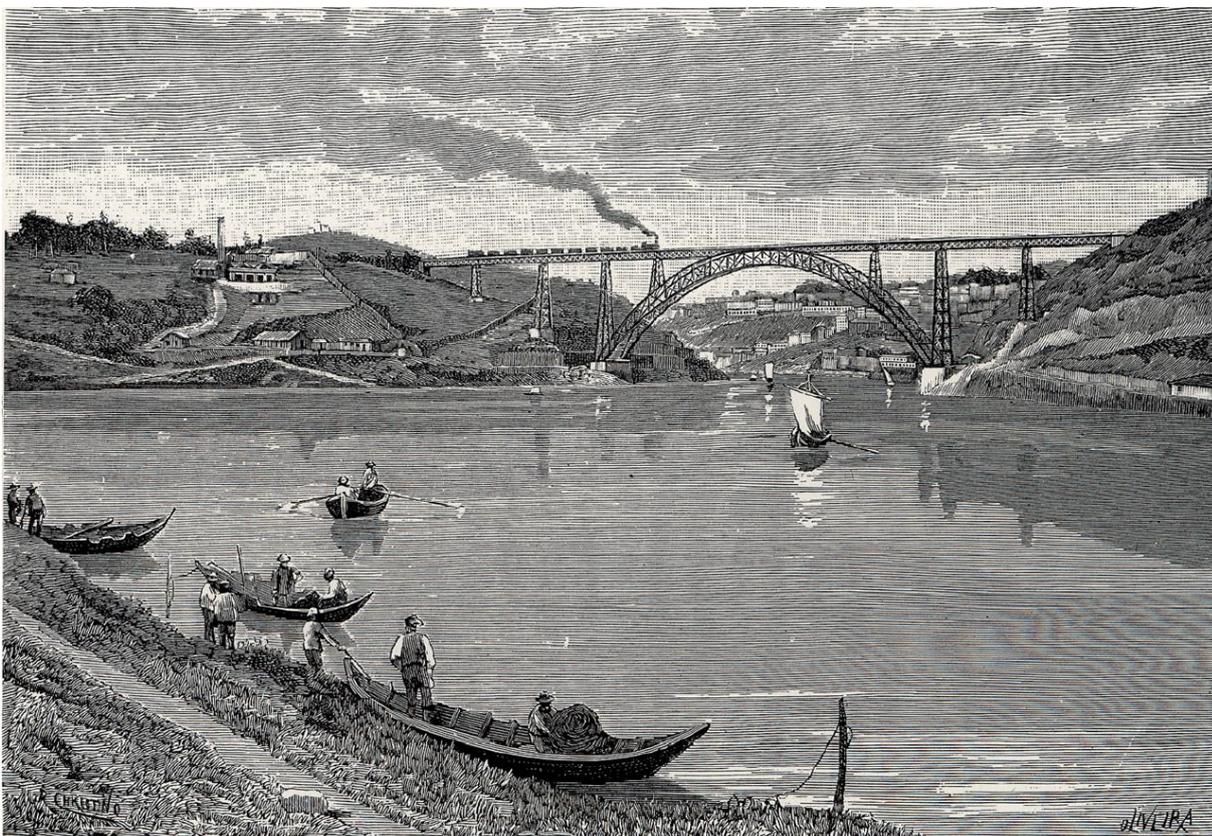
1.2 | A Modernização da Cidade

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o Porto passou por um dos períodos de maior transformação da sua história (Serén & Pereira, 1995, p. 378). Com isso, a região das Fontainhas (área de intervenção urbana e de implantação do projeto) é submetida a transformações profundas, fora dos limites da muralha Fernandina, pois tinha proximidade e acolhia quintas rurais. Diante da criação da Junta de Obras Públicas da cidade por João Almada e Melo em 1758 (Alves, 1988, p. 393), que “tinha como objetivo promover e supervisionar a urbanização da cidade de forma racional e global” (Ferreira, 2018, p. 63), a cidade do Porto encontrou as condições necessárias para uma reforma e expansão urbana para a periferia. A paisagem urbana da região envolvente extramuro era composta por edifícios representativos burgueses, religiosos e industriais, exemplificados respectivamente por casarios de comerciantes que retornaram do Brasil, grandes edifícios conventuais, edifícios de grande dimensão como o matadouro das Fontainhas e a fábrica do Carvalhinho.

Em um primeiro momento, devido à sua localização fora dos limites da cidade muralhada, a classe burguesa ocupou a região com a construção da segunda casa para passeio aos finais de semana, por ser mais distante do trabalho sujo e desqualificado presente nas ruas e vielas da beira rio, próximo ao porto. Característica que também se vê no êxodo urbano da burguesia para a região da Foz e Boa Vista. Sendo assim, e de acordo com interesses burgueses, foi realizada a abertura da Alameda das Fontainhas em 1769 (Ferreira, 2018, p. 86). Além disso, no início do século XIX, a região das Fontainhas estabeleceu uma ligação com a parte mais central e importante do Porto através dos eixos concebidos durante o período das reformas almadinas, as ruas de São Vítor e a antiga Wellesley (atual rua Gomes Freire) foram estruturantes para o desenvolvimento do edificado na região. Essas novas ligações se expandiram de uma matriz radiocêntrica da cidade para a periferia (Seixas, 2008), dando origem a novas dinâmicas de apropriação do solo e ocupação de diversas classes sociais ao longo do tempo.

Nesse sentido, ao longo do século XIX, a parcela oriental da cidade se deparou com o conflito entre a governança, os interesses da burguesia e a população rural que se deslocava para a cidade à procura de maiores oportunidades e qualidade de vida, anunciadas pelo início dos progressos industriais. Com os novos eixos viários que estruturaram a região das Fontainhas e articularam essa parcela (antes rural) da cidade com o centro, a população rural que chegava sem garantias de abrigo começou o processo de ocupação da área. De acordo com Paulo Seixas, a periferização da

Fig. 08 Ponte D. Maria Pia



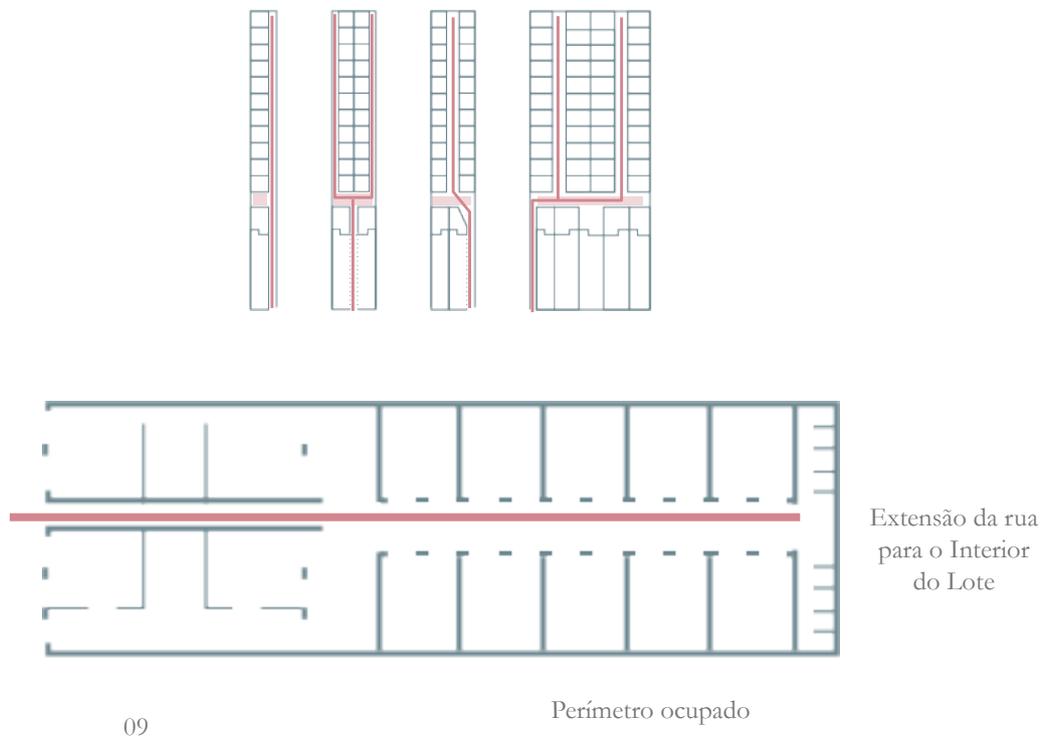
burguesia que ocorreu durante o século XVIII, um movimento caracterizado pela autoexclusão, algo que pode ser comparado com a relação entre a cidade baixa e alta que anteriormente havia sido feito, deparou-se com uma segunda urbanização que pôs em causa a exclusividade do uso do território por essa elite mercantil.

Devido ao fato das Fontainhas terem em seu território algumas linhas de água, também foi impulsionada a construção de indústrias próximas, os serviços de curtume que se fixaram na região também faziam uso desse recurso. Dessa maneira, as fontes de água construíam uma identidade e deram nome à região, onde se via o uso diário dos tanques para lavagem de roupa (prestação de serviço) e como um momento de convívio e socialização. Além disso, a presença das indústrias nas proximidades densificou a área e auxiliou na construção da atmosfera local, com uma população operária.

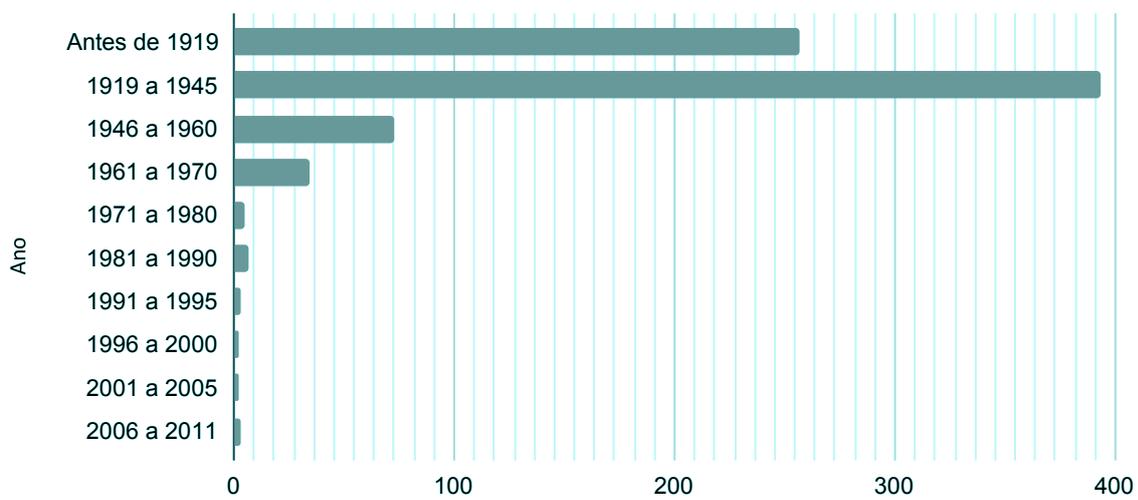
A Revolução Industrial provocou algumas mudanças nas dinâmicas comerciais e urbanas no final de 1800 que atingiram as Fontainhas. Um desses impactos vistos na área foi a construção da Ponte D. Maria Pia (1877), que viabilizou o atravessamento do caminho de ferro pela cota superior do Rio Douro, de forma a dinamizar a saída das mercadorias antes monopolizadas pelo porto à beira rio. Com essa nova ligação, a ocupação da escarpa foi intensificada por indústrias de pequeno e médio porte, e a ocupação de comércio de serviços e indústrias manufatureiras nos quarteirões da região modificou o cenário, antes burguês, para outro de produção de bens com a fixação do proletariado.

Neste, com o objetivo de rentabilizar a terra para investir em seus negócios, os empresários parcelaram seus logradouros ou lotes para ocupação da classe operária, que trabalhava nas fábricas da região. Essa nova forma de ocupação do interior dos lotes deu origem a um tipo de conjunto de habitações denominado de “ilhas operárias”. De acordo com Paulo Seixas, é nesses espaços intersticiais e sobrantes da cidade que os proletários se instalam, expondo o evidente conflito urbano de “forças centrípetas e de inclusão e forças centrífugas de exclusão” (Seixas, 2008, p. 91).

Fig. 09 Gráfico de Análise de Evolução do Edificado e 10. Morfologia das Ilhas e suas Variações



Fonte: INE 2011



Baseado na verificação da evolução do edificado nas Fontainhas, realizada com dados levantados do Censo 2011, executado pelo Instituto Nacional de Estatística, e de acordo com a análise do desenvolvimento urbano da cidade por meio da Planta de Telles Ferreira (1892), é possível afirmar que a consolidação do tecido urbano desta parcela da cidade ocorreu dos finais do século XIX à primeira metade do século XX. Porém, parte significativa desse aumento de novas construções na região ocorreu no interior dos logradouros, provocados pela disseminação da tipologia das ilhas operárias nos quarteirões das Fontainhas. Sendo assim, a expansão provocou um forte aumento demográfico, e não se refletiu no território em termos de expansão de área.

Segundo Fátima de Matos, no período da ditadura militar (1926-1932), o modelo político liberal influenciou a perspectiva acerca da habitação que resultou em um desequilíbrio entre oferta e procura habitacional. Além disso, os decretos de lei aprovados acabaram por penalizar os proprietários imobiliários que encontraram na sublocação de anexos interiores do lote uma oportunidade de rentabilização. Dessa forma, diante de um aumento na procura de imóveis, a tipologia das ilhas se difundiu como uma resposta possível, mas que acarretou outros problemas, nomeadamente, o acentuar da degradação das condições de habitabilidade, aumentando, posteriormente, as taxas de mortalidade.

É na primeira metade do século XX, mais precisamente em finais de 1938, que o Porto inicia o desenvolvimento dos seus primeiros estudos para um Plano Geral de Urbanização (de Matos, 2001), com o objetivo de gerir as novas construções, o destino dos investimentos em infraestruturas de mobilidade e zoneamento da cidade. Após a desindustrialização da região das Fontainhas, a população residente das ilhas permaneceu no local e continuou a ocupação dos logradouros das casas burguesas, mesmo sem haver modificações e melhorias nas infraestruturas habitacionais.

Durante esse período, a região das Fontainhas passou a ocupar um lugar diferente no imaginário dos cidadãos, o que antes configurava, de acordo com Paulo Seixas, uma “[...]domesticação aceitável do mundo rural[...]” (Seixas, 2008, p. 112), tornou-se, com o aumento demográfico excepcional e as crises sanitárias, o alvo das práticas higienistas do movimento moderno. As ilhas passaram a ser “as

Fig. 11 Conjunto Habitacional Duque de Saldanha e 12. Localização do Bairro em proximidade com São Victor



11



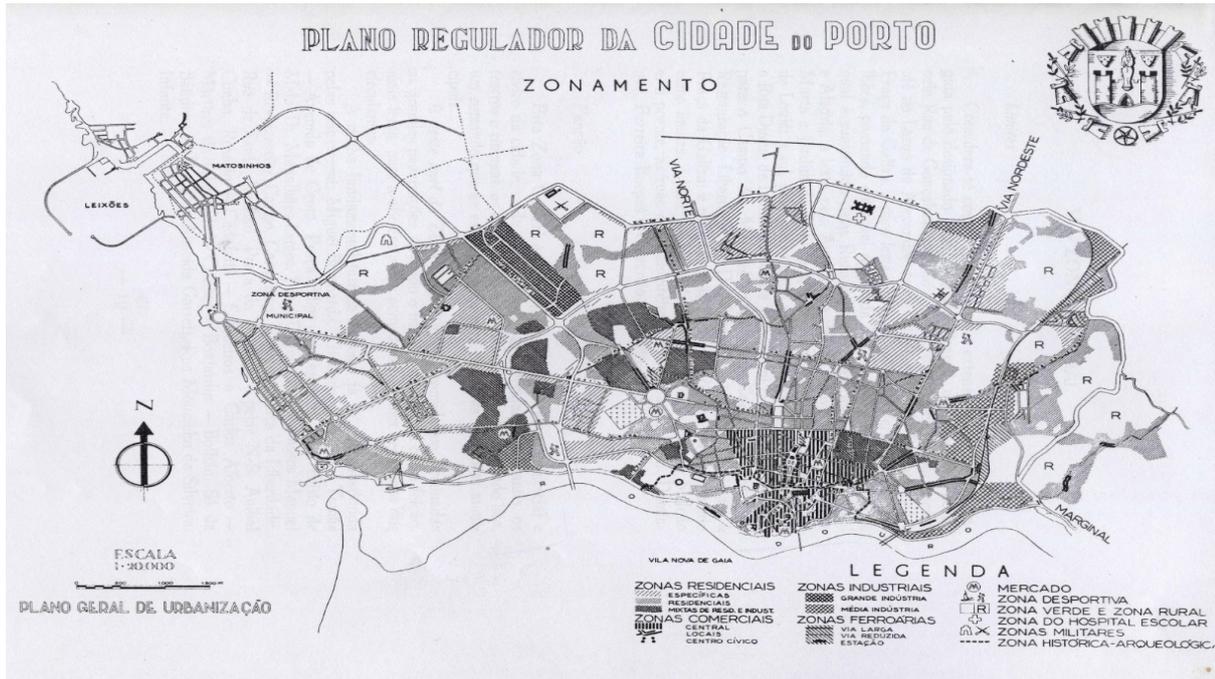
12

traseiras da cidade”, o não lugar. Se antes sujeitos e grupos específicos eram alvo de desconfiança e medo, devido a possibilidade de haver controle dos fluxos de pessoas na cidade tradicional, alguns territórios passam a assumir tal desígnio na cidade moderna (Bauman, 2005).

No Porto, durante o período de 1935 a 1965, foram construídos um total de 12 bairros de habitações sociais, nos quais, segundo Fátima de Matos, estavam presentes divergências na qualidade da construção e nas tipologias conforme a classe econômica dos potenciais habitantes, o que, nas palavras da autora, “[...]obedecia a uma estratégia de segregação espacial das diferentes classes[...]” (de Matos, 2001). Na contramão do que ocorria em outros países europeus, os programas de habitação social em Portugal eram orientados para a habitação individual, pois os imóveis de habitação coletiva amplamente difundidos pela Europa eram considerados um perigo para a moral e a ordem social com a qual o Portugal do Estado Novo se identificava.

Em 1939 a Câmara Municipal promoveu o inquérito das ilhas, permitindo que, através da comparação com dados da população residente em 1940, Fátima de Matos destacasse a forte presença destas nas freguesias do Bonfim (com 34% da população a habitar as ilhas), Sto. Idelfonso (23%), Massarelos (22%), Cedofeita (18%), Campanhã (17%) e Sé (15%). Com isso, algumas medidas foram concretizadas, a primeira delas a construção do Bloco de Saldanha (1940), uma habitação social plurifamiliar, que foi construída próxima às ilhas de São Victor.

Em 1944, durante o Estado Novo, foi criada a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, que definiu como objetivo a obrigatoriedade da elaboração de planos gerais de urbanização para as sedes de concelhos com mais de 2.500 habitantes (DL 33921 de 5 de Setembro de 1944), visando o controle das transformações do solo e seus usos. Em continuidade, diversas leis foram aprovadas para que em 1952 fosse desenvolvido um Plano Regulador da Cidade do Porto, aprovado em 1954, que promovia o zoneamento do espaço urbano. Neste Plano, foram determinadas para a área central da cidade a implantação de comércios e serviços, além de delimitar áreas industriais, zonas residenciais específicas e zonas verdes e rurais que tinham condicionantes para a construção. Além do zoneamento específico, ficou definido no Plano que o interior dos quarteirões era destinado para área verde, não podendo haver construção, uma forma de travar o aparecimento de novas ilhas e atender as necessidades de salubridade urbana.



13

Fig. 13 . Plano Regulador da Cidade do Porto 1956 e 14. Planta Telles Ferreira 1892



14

Então, é durante os finais da década de 1950 que os primeiros bairros camarários começam a integrar o Plano de Melhoramento da cidade do Porto. Esses bairros seguem uma lógica de habitação produtiva, promovidas pela expansão industrial e suas necessidades de infraestruturas de apoio que pressionaram o Estado a seguir com a implementação destes.

Nesse momento, em 1956 após a aprovação da D.L. nº 40616, de 28 de Maio de 1956, a construção de bairros sociais foi fomentada e algumas das premissas definidas pelo Plano de Regulamento com o condicionamento de construções em áreas verdes foi alterada, para que os bairros pudessem ser implantados nestas áreas mais periféricas da cidade. Reconheceu-se no decreto que os projetos anteriores, que tinham como intuito desmantelar as ilhas existentes e realocar seus habitantes para zonas mais salubres e com condições de habitabilidade, não deu vazão para o enorme contingente de pessoas que vinham das zonas rurais do país à procura de habitação a menores custos.

“Todavia, outras necessidades de alojamento, avolumadas pelo próprio surto de desenvolvimento da cidade, reclamaram a maior parte das disponibilidades de novas habitações e não permitiram, assim, o progresso desejado no sentido da gradual demolição daqueles bairros.” (Diário Oficial, 1956, p. 630)

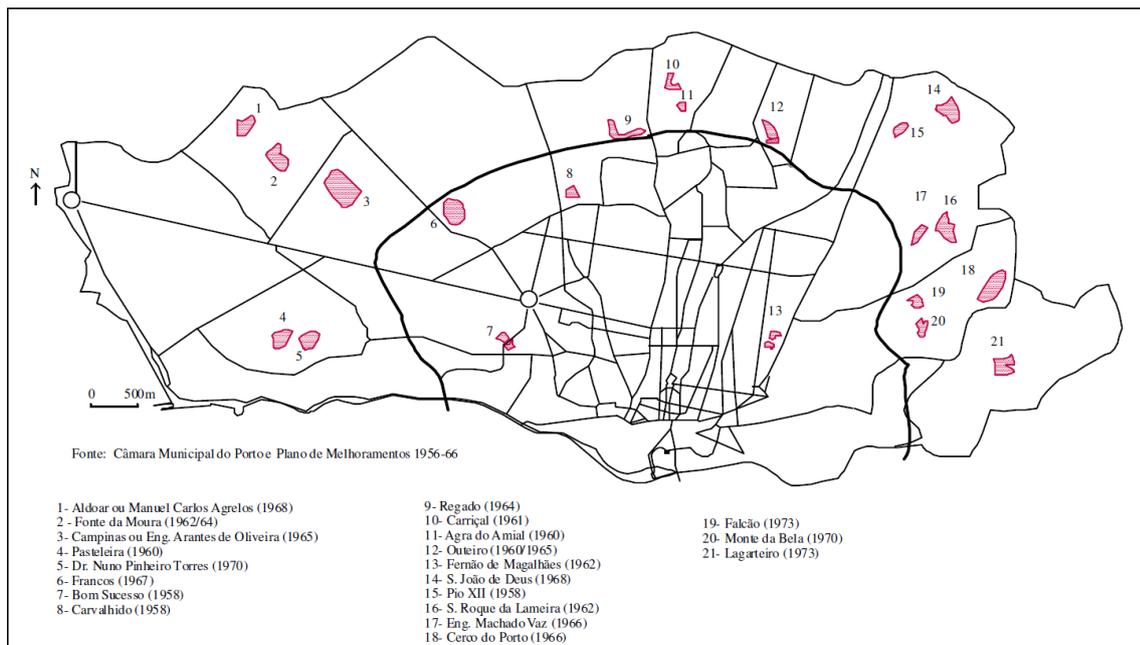
Sendo assim, o decreto especifica que, no que remete a urbanização, novas zonas de expansão deveriam ser criadas objetivando o descongestionamento da zona central e a devida alocação da população das ilhas, para posterior demolição destas no interior dos logradouros nas zonas mais centrais da cidade.

Com a evolução dos planos de desenvolvimento econômico promovidos pelo Estado Novo, e suas influências nas expansões do setor industrial e comercial, uma nova onda de fluxos migratórios do interior do país acentuou a procura por habitação. Diante desse aumento, enquanto alicerçada numa economia que começou a se orientar segundo interesses do setor capital imobiliário e industrial e diante de uma câmara municipal sem estrutura financeira para arcar com novas políticas de habitação devido às guerras coloniais, essa política deixou de ser responsabilidade da Câmara e passou para a previdência.



15

Fig. 15 Plano Regulador da Cidade do Porto 1956 e 16. Plança de localização dos Bairros Sociais



16

Nessa época, a cidade do Porto enfrentava dois problemas habitacionais que pressionavam o Estado e os programas que estavam a ser concretizados. Os problemas de salubridade que as ilhas apresentavam e já eram de conhecimento do governo, bem como o acentuado aumento do êxodo rural que pressionou e ocupou a maior parcela das habitações construídas nas periferias da cidade. Sendo assim, a realocação da população das ilhas ficou sem ser solucionada.

Além da política do Estado, com a promoção da construção dos bairros camarários, surgem, após a 2ª Guerra Mundial, cooperativas que possuíam o intuito de garantir a habitação para seus sócios através de créditos e aquisição de terrenos. Tais organizações não possuíam nenhum auxílio estatal na altura, e surgiam de uma organização entre funcionários de uma mesma indústria ou vizinhos que procuravam através dessa associação e por meio de contribuição própria, construir conjuntos de casas para os associados. Essas cooperativas reuniam uma população de classe média, devido a necessidade de contribuição e garantia de crédito para a construção das casas. Sendo assim, a população mais pobre continuou a depender do Estado para ter acesso a moradias com condições mínimas de habitabilidade, tendo apenas o programa dos bairros camarários para recorrer, deslocados do centro e da região de vizinhança das ilhas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

Essa constante centrifugação das classes mais pobres (Seixas, 2008), que se apresentam em diversos momentos da história social e urbanística do Porto, novamente se apresenta segundo outros interesses. O Plano de Melhoramento de 1956 permitiu que as áreas centrais, antes ocupadas pelas ilhas, pudessem ter a implantação de novos usos que estavam em expansão na época, como o comercial e de serviço. Entende-se que, apesar da expansão da cidade nas zonas periféricas ser benéfica para a urbanização e criação de novas centralidades, o constante direcionamento das classes mais pobres para a periferia também fazia parte de uma segregação socioespacial que seguia não os interesses de bem-estar da população, mas sim as necessidades do mercado imobiliário e do capital. A política urbana que vinha se desenvolvendo na cidade se resumia na reprodução daquilo que era feito no restante da Europa, uma expansão urbana segundo as premissas modernistas.

Apesar das diversas políticas empreendidas durante a primeira metade do século XX até o final do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974, algumas ilhas permanecem ativas até os dias atuais. Sendo assim, sua capacidade de resiliência e seu significado simbólico de direito à cidade foram amplamente explorados pela operação do SAAL na cidade do Porto, que se desenvolveu após o fim da ditadura. Esta operação reivindicou uma nova forma de implantação das habitações sociais, considerando a vizinhança, o direito ao lugar e sua integração com o tecido urbano consolidado da cidade. A sua ruptura com o que vinha se desenvolvendo em termos de políticas urbanas, embasados na visão moderna de expansão da cidade, deu espaço para uma política de intervenção no centro, com o objetivo de consolidação e ordenamento da cidade (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 19).

Além disso, na sua comunicação direta com cooperativas, que não possuíam apoio estatal, e com o trabalho conjunto de técnicos e das Brigadas portuenses, começaram por desenvolver projetos mais participativos e atentos às necessidades específicas dos utilizadores. Nas Fontainhas, é possível verificar essa visão política no Bairro de São Victor, conjunto habitacional projetado pelo arquiteto Álvaro Siza, que no capítulo 2.1 da segunda parte será mais bem abordado.

Fig. 17 Reunião da Associação - Operação SAAL



1.3 | Programa do SAAL. Como Orientador da Política de Ocupação Urbana

Segundo Alexandre Alves Costa, “Constitui lugar-comum a opinião de que a crise revolucionária de 1974/1975 não provocou rupturas nas intervenções urbanas e arquitectónicas dos arquitectos portugueses.” (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 17). Para ele, apesar de sua curta duração, apenas a Operação SAAL gerou novidade sem precedentes, com uma metodologia que não tinha como propósito romper e inovar no planeamento urbano, mas que enxergava na matéria existente e na oportunidade de intervir na cidade consolidada a oportunidade de ordenar o território. A união de forças dos arquitetos, técnicos, moradores e brigadas portuenses gerou um cenário importante de reflexão sobre a cidade histórica e suas possibilidades de futuro, com um olhar crítico ao planeamento urbano de tradições modernas.

De todo, a ótica do programa do SAAL no Porto sobre a cidade e a população mal alojada foi contra o que vinha a ser empregado até então. Os programas de realojamento sob a gerência do Plano de Melhoramento e a “extrema violência do regulamento camarário” (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 27) expulsava a parcela mais pobre da população para bairros na periferia da cidade por meio de “uma política requintada de divisão de moradores” (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 27). Esse período, segundo Alves Costa, foi marcado pela demolição de diversas ilhas, o que, por consequência, acarretou o esvaziamento dos terrenos onde se encontravam, ocorrendo a liberação de algumas frentes de rua e provocando a construção de “novos edifícios em total ruptura formal e tipológica, mas também social, com as estruturas anteriores.” (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 27).

A garantia do sucesso do programa no Norte ocorreu devido a dinâmica de reflexão coletiva entre técnicos e moradores, que, baseados no despacho DD4630 que deu origem ao programa do SAAL, afirmavam seu direito de ordenar e ocupar os terrenos urbanos em que viviam. Segundo um trecho do despacho, o Fundo de Fomento à Habitação afirma a necessidade de “organizar um corpo técnico especializado, designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.” (DIÁRIO DO GOVERNO - 1.ª SÉRIE, Nº 182, de 06.08.1974, p. 873).

Fig. 18 Planta de Implantação 1:1000 - Proposta de Intervenção SAAL | Sintetizada pelo autor



Dessa maneira, os moradores possuíam uma autossuficiência nas suas escolhas, começando por se conscientizar sobre a importância de discutir opções urbanísticas e modelos propostos pela brigada, que, segundo Alves Costa, preservava o contato permanente para participação dos utentes no processo. Essa forma de planejamento urbano incidiu sobre os diversos fragmentos do tecido urbano, e seus resultados estavam diretamente ligados ao palimpsesto que compunha a cidade, de modo a criar uma cultura de trabalho que assentasse no ajuste entre os registros do passado e as demandas contemporâneas e futuras.

É possível, desse modo, reconhecer que a atuação do SAAL no Porto apresentou uma atenção específica ao tempo e às relações identitárias dos moradores com o espaço urbano, assinalado no caráter fragmentário das intervenções, que fortalecem a ideia de consolidação da cidade e ordenamento dos espaços estruturantes. Nota-se também a valorização da diversidade do edificado, tanto através da reabilitação e restauração de edifícios antigos, visando a manutenção da memória, quanto da construção de novos edifícios com expressões arquitetônicas próprias, assumindo o contraste entre o velho e o novo, atentos ao contexto e suas diversas leituras.

Conforme o processo de construção das habitações, o SAAL foi adquirindo autonomia dentro da estrutura do Estado, que atravessava um momento de turbulências políticas, econômicas e sociais. A estrutura administrativa da Operação ganhou o poder de definir suas próprias competências e metodologias face às preocupações das associações de moradores. Essas levaram o programa a olhar para outros setores que poderiam ser auxiliados pelo SAAL, como equipamentos sociais, culturais e infraestruturas. Ao expressar a intenção de explorar essas novas demandas, que fariam a estrutura do programa crescer, emergiram conflitos de interesse consequentes do contato entre zonas de influências de cada associação. Para além disto, a escala das intervenções passaria de local, no âmbito do bairro de atuação de cada associação, para uma escala da cidade, o que implicaria em resistências e dificuldades com o planejamento urbano vigente (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019, p. 24).

Fig. 19 Planta de Implantação 1:1.000 - Última década do Século XX

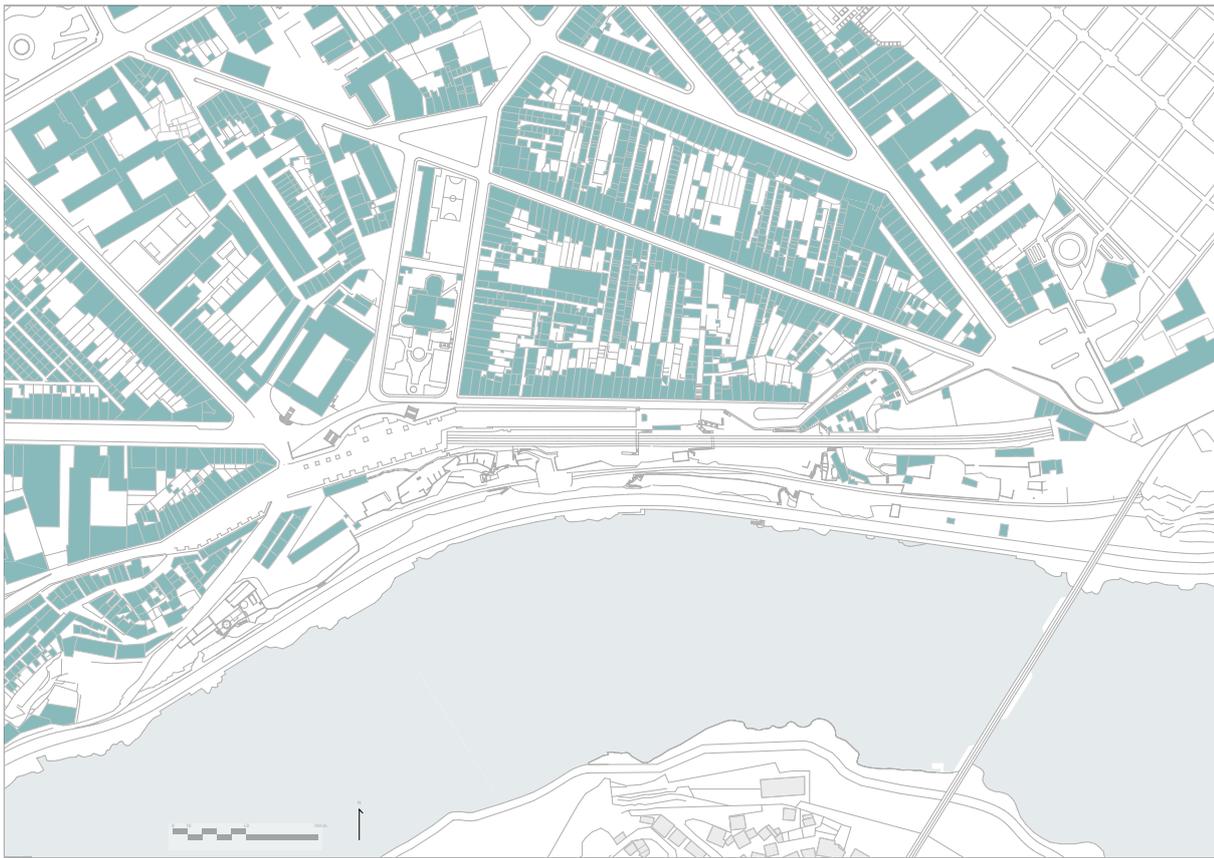


Fig. 20 Planta de Implantação 1:1.000 - Século XXI



Apesar de existirem projetos habitacionais desenvolvidos e executados pela Operação SAAL, nem todos os resultados concretizados podem ser tomados como uma proposta acabada. Com o seu encerramento precoce (1974-1976), diversos projetos, estudos de urbanização e estudos prévios foram arquivados, o que impediu a construção dos 35.000 fogos previstos inicialmente. Até mesmo o projeto que havia sido elaborado para a área de intervenção aqui em questão não foi completamente concretizado, nem mesmo a fase 1, que veremos a seguir no capítulo 2.1.1. Contudo, a região pôde observar resultados com o projeto do arquiteto Álvaro Siza para o Bairro de São Victor.

Apesar disto, com o findar precoce da Operação SAAL, o local ficou por algumas décadas estagnado e sem intervenções estruturantes. Na evolução do tecido urbano das cidades que se realizavam diante das necessidades urbanas, tecnológicas e políticas, segundo Pallasmaa houve a imposição cartesiana e perspectivada que gradualmente esvaziou a especificidade do lugar. Tal movimento, por mais que tenha ocorrido de maneira menos evidente na área do centro identitário do Porto, se revela na construção da Ponte Infante D. Henrique (2003).

Devido ao reordenamento das redes de mobilidade urbana e a exclusividade do tabuleiro superior da Ponte Dom Luís I para a linha de metro e percurso pedonal, uma nova ligação para automóveis se fez necessária na articulação do centro de Gaia ao centro do Porto. Com isso, a Ponte viria a solucionar esse problema de ligação à cota superior entre as margens do Rio Douro. Porém, ao resolver um problema de acessibilidade automobilística, privilegiando os automóveis ao invés dos peões e a conexão com Gaia ao invés de com as Fontainhas, a hierarquia viária existente desde o início do século XXI, que articulava as Fontainhas com o centro identitário da cidade, foi interrompida.

Em 2003, com a inauguração da ponte, a desarticulação dos percursos se tornou evidente com o novo elemento que cortou a Alameda das Fontainhas, que até então dava continuidade à Rua do Sol que, por sua vez, levava até à muralha Fernandina. Além do ruído evidente com a presença do novo elemento, que criou espaços sobranceiros e não habitáveis, houve um aumento no fluxo automobilístico, este de maior velocidade, fatores que contribuíram para o estabelecimento da relação que Pallasmaa classifica como “cidade dos olhos” em que “Seus movimentos rápidos e

mecanizados nos impedem de estabelecer um contato íntimo e corporal com ela.”(Pallasmaa, 2017, p. 47). Dessa maneira, a área das Fontainhas ficou encerrada em si mesma, pois já encontrava seu crescimento a leste limitado pelo cemitério Prado do Repouso e, após a inauguração da ponte, teve suas relações com o centro identitário, no limite oeste, desintegradas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

Os limites para a integração dessa parcela da cidade foram se modificando ao longo do tempo, o que antes era a construção de imagens sociais e culturais sobre a região, que tornavam o “espaço vedado” (Bauman, 2005, p. 43) de uma perspectiva burguesa e elitista, com a industrialização se transformou em um local precário, com pouca salubridade, promovendo uma segregação socioeconômica, contribuindo para sua desarticulação e condicionamento das ocupações na área.

Após anos de reflexos negativos, originados pela forte pressão de políticas sociais segregadoras impostas pelo do Estado e da pressão imobiliária para a expulsão dos seus moradores, a Operação SAAL realizou propostas para a melhoria da região, contudo infelizmente encerradas antecipadamente. Deixada mais uma vez abandonada ao tempo, somente no início do século XXI que o olhar da administração municipal foi voltado novamente para a área, por meio de uma intervenção urbana. Esta, consistia na construção de uma infraestrutura com intenções de integração, mas que tangenciou a região causando impactos negativos que influenciaram o desenvolvimento da área.

Considera-se que a Operação SAAL criou premissas importantes que devem ser ponderadas para o desenvolvimento do projeto aqui proposto. Esta, deixou marcas no tecido social e urbano nas Fontainhas que permanecem e afetam a população residente até os dias atuais. Ao assumir o contraste entre as expressões arquitetônicas de tempos e estados de conservação diferentes, reconhece-se na cidade a sua capacidade de absorver a variedade, colaborando com a manutenção de uma diversidade social e econômica (Jacobs, 1961). Entende-se que o impacto de um projeto que visa o bem-estar social e a inclusão de grupos diversos nas dinâmicas cotidianas da cidade, precisa ser articulado com os gestos urbanos e com a ocupação do solo já registrados no local, bem como o trabalho em múltiplas escalas de análise e intervenção, tal como ocorrido no SAAL.

É por isso que nesta dissertação reconhece-se que a Operação SAAL foi um ponto de ruptura para a cidade do Porto, e representa um ponto de partida para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um equipamento público com aspiração de desenvolver uma parte da cidade, valorizando as dinâmicas sociais existentes e impulsionando novas.

Após à contextualização de momentos de decisões políticas e urbanas na gestão da cidade do Porto que marcaram a construção das Fontainhas como se encontra hoje, entende-se que as decisões e medidas tomadas influenciaram de forma direta a composição da população local, com suas características, demandas e construções identitárias. Deste modo, para entender como um projeto de um Centro de Convívio deve ser implantado neste contexto, e após a investigação histórica da evolução do tecido social, cultural e urbano, é preciso, por meio dos dados coletados pelo Instituto Nacional de estatística, expor as condições e as características da população residente, para que em sequência se desenvolva uma proposta de um programa ajustado à essa população e com o objetivo de promover melhorias para os déficits identificados.

Fig. 21 Mapa com Evolução da Densidade Demográfica 2001 e 22. Mapa de 2011



1.4 | Caracterização da População Residente

Segundo Pallasmaa, as “Cidades são escavações habitadas da arqueologia da cultura, expondo o denso tecido da vida social.” (Pallasmaa, 2017, p. 47), com isso entende-se que as ilhas, sua história de resiliência e a singularidade das dinâmicas de vizinhança existentes contribuíram para o que hoje identifica-se por ser as Fontainhas. A evolução do ecossistema social local e a caracterização dos seus residentes, serão analisadas neste capítulo por meio da verificação dos dados do Censo de 2011 e 2021.

Comparando-se os dados do Censo 2011 com os dados provisórios do Censo 2021, elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística, foi possível chegar a algumas conclusões sobre a evolução populacional da freguesia. Ademais, com dados de 2001 e 2011, identificaram-se características mais particulares sobre a área das Fontainhas.

Em um primeiro momento, nota-se uma diferença entre a União de Freguesias (Cedofeita, Sé, Sto. Idelfonso, Miragaia, São Nicolau e Vitória), Campanhã e o Bonfim, no qual as Fontainhas se insere. De acordo com os dados levantados, a freguesia do Bonfim apresenta, entre as três analisadas, a menor população residente com 24.265 habitantes (Censo 2011, 2011). Além disso, segundo informações do Censo de 2021, houve um declínio populacional de aproximadamente 5,3%, levando a freguesia à 22.981 habitantes. Porém, é necessário afirmar que devido às dimensões territoriais das freguesias adjacentes, o Bonfim apresenta a menor extensão e uma das maiores densidades. Segundo dados, em 2001 a freguesia apresentava uma densidade de 9.001 a 11.748 hab./km², havendo, já em 2011, um declínio para 7.001 a 9.000 hab./km². Desse modo, a densidade populacional reflete a relação entre a ocupação do solo e o número de habitantes, em que o aumento do número de habitantes resulta em uma maior pressão na densidade do tecido urbano consolidado.

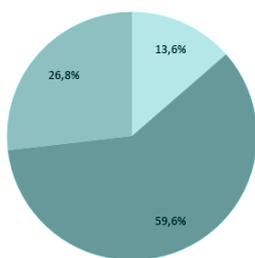
Além do declínio populacional identificado, que pode ter sido influenciado pela pandemia de Covid-19 que se iniciou em 2020, a análise das faixas etárias, e suas proporções, que compõe o extrato populacional da freguesia e da área de intervenção, faz-se importante para compreender a capacidade de renovação populacional. Com isso, os dados presentes no relatório do Censo 2011 revelaram um valor percentual maior de uma população idosa (+64 anos) na freguesia do Bonfim (27,1%), em comparação à de Campanhã (23%) e a União das Freguesias (26,8%).

Fig. 23 Gráficos para Análise das Proporções das Faixas Etárias e 24. Gráfico para Análise de Empregabilidade

PROPORÇÕES DA FAIXA ETÁRIA - UNIÃO DE FREGUESIAS *

Fonte: INE 2011

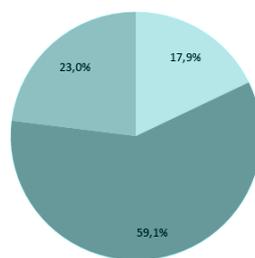
- 0 a 19
- 20 a 64
- > 64



PROPORÇÕES DA FAIXA ETÁRIA - FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Fonte: INE 2011

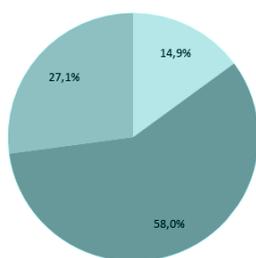
- 0 a 19
- 20 a 64
- > 64



PROPORÇÕES DA FAIXA ETÁRIA - FREGUESIA DO BONFIM

Fonte: INE 2011

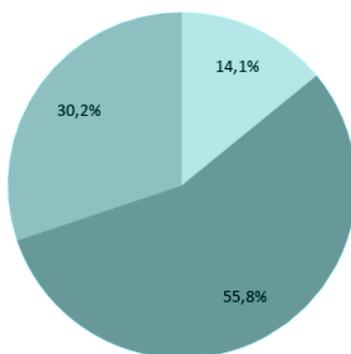
- 0 a 19
- 20 a 64
- > 64



PROPORÇÕES DA FAIXA ETÁRIA - REGIÃO DAS FONTAINHAS

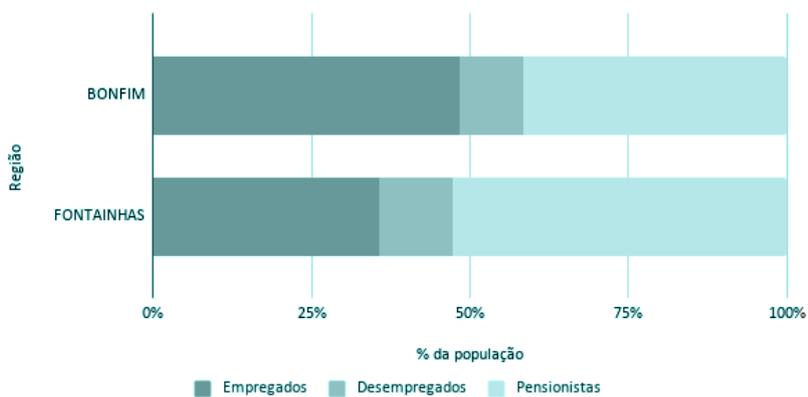
Fonte: INE 2011

- 0 a 19
- 20 a 64
- > 64



EMPREGADOS, DESEMPREGADOS e PENSIONISTAS

Fonte: INE 2011



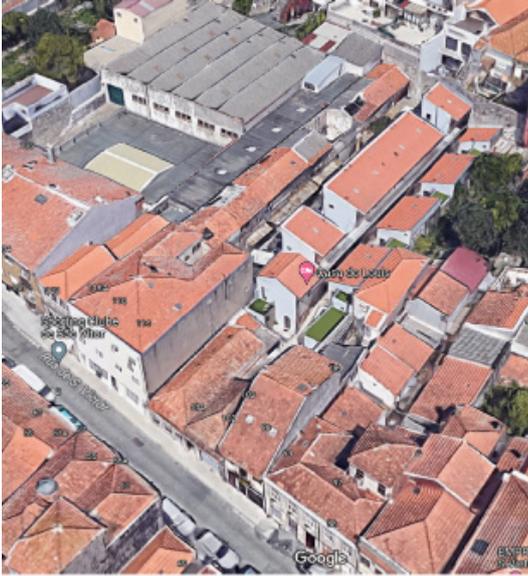
Incidindo sobre os dados das Fontaínhas, a discrepância entre a população jovem (0 a 19 anos) e a idosa (+64 anos) cresce para respectivos 14,1% e 30%. Assim a população economicamente ativa (20 a 64 anos), por mais que represente 55,8% da população das Fontaínhas, encontra-se fragilizada diante do aumento de idosos e diminuição de jovens, somado a isso os dados de empregabilidade não se revelam equilibrados. Segundo os dados desse setor, os pensionistas e desempregados juntos representam mais de 60% da população local (Censo 2011, 2011).

Nesse sentido, entende-se que além do declínio populacional evidente na freguesia, as Fontaínhas possuem um quadro econômico frágil, no qual a sua capacidade de renovação populacional e a condição econômica da população residente precisam ser alteradas, para que a área se torne sustentável econômica e socialmente. A pressão que a população economicamente ativa sofre pode ser alterada com a geração de atratividade para novas empresas e jovens profissionais, de acordo com os objetivos do PDM de 2020 do Porto. Por meio desses estímulos, objetiva-se um reaquecimento da economia local, possibilitando uma maior diversidade no setor de serviços, vinculados pelas numerosas oficinas automobilísticas e os comércios locais. Dessa forma, a criação de novos pontos de atratividade econômica, social e cultural podem ser meios de dinamizar a economia local e reinserir essa parcela da cidade nas dinâmicas econômicas e no circuito cultural existentes na envolvente.

Além dos dados coletados nos Censos, foi realizada uma pesquisa sobre os alojamentos locais, que vem se revelando como uma alternativa para rentabilização de unidades imobiliárias, mas que apresenta desafios na sua modalidade de ocupação como o esvaziamento de uma população permanente de áreas da cidade, a gentrificação e pressão imobiliária. Na área de análise, foram identificados alguns destes alojamentos, que por vezes se localizam em antigas ilhas. Dessa maneira, as lógicas comerciais de especulação e turismo começam a tomar esses espaços de vizinhança, descaracterizar esses ambientes e expulsar antigos moradores.

Este gênero de dinâmicas provocadas pelos alojamentos locais pode ser observado em inúmeras cidades ao redor do mundo. Na cidade de Barcelona, por exemplo, o governo teve que intervir na obtenção de autorização de alojamentos locais, com o objetivo de travar a saturação do setor de turismo na cidade, o aumento da especulação imobiliária destinada a habitação e

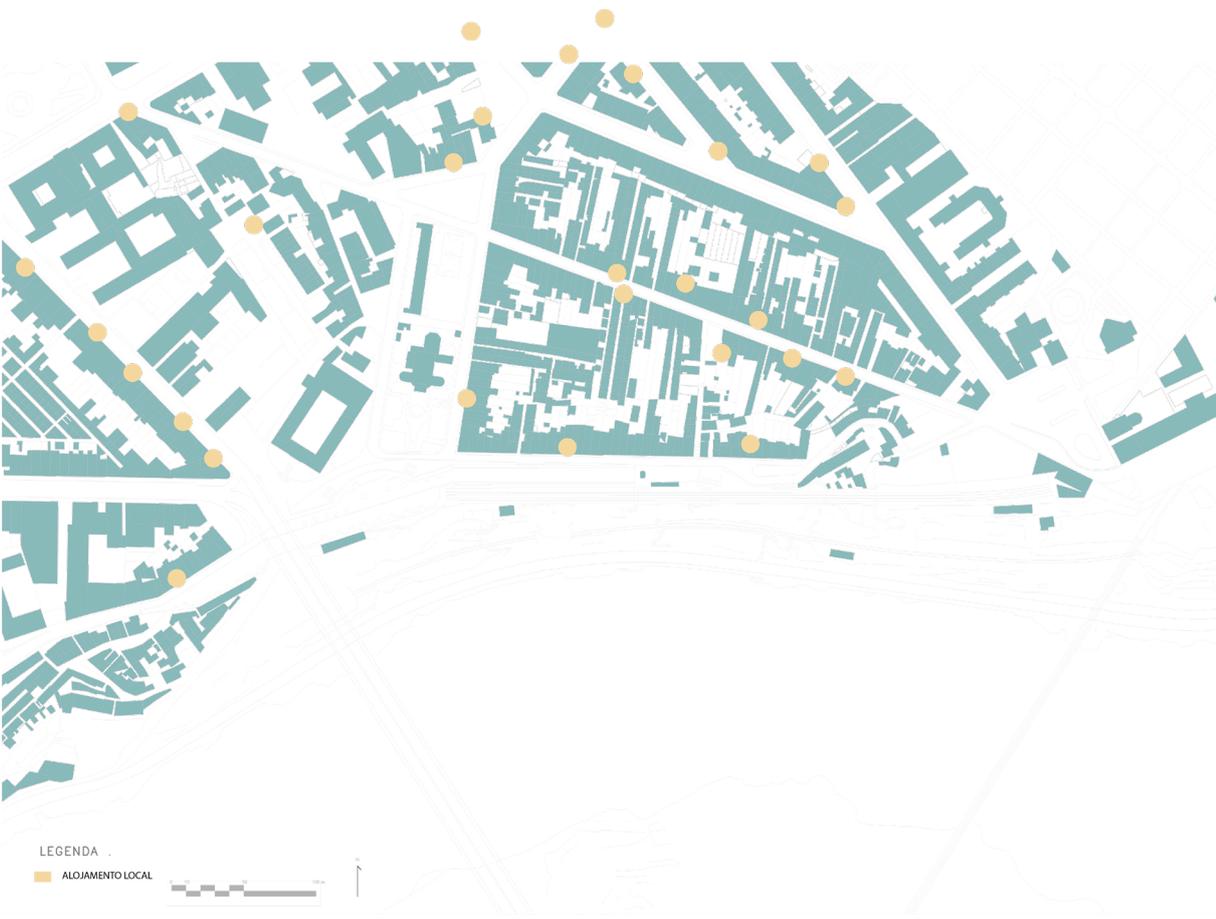
Fig. 25 Planta de Localização dos Alojamentos Locais e 26. Alojamento Local na rua de São Victor 27. Corredor de um AL



26



27



25

a consequente centrifugação de moradores, que se levada ao extremo poderia ocasionar na descaracterização da cidade (Giner, 2019). Esse movimento se mostra uma ameaça na região das Fontainhas, especialmente por esta não ser ainda uma área totalmente desenvolvida e por apresentar uma grande parcela de edifícios deteriorados, o que possibilita a compra a baixos preços por empresários do ramo imobiliário que pretendam converter essas tipologias habitacionais, que compõe a atmosfera das Fontainhas, em alojamentos turísticos, onde as dinâmicas cotidianas de vizinhança serão suprimidas.

Logo, a geração de atratividade local deve ser orientada com o objetivo de fixar novos moradores no território, fomentando dinâmicas de comércio, ocupação laboral e lazer, de maneira a atender as necessidades da população residente e dos novos moradores. Seguindo uma tendência que se revela crescente na Europa, o fomento a imigração para cidades europeias surge como uma tentativa de desacelerar ou reverter o declínio populacional característico em países como Portugal. Sendo assim, a análise das novas dinâmicas globais e seus impactos nas cidades e sociedades se faz importante para definir uma perspectiva informada sobre o desenvolvimento do equipamento de inclusão social proposto. Nesse sentido, as dinâmicas de imigração e inclusão de pessoas com outras bagagens culturais e diferentes hábitos nas cidades, caracterizam parte das consequências da globalização.

1.5 | Desafios do Porto do Século XXI

Após a caracterização e investigação da origem dos problemas que surgem, com a estagnação do desenvolvimento urbano e social, das Fontainhas, no contexto da segunda década do século XXI, a cidade do Porto se revela como uma metrópole de crescente projeção no cenário internacional. Com isso, novos impasses na evolução do tecido urbano e social da cidade precisam ser identificados e solucionados. Impasses esses que são alimentados pelo aumento da presença de imigrantes, mudanças nas dinâmicas comerciais e políticas de desenvolvimento social.

De acordo com Zygmunt Bauman, em *Confiança e Medo da cidade* (2005), “Viver na cidade significa viver junto – junto com estrangeiros.” (Bauman, 2005, p. 74), e é a partir deste ponto de vista que podemos entender como as dinâmicas de segregação, autoexclusão que se revelam em cidades como a do Porto, ao longo dos séculos fazem parte de uma reação às relações com o diferente. Para isso, precisamos compreender a estrutura das cidades globais, as conseqüentes reações ao movimento de atenuação das fronteiras dos Estados-nação com a política da diferença como uma afirmação dessas fronteiras e a construção da Identidade e da cultura. Além disso, entender como em 2021 a população portuguesa enxerga a chegada dos imigrantes e se relaciona com essa população.

Apresentada no subcapítulo identitário, que revela em diversos períodos históricos da cidade do Porto a tentativa de retirar do centro da cidade as pessoas em condições econômicas frágeis, no século XXI um novo agente externo se apresenta para as cidades com maior protagonismo e intensidade (por entender que o processo de globalização e os fluxos migratórios impulsionados por ela, ocorrem de forma gradual e vem se acentuando com as diversas crises vigentes) que devido a globalização absorvem cidadãos de outros países. Por meio desse contato com o outro, as diferenças se tornam mais aparentes e latentes no cotidiano dos cidadãos, acarretando construções simbólicas de identidade, para dar sentido e lugar para grupos de indivíduos nas dinâmicas sociais.

As novas dinâmicas, permitem que certos movimentos de centrifugação da população local em detrimento do fluxo econômico dos setores de serviços e turismo, promovam a segregação socioespacial de diversos grupos sociais, esvaziando os centros identitários e suas periferias adjacentes. No século XXI, se repetem movimentos que antes (no século XIX e XX) só tinham impacto a nível local e de vizinhança, devido à escala e interpelação entre as áreas da cidade.

As cidades globais, que “concentram as funções mais avançadas do capitalismo” (Bauman, 2005, p. 8), se estabelecem no território articuladas com as periferias locais, mas também com outras cidades globais em diversos continentes, transformando os fluxos de informação, bens e pessoas. A interdependência já não é uma questão, os produtos cruzam fronteiras internacionais a todo instante, para abastecer as grandes cidades. É um processo consolidado, mesmo que por vezes seja posto em causa, como atualmente na crise gerada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em que por exemplo, o conflito provoca efeitos colaterais no mercado do petróleo e gás e atinge países da União Europeia.

Além dessa interdependência de produtos, existe a interdependência de pessoas, pois diante do envelhecimento e declínio populacional em alguns países, encontra-se no estímulo a imigração a solução para o reaquecimento da economia. Este movimento acima identificado como uma tendência de países europeus, é consequência da transformação das conexões entre países e da globalização que assume diferentes contornos com os avanços tecnológicos e econômicos.

Devido ao aumento do estímulo de imigração, os conceitos de “identidade” e “cultura” devem ser compreendidos para que, sob uma ótica sociológica e antropológica, possa se pensar o projeto e programa do Centro de Convívio mais adequado e coerente com um pensamento integrador.

1.6 | Cultura e a Construção da Identidade

“[...] as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto a um espaço físico demarcado quanto a agrupamentos de interações, podemos perceber que a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade.” (Gupta & Ferguson, 1992, p. 34)

É inserido no contexto da sociedade pós-moderna e global, que surge o conflito entre identidades e seus significados. O significado pré-moderno explorado pelo Estados-Nação, é questionado pelas dinâmicas pós-modernas que, por meio das novas interações e conexões entre Estados-Nação, promovem um contato contínuo entre identidades e modos de viver diferentes.

A ideia da Identidade, de acordo com Bauman, não é derivada de um processo natural da experiência humana. O processo de assimilação da ideia de identidade nacional foi forçado no ambiente da vida moderna, e chegou como uma ficção. Esta, nasceu de uma crise do pertencimento e através do esforço construiu a ideia de “ser” e “dever” dentro da comunidade, o que auxilia o Estado-nação, recém-formado, a possuir o controle sobre os indivíduos inscritos no seu território, sobrepondo a comunidade nacional ao indivíduo, segundo o autor. Uma ideia de homogeneizar o “eu” pertencente a um grupo, inserido em um território que segue os mesmos ideais e as mesmas lideranças. Em que “[...] a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre “nós” e “eles”.” (Bauman, 2005, p. 28) Diante desse movimento de criação do Estado-nação, com a afirmação de uma identidade de maneira a legitimar o próprio sistema, que “são teorizados o contato, o conflito e a contradição entre culturas e sociedades.” (Gupta & Ferguson, 1992, p. 32).

Não obstante, com a mudança das dinâmicas econômicas globais que se apresentaram nos fins do século XX, e a sobreposição das “forças concorrentes” (Bauman, 2005, p. 35) aos interesses e vigilância do Estado, que antes estava em busca de monopólio, a ideia de “Identidade” que era instrumentalizada pelo mesmo, perdeu sua força. Agora, os indivíduos possuem a liberdade para definir e escolher suas identidades. Dessa liberdade, surge o medo, a insegurança e a ansiedade (Bauman, 2005). O que era provido pelo Estado, e tomado como garantido, passa a ser uma incerteza. A autodefinição e a conscientização do “eu”, caminha por um percurso ambíguo, o

de fixação e estagnação face ao mundo dinâmico e global, e o de extrema liberdade e infinitas possibilidades face a identidade construída pelo Estado-nação que permeia a consciência coletiva dos cidadãos, gerando um desconforto e ansiedade em ambos os casos.

Conforme a sociedade global se encaminha para a atenuação de fronteiras e construção de novas culturalidades, menos vinculadas com o lugar, os resquícios da visão pré-moderna provocam a simultânea tentativa de resistência ao movimento global, com a construção de muros entre países. Além disso, nos discursos políticos percebe-se o artifício de vincar as diferenças entre “culturas”, tentando definir indivíduos complexos e plurais dentro de uma única “caixa”, a de identidade definida pelo Estado-Nação.

Em um mundo de diásporas, de acordo com Gupta e Ferguson, onde existe um intenso fluxo de pessoas, as dinâmicas pós-coloniais, por exemplo, permitem que nas ruas do Porto se escute no mesmo espaço crioulo, português europeu, português brasileiro, francês e inglês. A sensação de deslocamento que, primeiro, afeta os imigrantes e o seu processo de assimilação e inclusão, também gera desconforto e um sentimento de deslocação naqueles que possuem vínculos ancestrais e familiares, vendo a natureza da sua relação com o lugar se modificar (Gupta & Ferguson, 1992).

É a partir desse desconforto, dos indivíduos nacionais, que os conflitos com os estrangeiros surgem. De acordo com Bauman, o estrangeiro assume significados simbólicos, de instabilidade do sistema social vigente, o questionamento da identidade e do lugar, e provoca o indivíduo “local” a repensar o status quo. Aliado a isso, os movimentos políticos dos governantes que, segundo Bauman, “[...] não estão interessados em aliviar as ansiedades dos seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante ubíquo sentimento de insegurança, [...]” um “truque de mágica” que “[...] consiste em desviar a ansiedade, de problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não tem muito interesse em fazê-lo) [...]” (Bauman, 2016, p. 33).

De acordo com Gupta e Ferguson, a ideia de áreas culturais pode não estar diretamente vinculada com os estados nações, em que uma nação pode, dentro do seu território, possuir a presença de diferentes culturas, situação denominada pelos autores de “nações multiculturais”.

Porém, o importante é entender que dentro do que se compreende por cultura o espaço é importante pois, segundo os autores, “funciona como um princípio organizador central nas ciências sociais” e acaba por gerar pressupostos de que determinada cultura pertence a um território e àqueles que nela nasceram.

Porém, se olharmos a fundo essa premissa se revela inconsistente. Gupta e Ferguson dão o exemplo de pessoas que vivem nas fronteiras, nesse caso, qual a cultura delas? Pessoas que exercem movimentos transnacionais e atravessam fronteiras de forma regular, são pertencentes a que cultura? A cultura nesses casos, em que o lugar perde sua definição, permite ser entendida de maneira mais fluída, onde as influências, trocas e contatos, que caracterizam esses tipos de movimentos e espaços fortalecem o que Gupta e Ferguson evidenciam quando explicam que os espaços nunca estiveram desconectados, mas sempre estiveram interligados de maneira hierárquica. Sendo assim, as diferenças precisam ser repensadas “por meio da conexão” (Gupta & Ferguson, 1992).

Segundo os autores, “a suposição de que os espaços são autônomos permitiu que o poder da topografia ocultasse a topografia do poder.”(Gupta & Ferguson, 1992, p. 33) onde a “antropologia como estudo de culturas (plural)” (Gupta & Ferguson, 1992, p. 33) parte de uma perspectiva imperialista sobre os espaços fragmentados. Por exemplo, nas relações coloniais, a noção de cultura é hierárquica, onde o dominador exerce poder e define os costumes e limites do território, mas as pessoas que compõem a sociedade local acabam por inculir dentro dessa cultura costumes que carregam consigo. Nesse cenário, “o encontro colonial cria uma “cultura nova” nos países colonizados ou colonizadores, ou será que desestabiliza a noção de que as nações e culturas são isomórficas?” (Gupta & Ferguson, 1992, p. 33).

É possível então perceber que, as ideias de identidade e cultura se misturam num complexo e intrincado jogo de significados que se modificaram ao longo da construção da sociedade. A identidade inculida pelo Estado-Nação, utilizava a cultura para construir a ideia de “ser” e “dever” e homogeneizar os cidadãos inseridos no seu território. A definição de cultura como uma “Totalidade dos costumes, das tradições, das crenças, dos padrões morais, das manifestações artísticas e

intelectuais e de outras características que distinguem uma sociedade ou grupo social” (“Priberam”, 2008), que antes caracterizava as pessoas de um território, agora é questionada diante das complexas trocas entre indivíduos de diferentes origens e com diversas identificações, desenvolvidas ao longo da vida.

Mediante a reflexão sobre cultura e identidade, é importante reconhecer que para um projeto de interesse social, enquadrado no contexto do Porto com desafios contemporâneos de inclusão, os imigrantes e a população em situação de sem-abrigo são essenciais para composição do grupo alvo do projeto. Retomando, na sequência da caracterização da população residente, procura-se compreender a atual situação da população portuguesa em relação às suas percepções sobre o aumento de imigrantes em território nacional, e as características da população em situação de sem-abrigo. Esta investigação, orientada pelo levantamento de dados de pesquisas e inquéritos realizados, pretende criar uma base de conhecimento para a justificação das decisões projetuais e seus objetivos.

1.7 | Caracterização dos Grupos que Compõe o Público-alvo

Dentro do contexto português e alicerçado nos dados coletados pelo Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes 2021, pode-se tirar algumas conclusões que revelam os motivos, e o estado atual das imigrações para o território. Segundo dados levantados pelo relatório, o país apresenta uma perspectiva positiva sobre a presença de imigrantes, e sua importância para o desenvolvimento do país. Sendo assim, a reflexão elaborada acima permite que, apesar dos resultados positivos dos inquéritos de 2021, é necessário reforçar e compreender as dinâmicas sociais que ocorrem, possivelmente em outras localidades ou em menor escala no contexto do Porto. Mudando os grupos e o contexto, as dinâmicas podem servir de referência para reflexões.

Entre os anos de 2019 e 2020 o distrito do Porto apresentou uma variação de +18% da população estrangeira, com um total no ano de 2020 de 50.238 sendo o quarto distrito com a maior população estrangeira no país. A presença de uma população imigrante em evolução, se revela como consequência do amplo esforço despendido pelo governo de Portugal, ao estímulo de imigração, principalmente nos países lusófonos. Isto, deve-se à grave fragilidade demográfica que o país enfrenta, com o envelhecimento e taxas negativas de variação da população (Oliveira, 2021, p. 59), que em menor escala também se corrobora na região das Fontainhas.

Conforme a análise realizada sobre o relatório, os imigrantes em Portugal possuem na pirâmide etária uma estrutura com a forte presença de grupos etários jovens em idade fértil que complementam a da população portuguesa, que se encontra em estágio de envelhecimento com baixa capacidade de renovação. Além disso, pode-se aferir no relatório que por mais que tenha ocorrido uma redução, a população imigrante continua a ser a que tem mais risco de pobreza. “À semelhança do verificado nos restantes países europeus, em Portugal observa-se que os estrangeiros residentes apresentam maiores riscos de pobreza e vivem com maior privação material.”(Oliveira, 2021, p. 375).

Contrariando o argumento, de alguns países europeus, que os estrangeiros tomam os trabalhos e sobrecarregam o sistema da previdência social, o relatório revela que, os estrangeiros são os que mais contribuem para a previdência social. O resultado é de 64% da população estrangeira em contraposição a apenas 45% da população nacional. Além disso, são os que têm menos beneficiários

de prestações sociais por total de contribuinte. Em contrapartida, os trabalhadores estrangeiros, continuam a receber menos que os portugueses e “Embora a característica dominante no mercado de trabalho português seja o vínculo permanente (contrato de trabalho sem termo), este não é o vínculo laboral principal para a maioria dos trabalhadores de nacionalidade estrangeira”(Oliveira, 2021, p. 374).

Além dos imigrantes, outro grupo em situação de vulnerabilidade requer que o projeto tenha em atenção, as pessoas em situação de sem-abrigo ou sem teto. Segundo dados levantados pelo ENIPSSA em 2020, a área metropolitana do Porto tem 1.213 PSSA (pessoas em situação de sem-abrigo), já o concelho do Porto possui um total de 590 PSSA, e Vila Nova de Gaia tem 185 PSSA. Essa população é caracterizada por uma maioria do sexo masculino, com idade entre 45 e 64 anos, solteiro ou divorciado, de nacionalidade portuguesa e que se encontram nessa situação por dependência química, desemprego e insuficiência financeira. (Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2020, 2021)

Perante os desafios globais e locais impostos pela contemporaneidade, entende-se que um equipamento público, aberto e de interesse social, deve se expor como uma parte estrutural da cidade, e se estabelecer como tal no tecido urbano e nas lógicas e fluxos existentes. Da mesma forma, a inclusão da comunidade imigrante e de sem-abrigos na sociedade portuguesa é essencial para que Portugal consiga superar os seus desafios e traçar novos horizontes para o desenvolvimento sustentável das cidades e da sociedade. Logo, com a identificação das dinâmicas que se revelam diante do processo de globalização, e os instrumentos arquitetónicos que podem contribuir para a resolução dessas questões, pretende-se propor uma estratégia urbana e arquitetónica para a região das Fontainhas.

1.8 | Considerações

Em um contexto urbano onde existe um crescente e “incontornável” contato com o diferente, a complexidade dessas interações são identificadas segundo Bauman por dois movimentos opostos.

A mixofobia (Bauman, 2005, p. 86) é entendida como convivência com outros condicionada pelos preconceitos em relação a eles, propiciando a delimitação de lugares exclusivos e protegidos da presença destes. Assim, a necessidade de definir um “nós” separados “deles”, sustenta os conceitos já abordados anteriormente na construção da identidade do Estado-Nação. Em que, o constante medo de misturar-se, exposto por Bauman, fortalece as tendências dos condomínios privados e elitistas, que seccionam o território urbano em aglomerados desconexos e impermeáveis. Do outro lado, quando se isolam voluntariamente, aqueles que permanecem do lado externo dos aglomerados também tem seus lugares definidos, de maneira involuntária. Os guetos criados impedem que o cidadão saia do seu espaço definido por outrem. Essa dinâmica de segregação e divisão do espaço urbano, gerenciada na sua maioria por grupos da elite política e econômica, “assinalam a desintegração da vida comunitária” (Bauman, 2005, p. 43).

Já o outro movimento é o da mixofilia que, de acordo com Bauman, é entendida como uma tendência também natural de encontrar nas diferenças novas possibilidades, aventuras e a descoberta de coisas interessantes e fascinantes. Identifica-se nesse movimento um exercício de equidade e empatia sobre o diferente. A disposição para conhecer o “outro” é o método que difere a mixofilia da mixofobia que tem como “meio de conexão” (Gupta & Ferguson, 1992) a aversão ou resistência, para se questionar e se relacionar com o diferente.

Neste sentido, para Bauman, o arquiteto tem um importante papel em auxiliar a compensação das relações, que interferem na paisagem urbana e no modo de vida citadino, e valorizar a mixofilia em detrimento da mixofobia, que por natureza não deixará de existir. Pois é na diversidade e variedade, que a cidade encontra sua potência de atratividade para cidadãos em busca de modos de vida diversos, e “[...] oportunidades, adequadas a cada gosto e a cada competência”. (Bauman, 2005, p. 47). A setorização de áreas residenciais atendendo as demandas de construtores e clientes, com o objetivo de saciar a ansiedade provocada pela mixofobia, só fortalecem esse processo que se retroalimenta. Com o constante isolamento as pessoas ficam mais propensas a ver o diferente como ameaça e se recolher em um mundo “pacífico” sem questionamentos e dificuldades. Sendo assim, a

estratégia que melhor favorece a mixofilia é a de construir espaços públicos abertos, convidativos a todos os cidadãos, onde a partilha e assiduidade do uso constroem uma vida comunitária.

“Em poucas palavras: as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais.” (Bauman, 2005, p. 32)

Assim como, nos séculos XIX e XX, a questão das cidades era a habitação, com o objetivo de solucionar questões de salubridade e amortecer o violento aumento da densidade populacional citadina. No século XXI, diante do fenômeno da globalização e a compreensão da modernidade líquida (Bauman, 2005) em que vivemos, onde as deslocções cada vez mais rápidas e acessíveis e a evolução tecnológica no geral, nos fazem repensar os contatos que estabelecemos com o outro. Os atritos e as dinâmicas que se desenvolvem a partir dessas novas trocas, que influenciam no modo de viver nas cidades, resultam em novos problemas locais causados por dinâmicas globais. Logo, equipamentos públicos de inclusão e integração de grupos sociais, se tornam peças-chave para a consolidação dessas dinâmicas globais, e catalisadores de atividades que reduzam as divergências e visam solucionar problemas locais.

Diante de um enquadramento teórico, que procura compreender as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas em contexto de fluxos globais de bens e pessoas, é possível entender os problemas de inclusão das populações imigrantes e os conflitos entre estes e os indivíduos locais. Além disso, explora-se um campo de análise para a reinterpretação das definições de “identidade” e “cultura”, de maneira a ampliar as possibilidades de propostas que se orientam pela conexão, para repensar as diferenças e construção de uma “cultura nova”, baseada nas trocas e na vivência.

Enquanto momento de reflexão sobre a gestão do território, a história, em suas várias vertentes, e a evolução da habitação social no cenário portuense, permite traçar paralelos e orientar o pensamento sobre outros equipamentos sociais de interesse público, para afirmar o direito ao lugar, defendido e registrado no território pelas intervenções do SAAL. Dessa maneira é, tomando como fio condutor a perspectiva política das Operações SAAL, que o Centro de Convívio pretende se estabelecer na cidade.

Sob a ótica de estímulo à mixofilia, o projeto do Centro de Convívio e Expressão Multicultural das Fontainhas tem como objetivo ser um lugar de múltiplas diferenças, através de uma expressão arquitetônica que não nega o contexto em que se insere, mas que pretende por meio da gestão do espaço estimular as relações de troca, e fornecer espaços coletivos de compartilhamento. Criar a sensação de pertencimento, descoberta e possibilidade de ocupação. Assume as diferenças como artifício que potencializa o papel do edificado, e alimenta a ocupação dos espaços com diversas funções e programas e transforma a vivência por meio da experiência de compartilhar espaços e momentos.

É especificamente no vazio, nos espaços de conexão e circulação, que a qualidade mais importante e imaterial do projeto encontra o ecossistema ideal para desenvolver a relação com o outro e explorar o compartilhamento de experiências. Além disso, propõem na sua organização funcional e programática atender uma diversidade de indivíduos que se identificam e compõem um mosaico social, de maneira a impulsionar encontro entre “diferentes”, ampliando as concepções de modos de viver. Isso acontece por meio dos espaços de convívio e de reconstrução de uma perspectiva cultural, visando a criação de uma “cultura nova” alimentada pelas dinâmicas de troca entre os indivíduos que ocupam os ambientes do projeto.

Diante das reflexões de identidade, seria equivocada de tal forma propor um projeto de um Centro de Convívio que recorresse aos artifícios da construção da identidade nacional para tornar-se familiar. Inclusivamente por ser complexo e excludente tal decisão, pois não caberiam todas as “culturas” e representações delas em um espaço de escala urbana local. Entende-se, portanto, que o respeito pela identidade e cultura dos usuários se expressa em uma linguagem arquitetônica que encontra no contexto em que se insere ferramentas que auxiliem sua implantação. Ferramentas estas históricas em suas diversas leituras, e material, por meio de uma atenta observação da materialidade que compõe as atmosferas locais.

Assim, após a consolidação da perspectiva teórica sobre o projeto do equipamento, funções e seu possível desempenho a escala urbana, social e local do edifício, pretende-se iniciar a abordagem urbana e arquitetônica in loco. Primeiramente com a explanação da estratégia urbana de grupo e posterior na segunda parte da dissertação, explorar as diversas escalas de intervenção do projeto do Centro de Inclusão e Expressão Multicultural das Fontainhas.

Fig. 28 Planta de Análise 1:1.000 | elaborada pelo autor



1.9 | (Re)Connecting Fontaínhas - Estratégia Urbana

É inserido nesse contexto, e com o intuito de reconectar as Fontaínhas e recuperar sua relação com o centro identitário e a envolvente que as estratégias de grupo residem. Um mapa de análise urbana da área de intervenção foi sistematizado por meio de uma leitura baseada no método abordado por Kevin Lynch em “A imagem da cidade” (1960) . Essa análise seguirá pelos cinco conceitos, identificando as suas definições e enquadrando os espaços dentro da área de intervenção. Dessa forma, visa-se constituir uma imagem desta parcela da cidade e sobre isso revelar as medidas e estratégias definidas para a intervenção urbana.

Por meio da análise realizada, o grupo desenvolveu um conjunto de estratégias urbanas, segundo o mote “(Re)conectar as Fontaínhas com o centro identitário, com o rio e consigo mesma”. Logo, algumas ideias foram definidas, como a proposição de novos percursos, atentos às diversas modalidades de mobilidade urbana, equipamentos de escala local e urbana, novos alojamentos, fragmentação de quarteirões e requalificação de espaços urbanos. Dessa forma, as estratégias, pretendem provocar maior permeabilidade na região, gerar mais atratividade e núcleos de serviços e atividades para estímulo aos fluxos urbanos. Além disso, a proposta de estratégia urbana definiu fases de implementação, identificando as necessidades prioritárias da região e a complementaridade, das novas articulações, à implementação das fases subsequentes.

Primeiramente, os “Limites” definidos por Lynch como “[...] fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento [...]” (Lynch, 1960, p. 58) e representados pelas linhas azuis são: a Ponte Infante D. Henrique , que pelos aspectos anteriores referidos, apresentam uma barreira para a continuidade das infraestruturas previamente desenhadas; a escarpa, um limite natural e físico que gera um impedimento na ligação entre a beira rio e a alameda, exigindo grandes esforços para vencer a diferença de cotas; e o Cemitério Prado do Repouso, construído em um período anterior a urbanização da parcela da cidade, que devido à sua característica funcional, dimensão e acessos, restringe a relação com outros espaços da cidade a horários de funcionamento.



Fig. 29 Fontaínhas, Bonfim - Porto

Fig. 30 Axonométrica da Estratégia Urbana | elaborada pelo autor



Em seguida, os Marcos, de acordo com Lynch, “São normalmente representados por um objecto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência, em relação a uma quantidade enorme de outros elementos.” (Lynch, 1960, p. 59). Além disso, a sua relação por vezes distante do observador, possibilita a leitura e construção da imagem da cidade. Sendo assim, afere-se que a Alameda oitocentista das Fontainhas juntamente com o Antigo asilo da Mendicidade, a Ponte Infante D. Henriques, o edifício do Lar dos Pequenitos e a Escola da Alegria, identificam o início do que se reconhece como a região das Fontainhas. Já o Cemitério do Prado do Repouso, o colégio Salesiano e a sua igreja e a Ponte D. Maria Pia revelam a finitude dessa área e permitem a leitura dos quarteirões internos entre estes dois principais pólos de referência para quem observa o local de fora.

Quanto a definição de Nó, importante para a compreensão dos espaços de maior afluência de pessoas, Lynch destaca como “[...] locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca.” (Lynch, 1960, p. 58). Sendo possível identificar três áreas distintas como Nó na região, que apresentam suas respectivas características e escalas, é importante interromper a sequência de identificação dos conceitos, pois os nós identificados são o ponto inicial de desenvolvimento de estratégias que visam a consolidação da região.

Nas proximidades do Cemitério do Prado do Repouso, o Largo do Padre Baltasar Guedes apresenta característica de um nó com qualidades locais, sendo a foz da Rua de São Vítor, Gomes Freire (ruas estruturantes no processo de urbanização do local) e Duque de Saldanha com fluxo intenso. Localizado entre os dois primeiros nós está a Praça da Alegria, que é identificada também como um nó por ser “[...] a condensação de alguns hábitos [...] o foco ou o «resumo» de um bairro.” (Lynch, 1960, p. 59), neste nó se faz presente semanalmente uma feira de alimentos frescos, produzidos em sua maioria nos espaços cultiváveis dos lotes, é cercada de comércio local, café, restaurante, mercearia e a Escola da Alegria.



31



32

Fig. 31 Axonométrica Nó 3 e 32. Axonométrica Nó 1 | elaborada pelo autor

Com a fragmentação dos quarteirões da Rua de São Victor, novos percursos se abriram, para uma maior circulação de indivíduos e a proposição de novos equipamentos. No Largo Padre Baltasar Guedes (nó 3), a sua reestruturação, visou consolidar a plataforma de chegada do Colégio Salesiano e acesso ao Cemitério, estabelecendo uma nova relação com a Ponte D. Maria Pia, a paisagem de Gaia, o novo equipamento de mercado público local, com atividades complementares e o alojamento noturno.

Próxima à Ponte Infante D. Henrique e em conjunto com a Alameda das Fontainhas (onde é realizada a tradicional feira da Vandoma), a área de interseção da Rua de Alexandre Herculano e a Rua das Fontainhas é entendida como um nó. Sua classificação de nó ocorre por esta área, representar o encontro de diversas vias e percursos, e ter potencialidades na construção de uma centralidade importante para a região. Ademais, a disposição singular e de destaque de um edifício de grande dimensão e impacto na paisagem urbana, como é o caso do Asilo da Mendicidade estabelece uma relação visual e de chegada que pode ser potencializada com a sua restauração e ocupação de um programa institucional.

Na parte poente da Alameda das Fontainhas, o edifício do antigo Asilo da Mendicidade, e os terrenos devolutos adjacentes, são integrados por meio de uma plataforma que visa garantir acessibilidade ao nível de chegada da ponte e o encontro da Rua Alexandre de Herculano e a Rua das Fontainhas, de maneira a recuperar parte da relação que estas estabeleciam com o antigo Asilo no século XX. Além disso, o terreno devoluto, é transformado em um jardim urbano, com uma promenade e estabelece relação entre o edifício destinado ao Centro de Convívio desenvolvido e o antigo Asilo que irá acomodar a nova sede do CNAIM (Centro Nacional de Apoio à integração de Migrante), com suas atividades administrativas e institucionais. Uma nova estação de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) se estabelece na escarpa, junto a Ladeira das Carquejeiras, e permite que esse ponto seja uma nova referência de ligação com o centro identitário.

Em relação às principais Vias, foram definidas devido a sua relevância no sistema viário, caráter estruturante da região e uniformidade ao longo do percurso, que torna a sua leitura, enquanto unidade, clara. O que também se revela nos critérios adotados para a identificação dos

Fig. 33 Lavadouro das Fontainhas e 34. Axonométrica da Intervenção na Encosta | elaborada pelo autor



33



34

74

Bairros, revelando o Bairro de São Victor, e é identificado pelo mesmo nome com o edifício da operação do SAAL do arquiteto Álvaro Siza. E o segundo bairro identificado na região entre a Rua de São Victor e a Rua Gomes Freire junto com os quarteirões adjacentes, caracterizado pela forte presença das ilhas operárias e um loteamento com uma perceptível uniformidade.

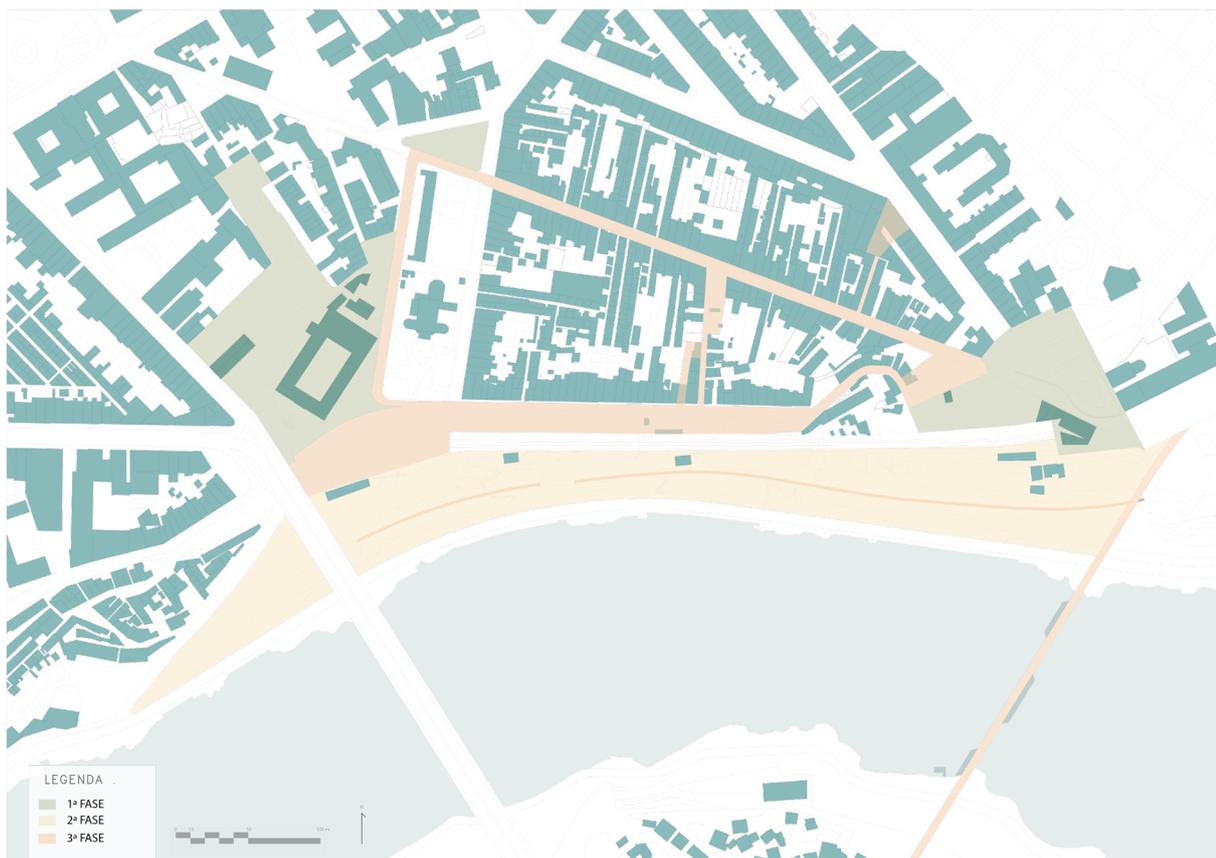
A reabilitação do passeio da Rua de São Victor, das escadas de conexão com a Alameda das Fontainhas reestruturada e consolidada, com uma plataforma de chegada de equipamento de ligação vertical da escarpa, pretende permeabilizar e aferir legibilidade para os percursos e conexões urbanas criadas. Ao longo da Rua de São Victor, os “Pocket Parks” criam espaços de convívio e troca entre os moradores e visitantes e ajudam na construção de uma sequência de espaços verdes até a Praça da Alegria (nó 2), que sofre intervenções pontuais, por ser bem articulada com a envolvente.

A estratégia Urbana desenvolvida, procurou recuperar conexões perdidas e desenvolver outras para que a região se mantenha atualizada às dinâmicas urbanas. A conexão com o centro identitário do Porto, visa explorar a visibilidade que pode ser adquirida por meio de intervenções em pontos de destaque da área. Já a conexão com o rio Douro, é essencial para a estrutura urbana local e para a dinamização entre a cota baixa e alta. E quanto a conexão interna da área, a proposição de espaços de socialização, comércio e serviço, pretende estimular as relações de vizinhança, e recuperar as atividades que já fizeram parte do cenário da região, como a feira de Vandoma e as festas de São João, que recentemente foram direcionadas para outras localidades.

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

A proposta foi desenvolvida com o objetivo de beneficiar a população residente e com atenção para um desenvolvimento orgânico da região. Dessa forma, evita-se a especulação imobiliária intensa e conseqüente gentrificação. Baseado nas interações de vizinhança geradas por equipamentos de uso cotidiano como os lavadouros, e mais efêmeros como a feira da Vandoma e a festa de São João, pretende-se valorizar o presente sentido de comunidade, que ainda se vê entre os residentes. Além disso, também objetivou a atração de novos cidadãos tanto para morar, quanto para frequentar essa área com o uso de equipamentos destinados a serviços, comércio, estudo e produção laboral, garantindo a completa reinserção dessa região na rede urbana da cidade. E, para

Fig. 35 Planta 1:1.000 Faseamento da Intervenção



que a reinserção seja completa e coerente com o tempo em que se planeja, entende-se que esse espaço também se estabelece como oportunidade para a inclusão e socialização de populações marginalizadas, como imigrantes e pessoas em situação de sem-abrigo. Dessa maneira, a reconexão desta área opera em multiníveis, do urbano ao individual, construindo um espaço multicultural, dinâmico e atrativo para todos. Além de expressar uma forma de resolução local, para um problema de origens globais (Bauman, 2005).

Fase 1

Na primeira fase, a proposta consiste na construção de novos equipamentos e praças, para a modernização e articulação com a rede de espaços verdes existentes da cidade. Dentre os equipamentos identificados como relevantes nesta etapa, estão o Centro Comunitário, os Banhos Públicos, o Alojamento Noturno e a reabilitação do antigo Asilo da Mendicidade. Esses equipamentos servem como catalisadores de pessoas, e atividades e promovem a absorção de parte da população que se encontra desamparada. Além disso, com a promoção da construção desses equipamentos, os dois nós (Alameda das Fontainhas [1] e Largo Padre Baltasar Guedes [3]) podem ser consolidados simultaneamente, e a reabilitação da Alameda oitocentista na sua parte mais a leste, pode ser concretizada, vincando o passeio e suas conexões.

Fase 2

Após a construção dos equipamentos que consolidam as áreas envolventes e promovem novas dinâmicas urbanas, as suas ligações, tanto mecânicas como automatizadas são essenciais para a completa integração destes aos percursos urbanos. Além disso, nesta fase os ajustes na Praça da Alegria podem ser executados para a melhoria das atividades já estabelecidas na região. Sendo assim, quanto aos novos percursos, prevê-se a construção de duas novas estações de metro, que rearticulam a escarpa e as Fontainhas a rede de mobilidade urbana da cidade. Com essas novas estações, os percursos pedonais de escadas ou funiculares são essenciais para a garantia da acessibilidade da população local e visitantes.

Fase 3

Com o objetivo de estabilizar todas as intervenções e a sua relação com o contexto, identificou-se a necessidade de construir os “pocket parks” dentro dos quarteirões da rua de São Victor e um edifício de habitação social na rua Alexandre de Herculano, próximo a chegada da Ponte D. Infante, com o intuito de assegurar o perímetro e destacar a chegada à plataforma construída na fase 1. Além disso, a reabilitação do lavadouro das Fontainhas é importante para recuperar parte da identidade da comunidade local. Finalmente, para criar oportunidades de trabalho para cidadãos residentes, define-se a construção de um café próximo ao mercado público local.

Posterior à execução faseada da estratégia urbana, foi definido o desenvolvimento de um dos três equipamentos, entendidos como essenciais para o desenvolvimento da região. Sua elaboração em concordância com as decisões urbanas visa dar continuidade e coerência, em diversas escalas, ao conjunto de intervenções. Desse modo, e como já identificado previamente, o equipamento do Centro de Convívio e Expressão Multicultural das Fontainhas é o foco de reflexão, análise e exploração na segunda parte da dissertação. Essa análise decorrerá da escala urbana à construtiva e material, em que a contextualização já realizada exerce influência direta nas decisões projetuais.

2 | O Projeto

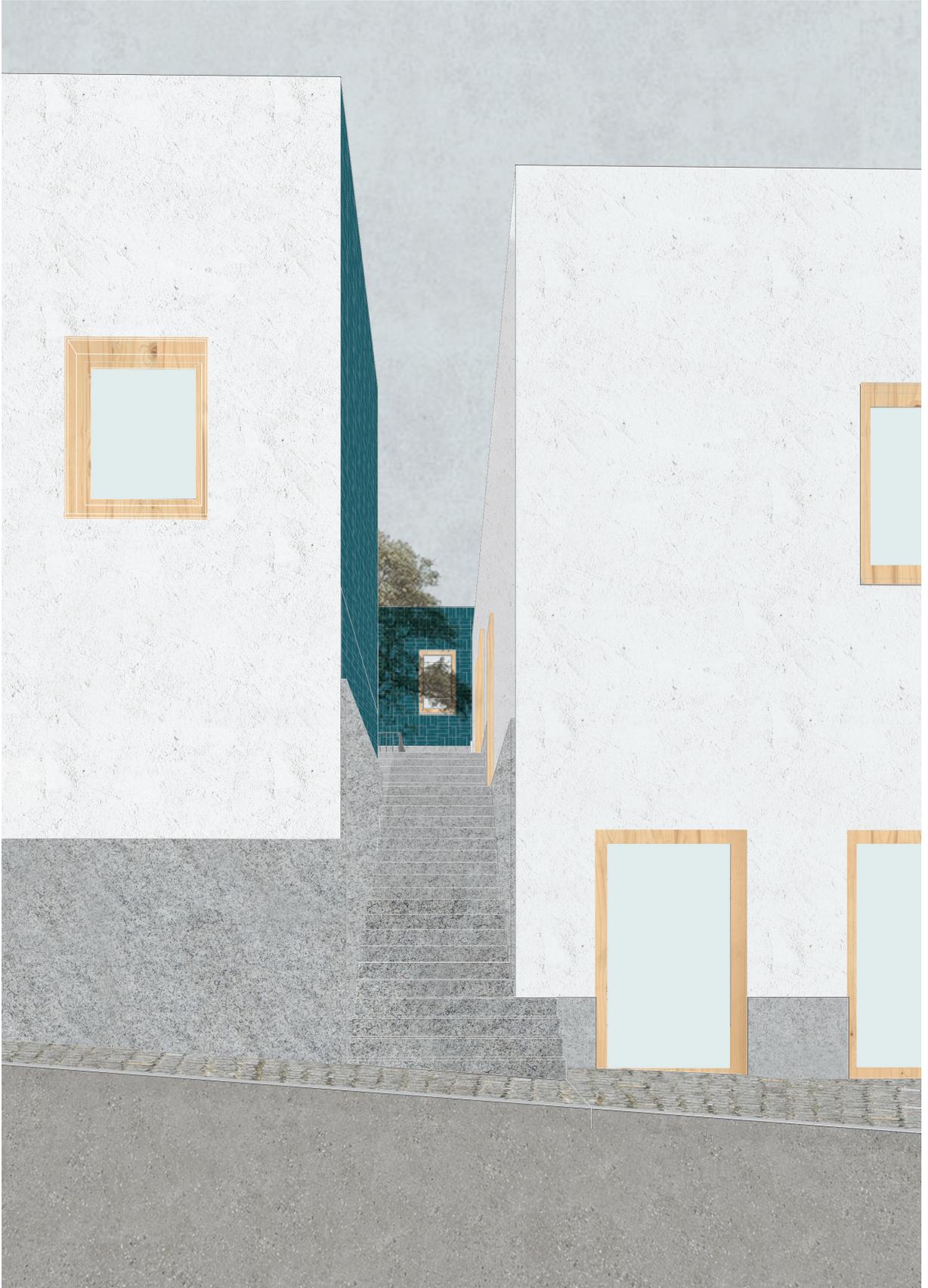


Fig. 36 Planta de Implantação 1:1.000 - Zoneamento das Fases



2.1 | Casos de Estudo

2.1.1 | Bairro de São Victor - Porto - Álvaro Siza

Na sequência da estratégia urbana, que concretiza algumas das reflexões teóricas desenvolvidas, a segunda parte desta dissertação procura de forma mais específica explorar as possíveis contribuições da matéria da arquitetura, por meio da análise de casos de estudos para a proposição de um projeto, que visa a resolução local de problemas globais. Para isso três projetos de diferentes programas, escalas e épocas, foram selecionados com o objetivo de encontrar métodos, e decisões para as resoluções de articulação com a envolvente, organização programática, linguagem material e sustentabilidade da obra, respectivamente. Os projetos que serão analisados a seguir são: A proposta de intervenção na região das Fontainhas, no âmbito da operação do SAAL, do arquiteto Álvaro Siza; o projeto do SESC Pompeia, da arquiteta Lina Bo Bardi e o projeto da Casa Acreditar do Porto do escritório ALA.rquitectos.

Inicialmente, cabe identificar que a intervenção no Bairro de São Victor, que deu origem ao projeto de habitação social desenvolvido pelo arquiteto Álvaro Siza, abrangia uma parcela maior do território que não se concretizou por completo. Neste caso, apenas a área da envolvente próxima do projeto sofreu mudanças estruturais, e parte dos terrenos que possuíam propostas estão devolutos ou com construções deterioradas. Sendo assim, o olhar atento ao projeto do arquiteto permite entender as dinâmicas propostas para o todo e as premissas urbanas e arquitetônicas adotadas.

Assim, as áreas de intervenção das Fontainhas foram divididas em fases, onde a primeira fase englobava o Bairro de São Victor e os lotes entre a Rua Nossa Senhora das Dores e a Rua das Fontainhas, em que o projeto do Centro de Convívio está implantado. Já a segunda e terceira fase incidiam sobre os grandes quarteirões entre as Ruas Gomes Freire, Rua de São Victor e a Rua de Duque de Palmela. Das três fases estipuladas apenas a primeira foi executada, ainda que, de forma parcial.

No que toca à primeira fase, importante para a caracterização do olhar sobre o território e as possibilidades de abordagem, foram definidos edifícios a construir e recuperar. De acordo com Siza a operação iniciada em junho de 1975, consistiu na abertura de uma via de acesso ao interior do quarteirão e a ocupação de terrenos livres com uma arquitetura que fazia “poucas referências ao existente, sobreposta ao preexistente (conservado mesmo em ruínas).” (Siza, 1976, p. 38).



Fig. 37 Planta de Implantação 1.1000 - Recuperar e Construir

“Os projectos e construções em curso compreendem quatro tipos de intervenção: A. Em terrenos totalmente livres no interior dos quarteirões (n.º 1 e 4 da Planta da Sr.ª das Dores); B. Em terrenos da periferia nunca construídos (n.º 6,7,8 e 9); C. Reconstrução aproveitando fundações e paredes de prédios semidemolidos, na periferia do quarteirão (n.º 2 e 5); D. Recuperação e equipamento de edifícios da periferia já desocupados (n.º 3).” (Siza, 1976, p. 38)

Por meio da análise dos esboços e plantas encontrados em “Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor” (2019) é possível constatar que o projeto proposto por Siza revela a intenção de recuperação de alguns edifícios que compõem a frente de rua da Rua das Fontainhas visando a sua continuidade, porém, estes edifícios não se encontram mais no terreno. Tal ausência gera tanto uma interrupção na frente de rua existente na época, como uma oportunidade para a construção de uma nova relação do edificado com os passeios e edifícios adjacentes. Desse modo, um edifício de raiz que se consolide no terreno deve estar atento às diversas relações que os edifícios da envolvente estabelecem entre si, a linguagem formal e material que constroem a atmosfera do lugar e as relações de escala entre as vias, passeios e edificado.

Ademais, foi possível perceber que na frente de rua da Nossa Sr.ª das Dores, o arquiteto propôs a construção de um novo conjunto habitacional, que prolonga a relação da rua com o espaço interior do quarteirão, por meio da estabilização do terreno em plataformas. Esta decisão projetual revela que Siza utiliza as premissas urbanas e suas dinâmicas já existentes nas ilhas operárias, potencializando-as e aferindo um caráter mais urbano aos espaços coletivos. O entendimento de que as circulações internas das ilhas configuram de certa forma um espaço público, como uma rua, é percebida pela disposição de dois volumes longitudinais orientados pelos limites dos lotes que dão origem a uma nave central.

Devido às diferenças de cotas característica da topografia do terreno, o jogo de plataformas proposto promove um espaço coletivo com maior salubridade, e permeabilidade. Diante da relação característica dos acessos às ilhas com a rua, a proposta de Siza cria um enquadramento no acesso inferior da plataforma de chegada. Com isso, destaca-se o dentro e fora, a relação que se desenvolve no interior e a relação que se estabelece com o exterior, apenas visual, com acessos pontuais e claros.

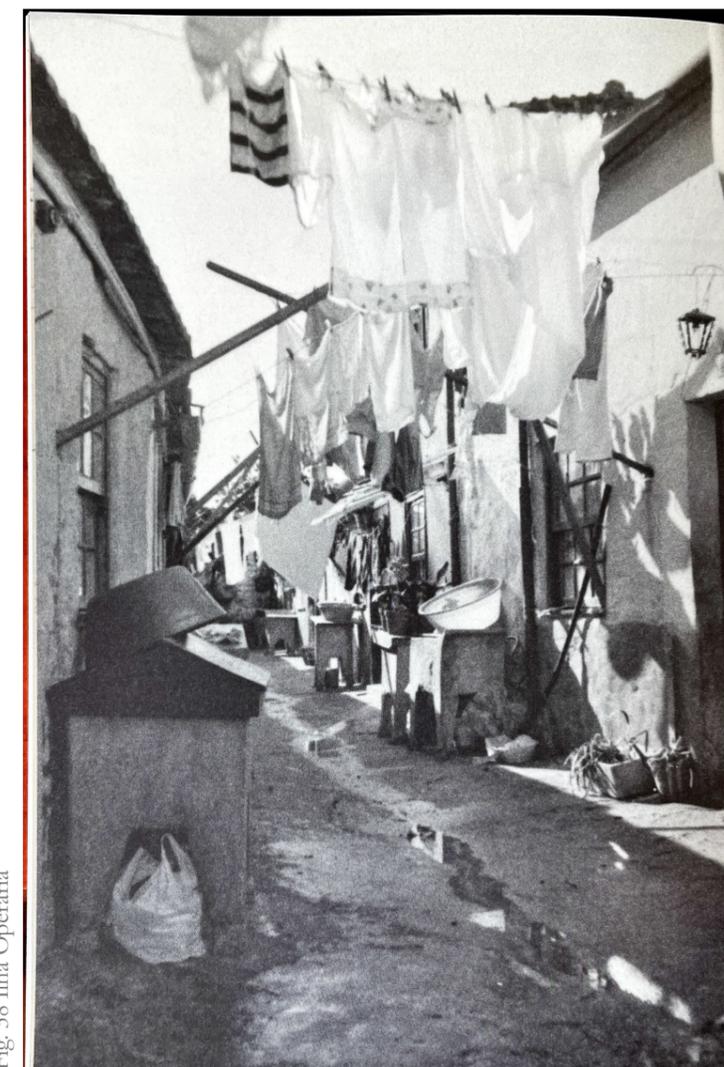
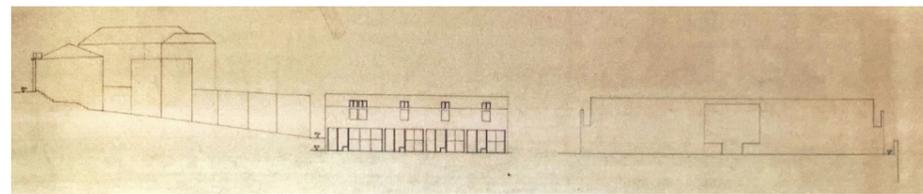
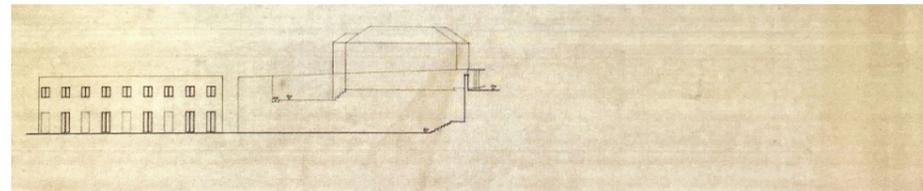
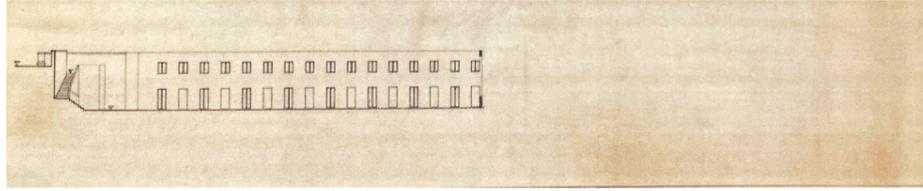
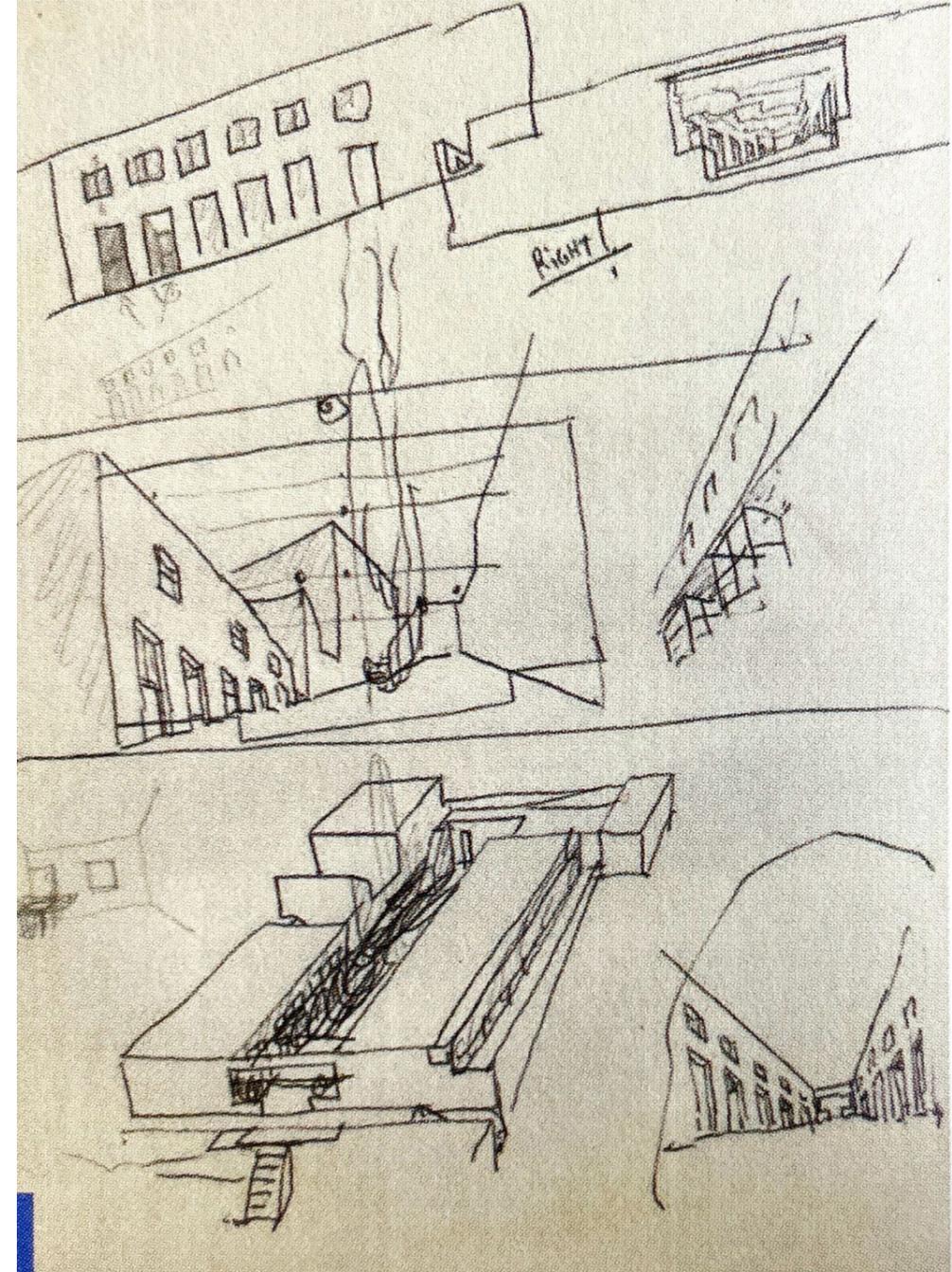
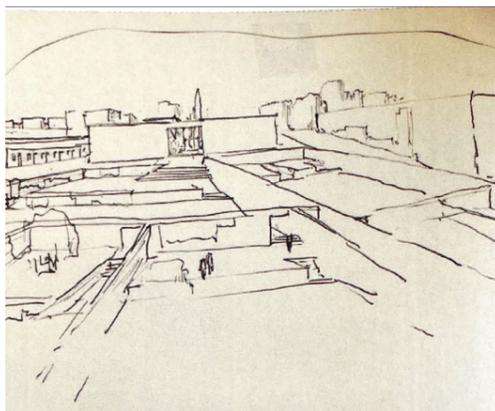


Fig. 38 Ilha Operária

Fig. 39 Rígorosos da Intervenção no terreno, 40. Esquissos da proposta e 41. Esquissos das Plataformas



39



40

Os movimentos claramente modernos dos edifícios e suas expressões que fazem pouca ou nenhuma referência ao preexistente, não impedem o arquiteto de observar a envolvente, e nela encontrar lógicas que possam ser reinterpretadas pela época em que está. Neste caso, é evidente que em termos de linguagem material, o arquiteto faz as escolhas sem constrangimento do existente, mas as dinâmicas, implantação e articulação dos volumes e os vãos possuem uma clara influência do modo de habitar local. Nesse sentido, a expressão dos alçados revela que houve uma observação do contexto.

Isto se expressa na relação dos vãos do segundo pavimento com os acessos no térreo da habitação, as alturas das portas e sua similaridade com a geometria e proporção dos alçados das casas burguesas que constituem a paisagem urbana local. Essa clareza na expressão dos rasgos na fachada, se revela importante para a consolidação da proposta no contexto em que se insere. Assim como a relação de escala do edificado onde é possível identificar que as habitações são de dois pavimentos, priorizando a escala humana e sua relação direta com os espaços. Ademais, se utiliza dessas opções de projeto para definir as relações visuais, a hierarquia entre o público/social e privado, mantendo a relação de vizinhança e comunitária característica da tipologia das ilhas, que constituem grande parte da atmosfera da vida social da região.

Sendo assim, é possível perceber que algumas das premissas definidas por Siza na sua proposta para o setor A4, que contempla alguns lotes no quarteirão entre a Rua das Fontainhas e Rua Nossa Sr.^a das Dores, são ainda relevantes para a consolidação desta parcela da cidade e configuram um caso de estudo para o desenvolvimento, adequado e integrado, de um equipamento social na região. Porém, novas questões surgem diante de mudanças urbanas do início do século XXI que impactaram as dinâmicas dessa área. A intensidade de fluxo das vias e da ponte construída, as ruínas, o vazio do terreno de implantação do projeto e a desarticulação do antigo asilo da mendicidade revelam que a proposta da década de 1970 não é totalmente compatível com o estado de degradação desta parcela da cidade.

Fig. 42 Espaços em relação, Sesc Pompeia



2.1.2 | SESC Pompeia - São Paulo - Lina Bo Bardi

“O centro da Fábrica da Pompeia é uma tentativa para criar um ponto de reunião, que não seja uma imposição cultural ou um fato artístico.” (Segundo Tempo: Sesc Pompeia 30 anos, [s.d.])

Outro caso de estudo importante para a leitura e composição do projeto, é a obra de Lina Bo Bardi em São Paulo, o Sesc Pompeia (1982). O projeto surge da necessidade de propor um espaço coletivo e cultural que desse suporte à vida dos habitantes das regiões próximas. De acordo com a arquiteta, a cidade de São Paulo carecia de áreas de lazer “afastados daquilo que era a realidade da cidade”, citando alguns poucos como o parque Ibirapuera, e o Aeroporto de Congonhas presentes nas áreas que contemplavam a realidade cidadina.

“[...] mas um verdadeiro centro que ofereça encontros humanos um pouco afastado daquilo que era a realidade da cidade, acho que até agora não existia [...]” (Segundo Tempo: Sesc Pompeia 30 anos, [s.d.])

Assim, a arquiteta determinou, de acordo com Marcelo Ferraz (Arquiteturas: Sesc Pompeia, 2015) a ocupação do espaço, por meio de programas relacionados às circulações horizontais e outros às circulações verticais. Esta gestão da ocupação foi orientada pela reabilitação do existente e proposição de novos volumes de acordo com as demandas dos programas estipulados. Dessa forma, em um novo bloco, com circulações verticais, foram empilhadas as atividades esportivas, por considerar ser uma atividade “introspectiva” e “focada na bola”. Já os programas culturais, de partilha e lazer ocuparam os galpões existentes, ligados a espaços de circulação horizontal, possibilitando uma maior permeabilidade entre programas e conseqüentemente estimulando os encontros.

O projeto se utilizou do sistema estrutural pavilhonar, característico dos armazéns industriais, para apoiar a integração de espaços e programas. Na zona dos armazéns, foi proposta uma “praça pública coberta”, segundo Fábio Malavoglia (Arquiteturas: Sesc Pompeia, 2015), onde também havia o programa de um espaço de leitura e biblioteca, em uma estrutura de concreto armado, de maneira a realizar a transição de escala, da industrial para a humana.

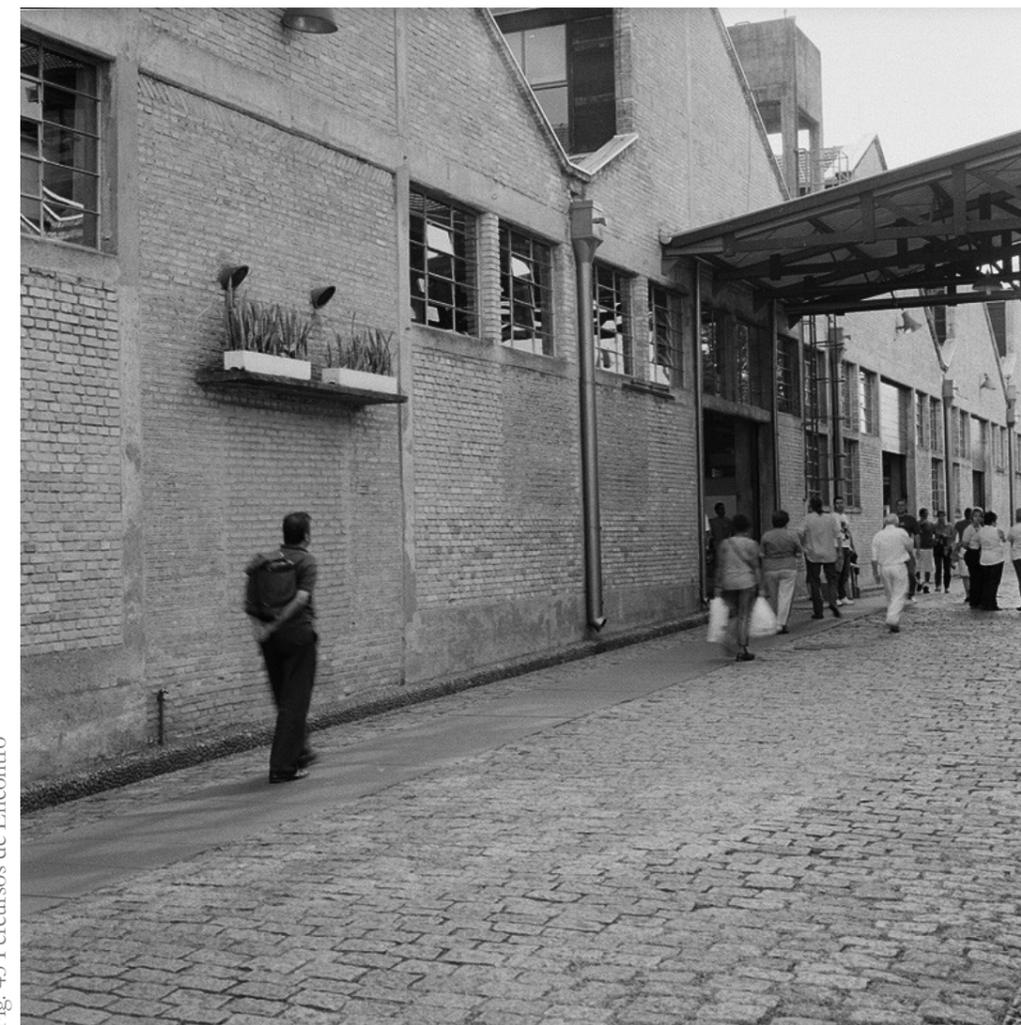
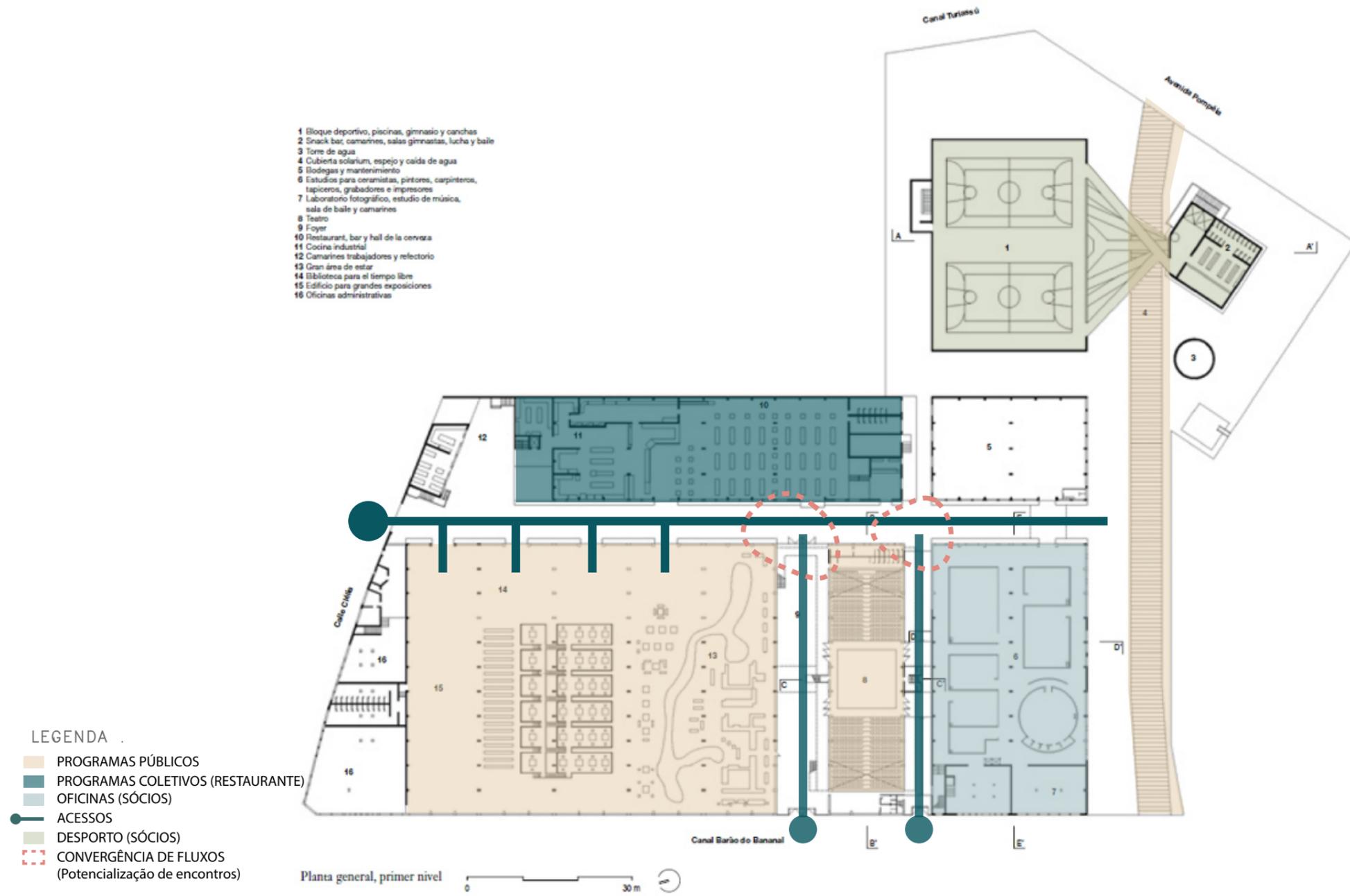


Fig. 43 Percursos de Encontro

Fig. 44 Análise da organização programática do SESC Pompeia

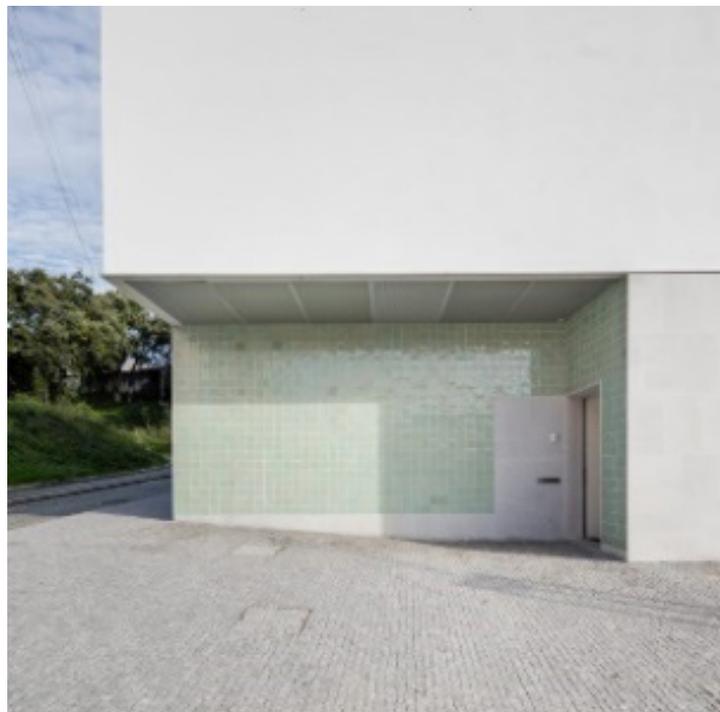


A setorização do programa em direta ligação com os acessos exteriores, se verifica na planta, e a mistura entre usos permite que estas circulações funcionem como artéria do projeto, alimentando os ambientes com vida cidadina. É importante ressaltar que a cantina, como um elemento de intenso uso, se dispõe de forma estratégica em um volume interior que se relaciona com ambos os acessos, promovendo a interiorização dos fluxos. Fator que alicerçado na experiência *in loco*, possibilita a ampliação da percepção do usuário para as possibilidades de atividades que são oferecidas pelo Centro Cultural.

Por fim, é necessário reafirmar o caráter inclusivo que a obra da arquiteta possui com a diversidade programática, que visa contemplar diversos grupos etários e tribos culturais. Ao dispor a organização do equipamento, o potencial se concretiza nos encontros entre grupos diversos, com seus objetivos e percepções. De modo a construir um espaço de interações, sem constrangimentos onde a arquitetura é o suporte da matéria viva e propositora de ideias (Arquiteturas: Sesc Pompeia, 2015).



45



46

Fig. 45 Perspectiva Geral do Edifício e 46. Acesso do edifício

2.1.3 | Casa Acreditar - Porto - ALA.rquitectos

Já o terceiro caso de estudo, novamente no contexto do Porto, é analisado com intuito de compreender as dinâmicas de escolha da materialidade que influenciam no resultado da articulação do edifício com a envolvente, sua resistência à intensidade de uso e legibilidade material do conjunto edificado, para uma melhor comunicação dos espaços com o usuário. Assim, o projeto do escritório ALA.rquitectos para a Casa Acreditar do Porto, se apresenta orientado pelas questões construtivas.

O projeto destina-se a ser um alojamento temporário para crianças e adolescentes e suas famílias, que enfrentam o tratamento contra o câncer, e que necessitem de uma habitação durante o período de tratamento. Assim, o projeto se orienta em busca do “máximo de conforto, que ajudasse a superar a saudade, criando um ambiente familiar numa convivência de amizade e solidariedade.”(ALA.rquitectos : Casa Acreditar Porto, 2017). Além disso, sob uma perspectiva de sustentabilidade econômica, os materiais do projeto foram escolhidos segundo disponibilidade em mercado nacional, durabilidade e resistência a usos intensivos, a fim de reduzir os gastos com transporte e manutenção.

Nota-se, na observação dos espaços externos em relação ao interior, que a materialidade revela a subtração de massa, e espaços exteriores de convívio. Por meio do azulejo em contraste com faces rebocadas, o invólucro exterior trabalha a ideia de escavação e transição de espaços sob influência de diferentes domínios. Dessa forma, a leitura do edificado se revela, em um primeiro momento, através da composição dos materiais na superfície dos alçados. De modo, que recursos visuais de sinalética são lidos posteriormente, reforçando a capacidade comunicativa da arquitetura na vertente construtiva e compositiva de ambientes.

Posto isso, um equipamento com mais características públicas do que uma habitação social, suscita maior abertura e integração dos espaços, para que não ocorram ambiguidades na comunicação e permeabilidade do complexo de edifícios proposto. Ademais, diante dos casos de estudo acima referidos, um conjunto de premissas pode ser adaptado para o contexto do projeto com o objetivo de construção de uma linguagem material, espacial e urbana informada e coerente. Assim, o capítulo que se apresenta a seguir, visa consolidar a integração urbana do edificado e explicar o programa e ambientes concebidos, expondo suas intencionalidades e materialização.

Fig. 47 Lista de Centros Comunitários do Porto

FILTRAR RESULTADOS

Concelho

Porto

Freguesia

Onde?

Limpar

Equipamentos: 9 · Capacidade total: 1948 · Total de utentes: 1588

EQUIP. SOC. OBRA SOCIAL DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM

União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

CENTRO SOCIAL DA SÉ CATEDRAL

União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

CENTRO COMUNITÁRIO

União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE NOSSA SENHORA DA AJUDA

União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

EQUIP. SOC. CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO NICOLAU

União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

CENTRO COMUNITÁRIO DE ALDOAR

União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

CASA DAS GLICÍNIAS

Campanhã

CENTRO COMUNITÁRIO DE LORDELO DO OURO

União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO AMIAL

Paranhos

2.2 | Contexto Atual e Projeções

O processo de elaboração do projeto, se alicerça também nos objetivos de desenvolvimento da cidade mais recentes estipulados pelo novo Plano Diretor Municipal do Porto 2021. O desenvolvimento deste novo plano, envolveu participação popular, e passou por diversas discussões públicas, em que sucederam a definição de objetivos de desenvolvimento da cidade na sua parte oriental. Assim, freguesias como Bonfim e Campanhã são alvos de ARU's (Área de Reabilitação Urbana) e ORU's (Operação de Reabilitação Urbana), que incidem sobre o território, com os objetivos de reabilitação do tecido urbano, social e econômico.

“[...] aposta no equilíbrio funcional do território e na diversificação de polos de desenvolvimento urbano, particularmente no que respeita à área oriental da cidade, onde a fixação de novas atividades e áreas de identificação urbanas se constituirão como alternativa e complemento às existentes nas zonas central e ocidental.” (Câmara Municipal do Porto, 2021)

Essa abertura para a parte oriental da cidade, visa diluir a centralidade da cidade que é vinculada na zona identitária, por meio do desenvolvimento urbano, econômico e social de novas centralidades, que funcionam em escala local. A policentralidade proposta, surge como resposta ao crescimento da cidade, sua relevância à nível regional e global, assim como os seus intensos fluxos pendulares. Assim, o projeto visa atender aos requisitos de desenvolvimento da Freguesia do Bonfim, orientado pelo PDM, consolidando as Fontainhas por meio da estratégia urbana, já mencionada, e do projeto do Centro de Convívio e Expressão Multicultural das Fontainhas.

Para além da perspectiva administrativa territorial, a abordagem social, que se baseia nas orientações da Direção Geral de Ação Social, também pauta as decisões projetuais, por meio de objetivos estratégicos para redução das exclusões sociais e integração de grupos fragilizados à comunidade. No contexto da cidade do Porto, a rede de suporte e equipamentos existentes, conta apenas com nove centros comunitários, com baixo alcance quantitativo o que indica a necessidade de novos equipamentos de integração social com uma melhor distribuição territorial.

“A construção da vida comunitária numa óptica integrada, não se limita apenas à existência de uma rede de serviços como solução estática e acabada dos problemas, mas é sobretudo o resultado da dinâmica das pessoas/grupos envolvidos, na determinação de mecanismos incentivadores e potenciadores do seu bem-estar.”(Direção-Geral da Acção Social, 2000)

Com isso, o projeto do centro de convívio não procura ser uma resposta estática e específica para os problemas levantados pela comunidade, mas sim, se tornar um HUB social que possibilite a articulação com outros equipamentos de interesse público e parceiros privados que disponham de serviços complementares e específicos, para uma maior potenciação de recursos. Dessa forma o equipamento poderá “Contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania e apoiar as famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social.”(Direcção-Geral da Acção Social, 2000)



Fig. 48 Portas de Ilhas Operárias



2.3 | Urbanidade

O processo de orientação de um indivíduo no espaço é uma característica que se desenvolve ao longo do tempo com a evolução das civilizações, o uso de nomes de ruas, placas e mapas por exemplo, revelam essa necessidade de construção de uma imagem mental do mundo externo que este constrói para se posicionar em relação ao todo (Lynch, 1960). Essa necessidade de estruturar o meio, de acordo com Lynch “é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo.”(Lynch, 1960, p. 14)

Diferentemente da cidade moderna, onde segundo Lynch perder-se “[...] dentro dela é, talvez, uma experiência rara.” (Lynch, 1960, p. 14), as cidades europeias como a cidade do Porto, que sofreram mudanças na sua estrutura ao longo dos séculos, e retém no seu tecido retalhos de urbanismos diferentes do moderno, suscitam uma leitura diferente. Para Lynch, o ato de se perder causa uma alteração no estado emocional e instabilidade na relação do indivíduo com o meio.

Porém, é essencialmente na divergência de pontos de vista que se encontra a reflexão acerca da legibilidade no contexto do projeto. Enquanto Lynch discorre sobre a necessidade de se encontrar e se localizar, e que este instinto do ser humano é importante para seu bem estar e segurança emocional, para Pallasmaa “A cidade obsessivamente funcionalizada” (Pallasmaa, 2017, p. 49) que é exageradamente evidente, legível e explícita perde sua aura de mistério e sonho. E conforme sua intimidade tátil, o segredo, a sedução e a carga erótica de descoberta de espaços íntimos e recônditos se dissolve na clareza dos espaços e sua setorização. A cidade se torna previsível e conhecida, onde as atmosferas singulares, que são alicerçadas na história, deixam de compor a imagem do lugar.

Segundo Pallasmaa “A cidade contemporânea é a cidade dos olhos. Seus movimentos rápidos e mecanizados nos impedem de estabelecer um contato íntimo e corporal com ela”(Pallasmaa, 2017, p. 47). Essa afirmação leva a refletir sobre como se vive e se percebe a atmosfera e as singularidades da área envolvente do terreno de implantação do projeto. Com a presença de uma ponte que realiza a ligação entre as duas margens do Rio D’ouro com vias de automóveis e espaços de estacionamento ao longo da rua das Fontainhas, a velocidade e a intensidade do fluxo automobilístico impedem que até mesmo os portuenses percebam as particularidades da região. Como Paulo Seixas relata, “O Porto das ilhas é o de uma cidade de peões. De carro, nas avenidas de grande circulação (...)” as ilhas ”tornam-se furtivas ao olhar.” (Seixas, 2008, p. 132).

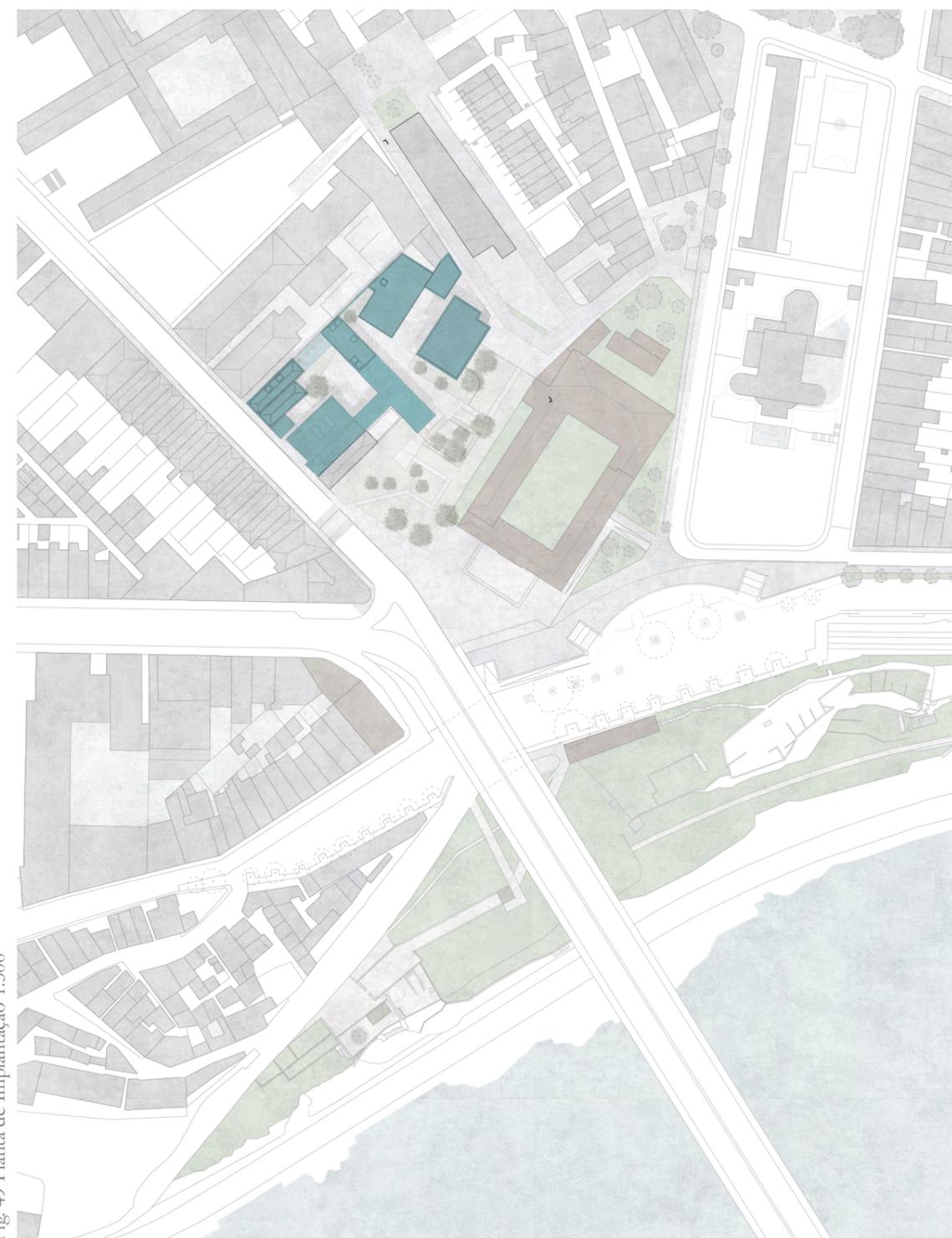


Fig. 49 Planta de Implantação 1.500



49



50

Fig. 50 Alçado A (Rua das Fontainhas) e 51. Alçado B (Rua Nossa Sr.ª das Dores)

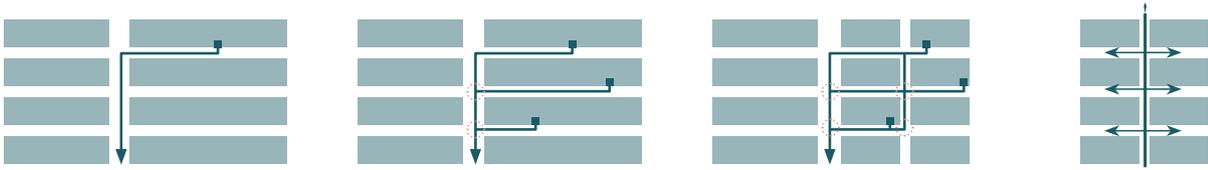
“Morfológicamente a ilha é um espaço muito específico e encontra-se as mais das vezes de tal forma imbricado no tecido urbano que é muito fácil os sinais da sua presença passarem despercebidos a um qualquer transeunte ainda que seja portuense.”(Seixas, 2008, p. 131)

Alicerçado nesses fatores pontuados acima e considerando as relações urbanas estabelecidas por Siza na sua proposta para a área, o projeto procura desenvolver a sua relação com o existente, as vias e os peões, de modo que a ambiguidade dos acessos das ilhas, por vezes encerrados, entreabertos ou escancarados (Seixas, 2008), encontrem por meio da expressão arquitetônica uma afirmação de identidade relacionada à dinâmica coletiva e modo de habitar local. É a partir deste fio condutor, que a urbanidade do projeto procura se desenvolver, seguindo as premissas da circulação interna das ilhas, com escala e desenhos adequados ao programa proposto.

PERCURSOS E ESPAÇOS URBANOS INTERIORES

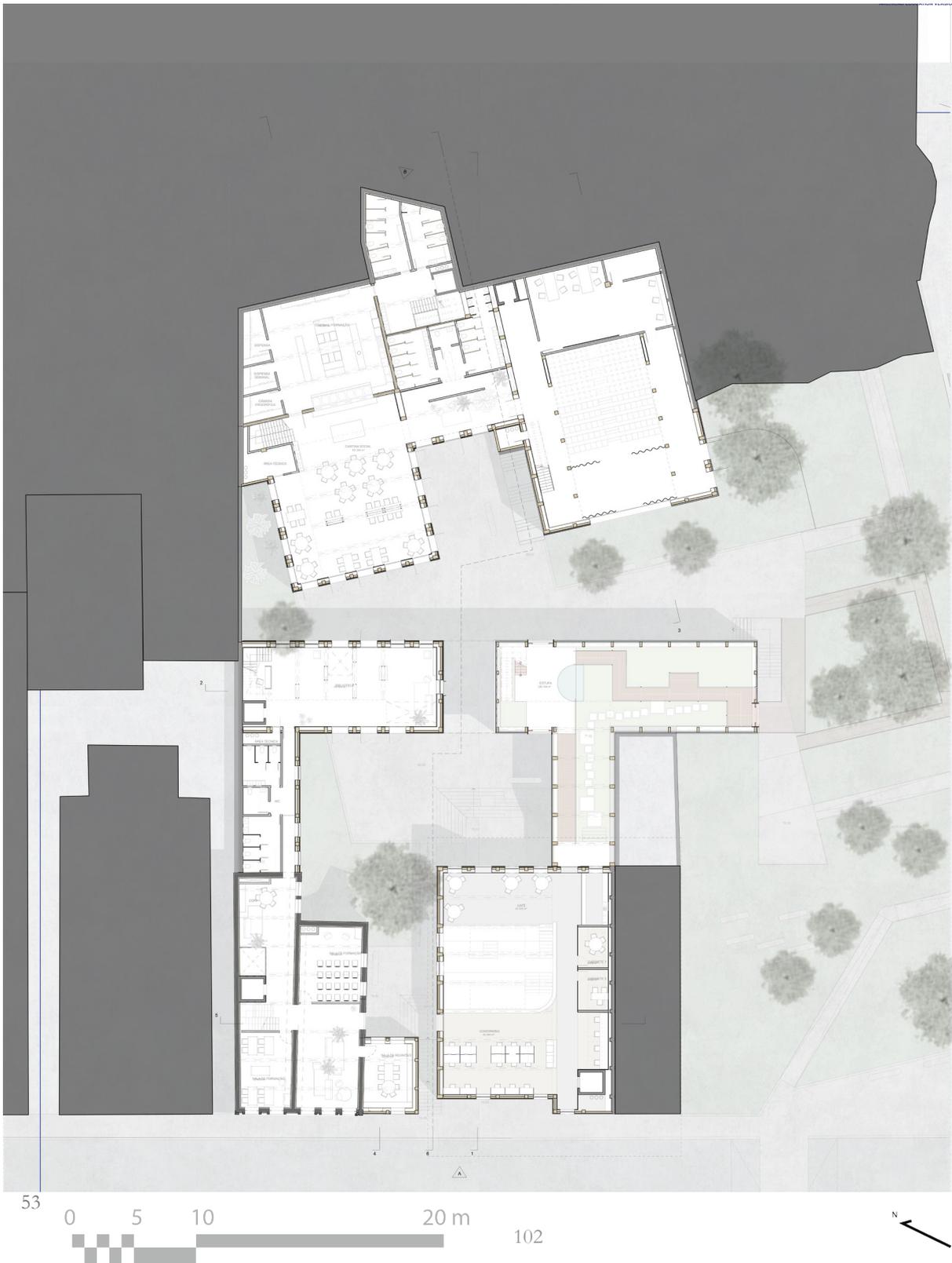
Com a proposição de percursos urbanos que cruzam o terreno do projeto e conectam duas ruas em diferentes cotas, surgem novos fluxos que são importantes e se relacionam diretamente com a organização programática do Centro de Convívio e aferem maior dinâmica urbana para esta parcela da cidade. Segundo Jane Jacobs (Jacobs, 1961) uma das condições indispensáveis para gerar uma diversidade exuberante nas ruas das cidades é a redução da dimensão das quadras através da inserção de novos percursos. Com isso a variedade de trajetos de um ponto ao outro se multiplica, possibilitando maior número de cruzamentos que geram encontros e pontos de confluência de pessoas.

Em sequência da criação de novos trajetos, a caracterização destes permite uma legibilidade e construção da narrativa do percurso. Gordon Cullen define alguns conceitos que incidem na análise do percurso pedonal e as relações dos espaços cheios e vazios da cidade, suas capacidades de apropriação e comunicação com peões. Tais conceitos podem acrescentar uma maior complexidade à leitura de Kevin Lynch previamente realizada e estabelecer uma maior compreensão das decisões projetuais ligadas ao espaço na escala humana e de vizinhança. Estas definições são orientadas pelos fluxos, geometrias e morfologias de conjuntos urbanos, em menor escala, que por meio de uma sucessão de momentos e enquadramentos no percurso criam atmosferas e caracterizam o lugar.



52 Aumentar as possibilidades de encontros nos percursos e a permeabilidade dos quarteirões

Fig. 52 Diagramas de percursos urbanos de Jane Jacobs e 53. Planta à Cota 81



“Num mundo de conceitos bem definidos as estradas destinaram-se ao trânsito de pessoas e coisas e os edifícios às relações sociais e de trabalho. Mas como a maioria das pessoas faz exatamente o que lhe convém, verifica-se que também o exterior se encontra ocupado para fins sociais e comerciais. A ocupação de determinados espaços ou linhas privilegiadas no exterior, os recintos, pontos focais, paisagens interiores, etc., são outras tantas formas de apropriação do espaço, [...]” (Cullen, 1961, p. 23)

Os espaços que se seguem são desenhados com características específicas, com o objetivo de atender as necessidades e se estabelecer como um espaço de apoio e expansão dos programas que se estabelecem em relação direta. Além disso, por meio destes pretende-se construir uma unidade urbana que, de acordo com Cullen, é caracterizada pela mutualidade de recintos, viscosidade, pontos focais e enclaves, que definem um padrão de conjunto urbano para peões. As hierarquias de fluxos, e a interiorização de edifícios originam uma combinação sequencial de espaços exteriores e interiores pedonais que são alimentados e vitalizados pelos fluxos mais intensos decorrentes das vias de circulação de automóveis e peões nos seus limites (nomeadamente rua das Fontainhas e rua Nossa Sr.^a das Dores).

Segundo Cullen, o espaço exterior que se constitui, não se sustenta apenas pela arquitetura, mas sim pelo relacionamento daqueles que o ocupam, seja em movimento, ou de forma estática. Este consiste na relação com a vegetação, com o céu, com o chão, nos encontros e desencontros. Nesse sentido, o projeto estabelece um ponto de partida na caracterização do espaço, e entende que a construção da atmosfera e das atividades que irão decorrer serão dependentes de variáveis que vão se modificar ao longo do tempo, de acordo com uso, função, clima e intenção dos usuários, por exemplo.

Na rua das Fontainhas, a ligação entre o percurso proposto e o edifício rehabilitado, permite que a memória da casa burguesa com o logradouro ocupado pelas ilhas operárias se revele de uma outra maneira, afirmando, através de um enquadramento visual com ligação pedonal, a presença de um espaço interior do lote, antes invisibilizado pela sua ambiguidade. Assim como na rua das Fontainhas, a rua Nossa Sr.^a das Dores também revela um enquadramento visual que orienta o indivíduo para o percurso que corta o terreno e dinamiza os fluxos pedonais.



Fig. 55 Axonometria Geral do Projeto



Ambos os acessos estão vinculados a espaços, chamados por Herman Hertzberger por “in-between spaces”, que fazem a transição entre territórios de diferentes domínios (Hertzberger, 2005). Além da finalidade de transição, estes espaços servem para marcar a entrada dos edifícios, tanto no espaço de coworking e recepção (Rua das Fontainhas), com o recuo do alinhamento do edificado, como no auditório (Rua Nossa Sr.^a. Das Dores), com a plataforma de chegada. Assim, pretende-se construir um espaço com sentido de acolhimento, e de transição de escala e domínio.

Em relação aos edifícios que constituem a frente da rua das Fontainhas, a vigente ausência do complexo edificado mais próximo ao antigo Asilo da Mendicidade, que provocava um ponto de tensão no encontro entre duas tipomorfologias de dimensões distintas, permite que um vazio urbano destinado a um jardim encerre o edifício antigo. Ademais, este estabelece um fim ao percurso da Alameda das Fontainhas e da plataforma de acesso ao edifício que foi designado como a nova sede do CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrante).

Por fim, este jardim também promove uma ligação acessível às diferentes plataformas do projeto e seus equipamentos, construindo um espaço de transição e permanência, onde a vegetação caracteriza o contraste entre o edificado com massa verde pontual e a densidade vegetativa do jardim urbano. Dessa maneira, por meio da vegetação procura-se manter o destaque do edifício do CNAIM, reduzir a tensão entre escalas divergentes e traçar relações visuais e espaciais controladas entre os vazios urbanos propostos. Em que o controle das relações visuais segue o conceito de “perspectiva velada” (Cullen, 1961), por estabelecer um mistério na composição da perspectiva sobre o jardim urbano, onde o edifício do auditório e da estufa se revelam, parcialmente, para o indivíduo que vem da rua de Alexandre Herculano.

Após a primeira aproximação ao objeto, que procura criar curiosidade nos indivíduos que percorrem esta parte da cidade aumentando a “carga erótica” da narrativa (Pallasmaa, 2017), os espaços interiores como o pátio, e a praça serão explanados para que se construa a imagem urbana completa do projeto para posterior exploração das suas escalas mais interiores.

Fig. 56 Perspectiva do Pátio



Ao longo do percurso longitudinal do projeto, com desníveis, a relação do “aqui conhecido” e do “além conhecido” (Cullen, 1961) se encontra em diferentes momentos. Dessa maneira o indivíduo ao percorrer o complexo edificado pelo seu exterior, percebe de onde parte e os caminhos que pode escolher, aferindo mistério, e ao mesmo tempo legibilidade. Nesse sentido, é por meio da composição de perspectivas, desníveis, diferença de planos e materialidade que marcam a leitura dos edifícios e seus programas que se constrói a paisagem urbana, e afirma a comunicação do edificado com o observador.

Neste caso o aqui é conhecido, mas o além é desconhecido e misterioso. No projeto o momento da escadaria que se revela na Rua das Fontainhas exerce esse papel de despertar a curiosidade do indivíduo que passa pelo passeio e nota no recuo, que o edifício faz, a indicação de subida para um espaço ainda por descobrir, mas com características urbanas não deixando dúvidas da permeabilidade que existe e da possibilidade de percorrê-lo.

As texturas dos materiais “ [...] surgem como estímulo a descobrir o panorama cotidiano.”(Cullen, 1961, p. 95), e nesse sentido o projeto recorre a elementos e texturas já conhecidos e consolidados na cidade: o azulejo, a madeira, o reboco e o granito. Assim, ao subir as escadas em um espaço de compressão e verticalidade, o cidadão depara-se com uma dilatação do espaço, em que a vegetação se estabelece como elemento escultórico compositivo do ambiente. Neste pátio, diferentes edifícios do projeto delimitam o espaço, e seus acessos se relacionam diretamente com as plataformas de permanência e circulação.

No seguimento do percurso em direção a cota mais alta, o observador pode enxergar por meio do vão que se abre entre a estufa e a biblioteca, a escada que sobe para a rua Nossa Sr.^a das Dores. A deflexão, que, segundo Cullen, é a ligeira torção do edifício em relação à uma estrutura de implantação ortogonal, foi definida para o conjunto de edifícios que faz a frente de rua com a rua Nossa Sr.^a das Dores. Essa mudança de eixo procura promover, tanto na frente de rua quanto no percurso interior, uma indicação de que algo está em relação com essa deflexão e ainda está por se revelar (Cullen, 1961, p. 45). Além disso, por haver uma maior proximidade de implantação



Fig. 57 Planta de Permeabilidade dos Espaços e 58. Perspectiva da Praça



e relação programática de suporte com o edifício do CNAIM, o auditório se utiliza do eixo de implantação do edificado para estabelecer uma relação menos conflitante e construir um jogo de perspectivas na praça interior.

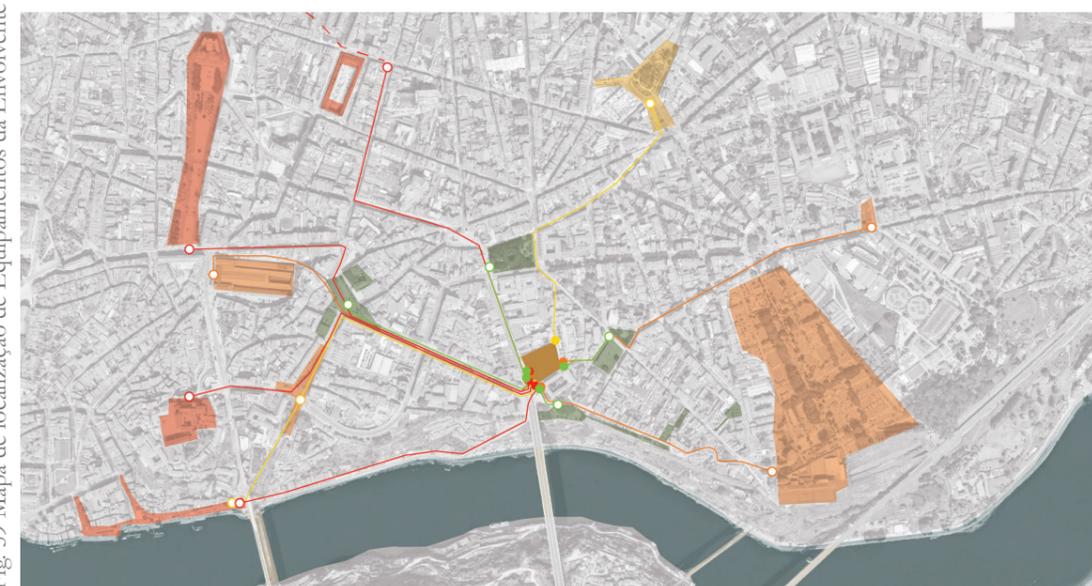
Já no espaço que se sucede ao pátio, com limites mais vincados a praça se revela para o observador, sendo o resultado da deflexão dos edifícios que compõem seus limites. Neste ambiente, os edifícios de maior confluência de pessoas, como a cantina social e o auditório se estabelecem em relação direta, com possibilidades de apropriação em épocas de clima quente. Esses edifícios se estabelecem como “edifícios-barreira”, em que mantém-se “o equilíbrio entre espaço delimitado e espaço fluido”(Cullen, 1961, p. 32). Neste caso, não se limita o tráfego de pessoas, e os edifícios funcionam como elemento de pontuação ou delimitação, de acordo com Cullen.

Ademais, com a torção do eixo do edificado, a praça de abre para o jardim urbano e cria um contraste entre a densidade de vegetação e a vegetação pontual presente na praça. A escolha da vegetação menos densa neste ambiente deve-se ao fato do favorecimento à insolação em épocas mais frias, e a possibilidade de ser um espaço menos restritivo para apropriação. Com isso, a relação entre indivíduos neste espaço se faz sem muitas barreiras, tanto visuais como físicas.

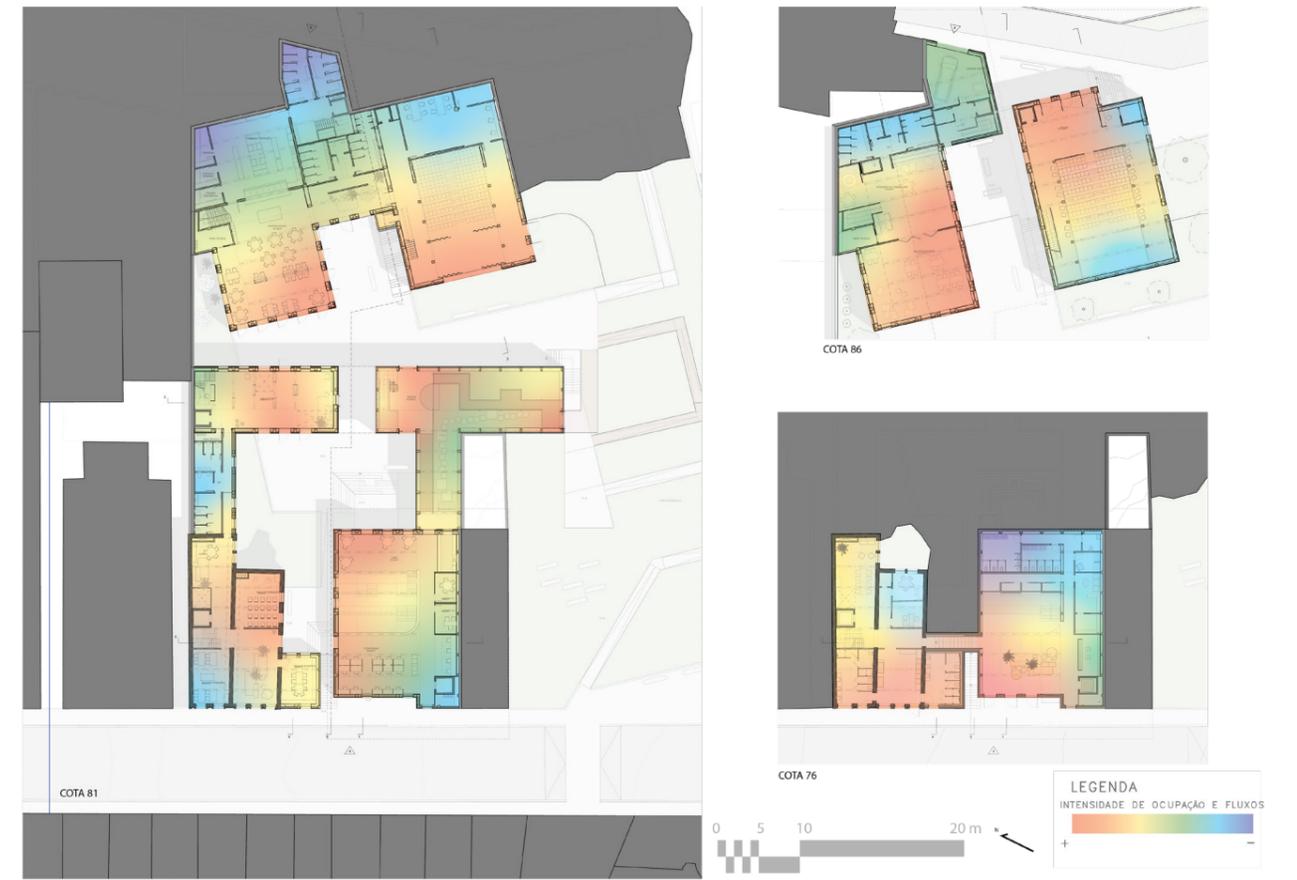
Com o objetivo de descomprimir o espaço fragmentando a altura de um dos edifícios, e vincar o acesso à cantina social, a chegada da escada na cota mais alta é caracterizada por meio de uma plataforma que estabelece a ligação entre a sala polivalente e o acesso lateral do auditório. Sendo assim, essa relação entre plataformas, cria um espaço que assume um aspecto de intimidade e aconchego, que pode ser identificado pelo conceito de “desnível abaixo do nível” de Gordon Cullen.

Logo, percebe-se que os espaços vazios têm um papel fulcral na relação entre programas, usuários, edifícios e a vizinhança. Em que a escala do edificado e dos espaços exteriores permitem que os usuários se sintam responsáveis e assim possam usufruir deles, evitando o que Hertzberger define como “alienation from the living environment” (Hertzberger, 2005, p. 47). De acordo com o autor, quando a escala dos espaços coletivos aumenta demais, o controle deixa de ser realizado pelos usuários e passa a ser necessária uma equipe administrativa para que se garanta a sua gestão. E é principalmente nesses espaços de encontro, que os usuários precisam se sentir responsáveis pelas interações e ocupação do espaço, para que haja compartilhamento de experiências.

Fig. 59 Mapa de localização de Equipamentos da Envolvente

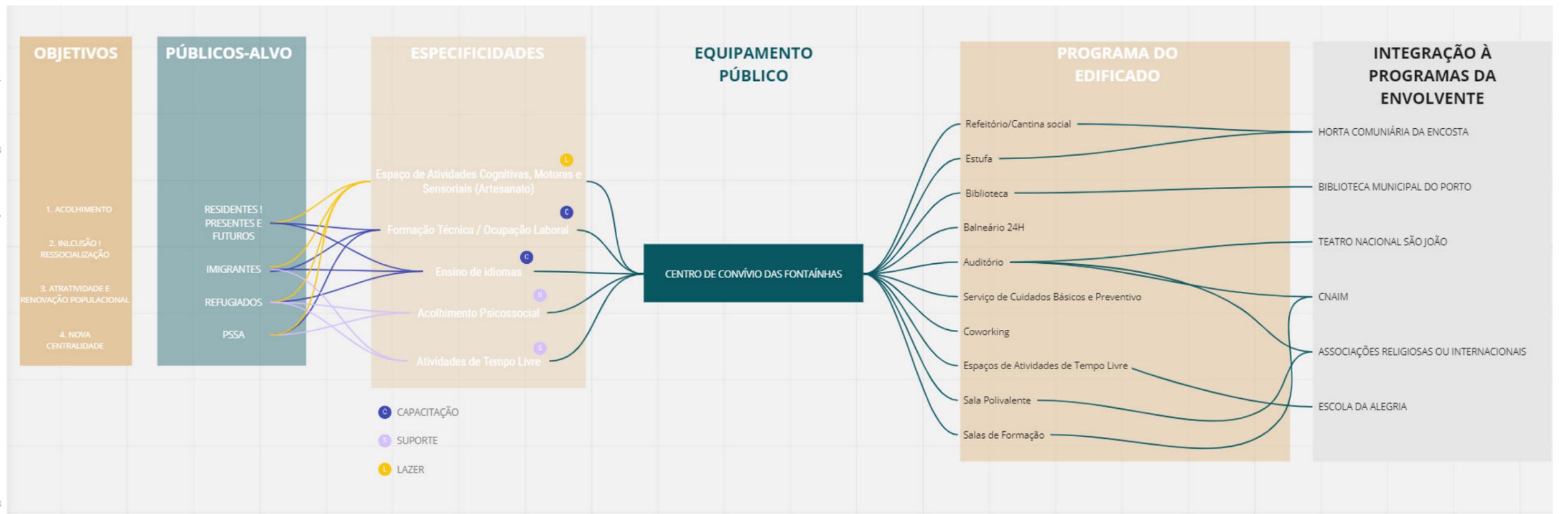


- 1-6minutos
- 7-10minutos
- 11-14minutos
- 15-19minutos



60

Fig. 60 Planta de Intensidade de Usos e 61. Definição do Programa e Objetivos



61

110

2.4 | Definição Programática e suas Intenções

Os programas que compõem o projeto foram definidos seguindo diferentes critérios, através de um organograma que permitisse uma leitura multinível dos fluxos estimulados. O objetivo foi propor uma mistura de funções que atendessem diferentes públicos-alvo, para fomentar os encontros. Dessa maneira, as ligações e o meio de conexão (circulações) são os espaços viscerais de troca visual, e física que permite uma ampliação na percepção do espaço e daqueles que o compartilham em diferentes momentos.

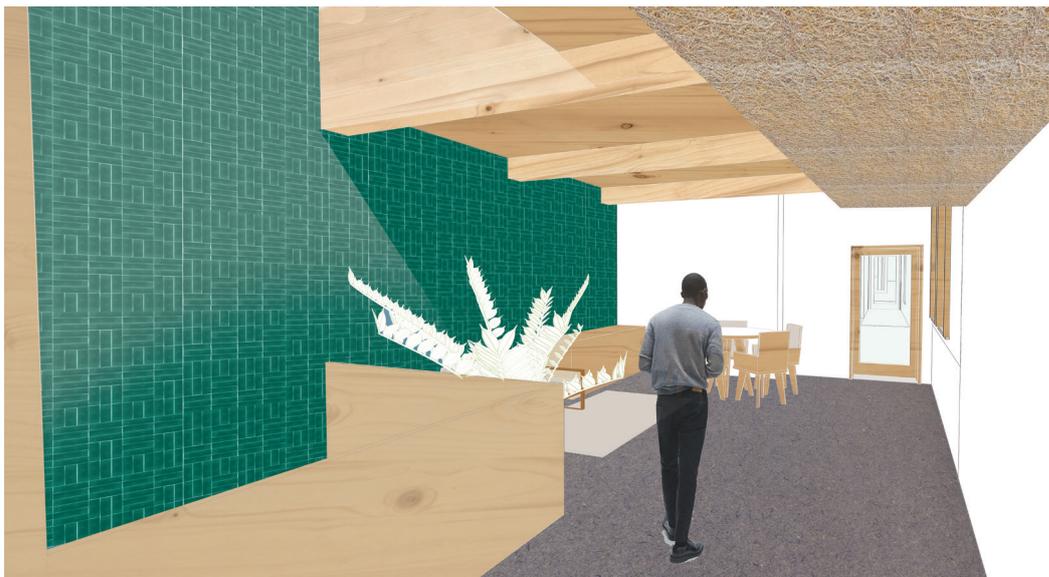
De outro modo, as tendências de fluxos foram projetadas em uma planta de “temperatura”, com o objetivo de perceber os pontos de maior confluência de pessoas. Assim, ao longo dos percursos, propôs-se ligações secundárias que permitam que o complexo edificado garanta a independência dos programas, e estes possam funcionar de maneira autônoma ou em conjunto com o restante. Isso possibilita, que diante de mudanças nas demandas da sociedade, o edificado possa absorver novas funções, que não alteram diretamente as funções que se mantêm.

Sendo assim, para uma melhor articulação dos programas que compõem o Centro de Convívio e Expressão Multicultural das Fontainhas, foi desenvolvido um diagrama que pudesse estabelecer as ligações e complementaridade de programas e equipamentos existentes na envolvente. Desse modo, o projeto se estabelece na rede de equipamentos sociais através de uma perspectiva integradora e complementar, dos vários serviços já disponíveis na cidade. Assim, o Centro se articula como um HUB que absorve grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade ou necessidade de auxílio para exercer sua cidadania por completo, com a possibilidade de direcionamento para equipamentos mais adequados às demandas individuais.

Devido ao seu caráter descentralizado, e suas múltiplas possibilidades de acesso e usos e a independência dos programas no sentido de funcionamento, a explanação do projeto não decorre de uma maneira canônica, de sequencialidade espacial a partir de uma entrada. O complexo edificado, dispondo de diversos acessos, seguindo o mote de estímulo a cruzamentos, se atentará a fazer uma leitura dos seus espaços seguindo a organização programática, que foi definida de acordo com a proximidade e caráter da envolvente.

EDIFÍCIOS
REABILITADOS

Fig. 62 Perspectiva Interna da Reabilitação



A habitação burguesa liberal, que caracteriza as construções da envolvente (Fernandes, 1996) e define o ritmo dos alçados na frente de rua das Fontainhas, possui características que foram utilizadas pelo projeto para se relacionar de maneira consciente com a envolvente, de uma perspectiva contemporânea. Ademais, a cultura construtiva e o sistema estrutural que utilizava basicamente três materiais: o granito, a madeira e a argila (Fernandes, 1996, p. 122, 1996, p. 145), influenciaram diretamente na concepção estrutural do edifício proposto.

Posto isto, no que toca à reabilitação do edifício que compreende parte da proposta, a lógica de organização interior com uma caixa de escada central e a circulação interior, seguiu os modelos existentes. O pavimento térreo voltado para funções de comércio ou arrumo também influenciou a organização funcional da proposta. No edifício reabilitado a função de maior contato com exterior é da lavanderia e balneários 24h, que devido a sua operatividade ser ininterrupta exige um controle de acesso para as funções mais interiores. Durante o horário de funcionamento comercial, este acesso permite que usuários dos balneários, possam utilizar os serviços de apoio médico e psicossocial, de maneira a criar mais um vínculo no processo de socialização e auxílio. Desse modo, o Centro de Convívio já se estabelece com um programa de absorção e auxílio de grupos em situação de vulnerabilidade social.

Nos pavimentos superiores, o nível de privacidade é acompanhado pelas funções. No primeiro pavimento, salas de formação e reunião estão dispostas para que ocorra uma relação direta, com o espaço de coworking, do edifício vizinho, e à biblioteca, edifício que se localiza na parte de trás da reabilitação. Já no último pavimento, estão dispostas as salas de atendimento médico, que exigem maior privacidade, acompanhadas de uma pequena sala de espera e de suporte. Todos os pavimentos são acessíveis por meio de uma caixa de elevador próxima a caixa de escada, e estas circulações fazem parte dos percursos que podem ser explorados pelo usuário.

Os elementos de ferro, presentes nesta tipologia (Fernandes, 1996, p. 145), principalmente nas guardas, aparecem na materialidade do projeto de forma pontual. Desse modo, os materiais presentes nos edifícios reabilitados, que seguem a tipologia dominante da rua das Fontainhas, se aplicam a todo o projeto, e procuram comunicar ao utente e transeunte, intenções de percurso, acessos e espaços de permanência. Quanto ao sistema estrutural, observou-se a dinâmica e a

Fig. 63 Planta de Percursos e Mancha de Programas



EDIFÍCIO DE ACOLHIMENTO

lógica construtiva da reabilitação, em que as paredes perimetrais ou as de meação, constituem-se de granito, assim como o pavimento térreo, em alguns casos. Já as estruturas internas de divisão de piso são de madeira com paredes de taipa ou tabique (Fernandes, 1996, p. 123), mais leves e de fácil remodelação.

Portanto, alicerçado na observação e compreensão da estrutura desta tipologia, o projeto desenvolve-se na sua vertente construtiva, procurando alinhar as lógicas já presentes com as questões contemporâneas de responsabilidade ecológica, redução de impactos na emissão de carbono para concepção dos edifícios de raiz. Assim, a madeira foi definida como elemento principal e estruturante, e a lógica do sistema porticado permite que o material seja valorizado na sua capacidade estrutural, compositiva e de acabamento em alguns pontos. No que se refere a utilização do granito, devido ao seu grande impacto na extração, transporte e emissões, este foi utilizado para acabamentos, a fim de afirmar seu vínculo com o existente.

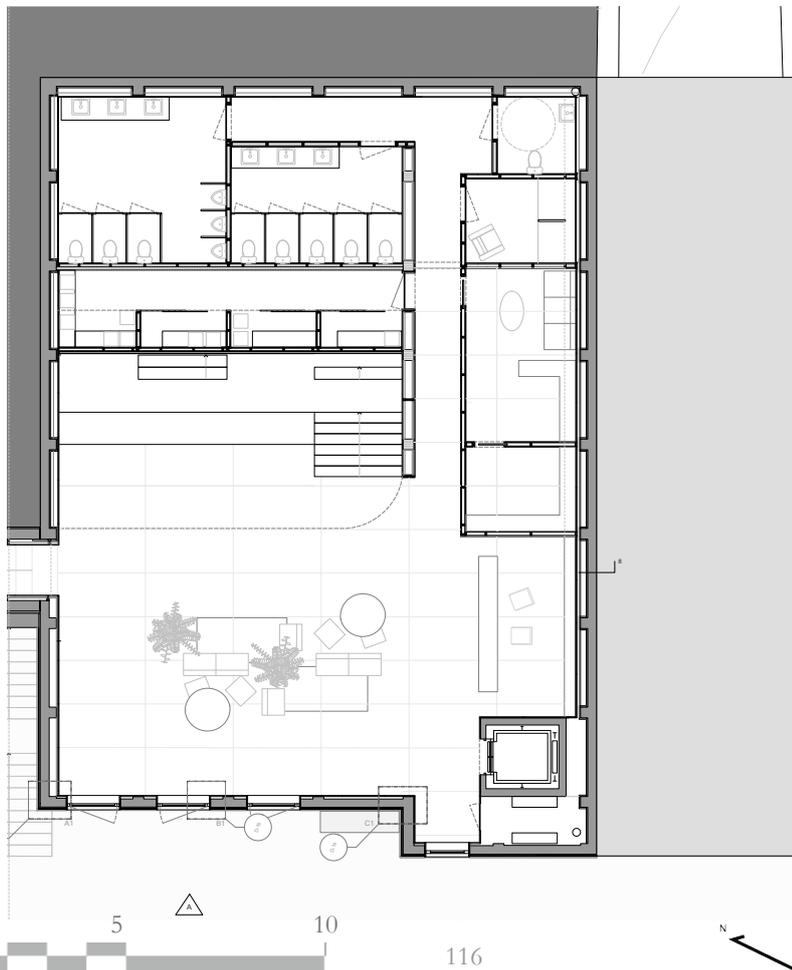
Esta introdução aos materiais e lógicas observadas na reabilitação dos edifícios, serve apenas como introdução dos programas que se apresentam nos edifícios de raiz. Isto ocorre para que o leitor possua uma referência do sistema estrutural e de alguns motivos da sua escolha. Mais a frente, seguindo a aproximação de escalas, o sistema construtivo será abordado.

De acordo com Francisco Fernandes “o número de vãos por frente de lote é quase fatalmente o três”(Fernandes, 1996, p. 145), assim o edifício adjacente ao reabilitado se propõe a estabelecer o contato com o transeunte da mesma forma. Por meio de três portas de madeira com vidro, a relação com interior se revela e o contraste da materialidade expressa o sentido de acolhimento e calor do interior diante da frieza dos materiais externos, com a dominância do granito. Além disso, o edifício cria um recuo do alinhamento dos alçados e aumenta o passeio público, criando um espaço de transição, marcado por um banco de madeira.

Ao entrar no edificado, este contempla um espaço de estar, com uma arquibancada com pé direito duplo que faz a ligação entre os dois pavimentos. A entrada de luz vinda da cobertura e das janelas voltadas para o pátio, cria um contraste e indica um movimento de subida, diante da compressão do teto da entrada. A direita, localiza-se uma recepção e balcão de informações e a



64



65

Fig. 64 Perspectiva de interior coworking e 65. Planta à Cota 76 1.50

116

caixa de elevador. Esta recepção se posiciona no lado oposto ao corredor de ligação com o edifício reabilitado, assim há um controle visual sobre os acessos aos programas de assistência.

No pavimento superior está o café, que se estabelece próximo ao acesso do pátio e a estufa, possibilitando o uso compartilhado destes espaços para estar, e a apropriação do pátio pelo café. Sob um pé direito mais baixo, os gabinetes administrativos se organizam, com paredes de policarbonato voltados para o vão da arquibancada. No fim do percurso está o coworking, que se estabelece com mobiliário de apoio, e uma diversidade de modos de ocupação, tanto em conjunto quanto individual. O acesso externo, a escada lateral, permite que a sala de reuniões do edifício ao lado possa ser utilizada de maneira prática. O programa administrativo e de suporte para ocupações laborais ou reuniões se estabelece como funcionalidades formais e de recepção de novos usuários. Assim, este bloco do Centro de Convívio, é focado em criar dinâmicas de uso apoiadas pelo edifício vizinho e pretende criar atratividade para empreendedores, jovens profissionais e imigrantes em inserção no mercado de trabalho.

Esses primeiros programas, se consolidam nos dois primeiros blocos do Centro de Convívio, voltados para uma área mais comercial e pretendem introduzir o usuário aos restantes programas do Centro, fomentando o seu envolvimento com o equipamento em diferentes aspectos. Além disso, a dinâmica de suporte entre os programas, segue o conceito de “necessidade de usos principais combinados” (Jacobs, 1961, p. 167) objetivando a diversidade urbana, onde indivíduos utilizam os programas com diferentes motivações e horários do dia diversos, aumentando os fluxos e a vivência nos espaços.

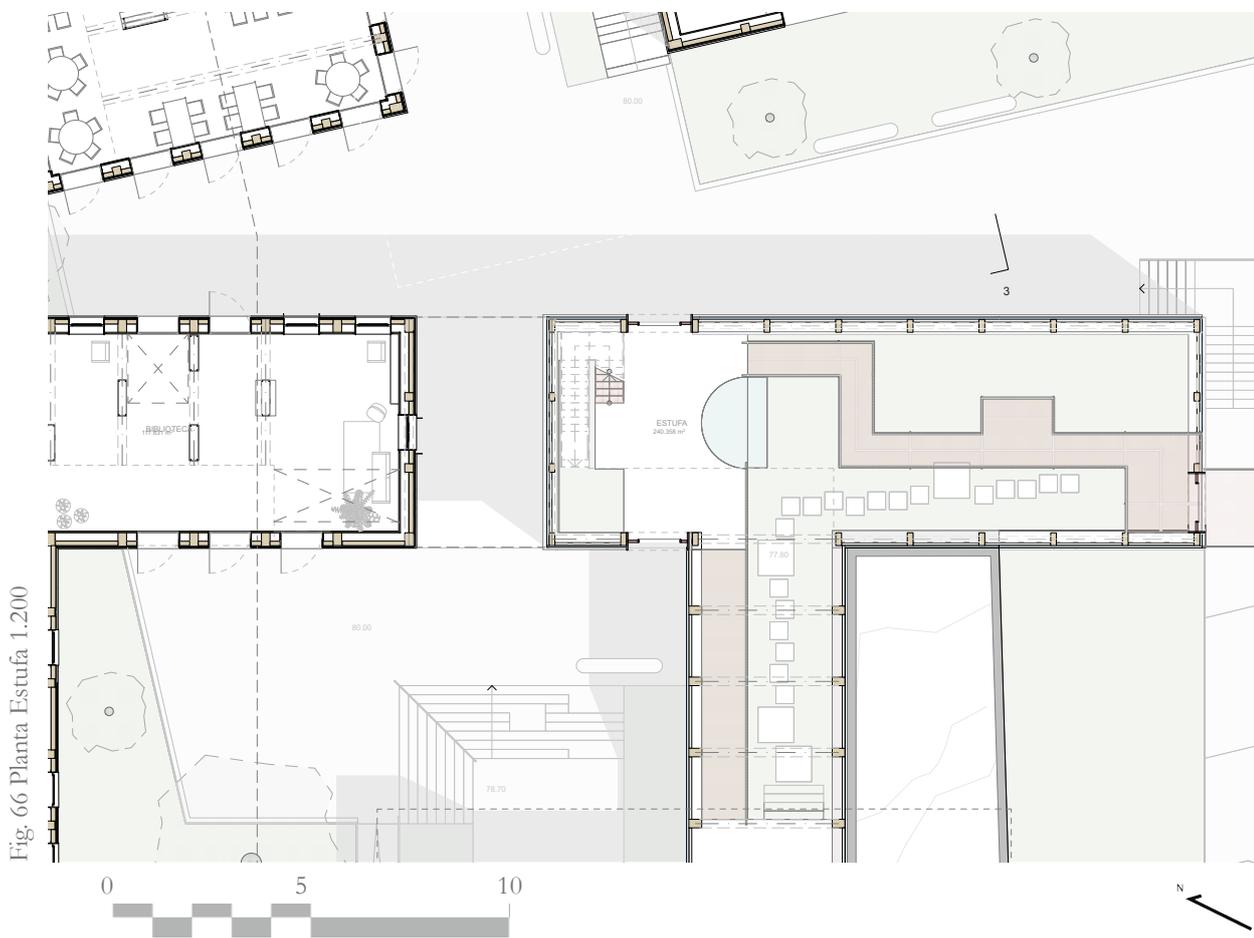


Fig. 66 Planta Estufa 1.200

A estufa é um elemento proposto com o objetivo de estabelecer pontes entre diversos aspectos tanto históricos quanto culturais que compõem o território. Com seu primeiro registro datado na Roma Antiga, sendo uma estrutura móvel para controlar a exposição solar das plantas para uso medicinal dos médicos do imperador Tibério. Essa estrutura, durante o inverno, era protegida por uma moldura “envidraçada” com pedra (Mitchell Tada, 2021). Posteriormente, no século XVII no palácio de Versalhes, essa estrutura, de 150 metros de comprimento por 12 de altura, aparece com o objetivo de proteger do frio as mil laranjeiras de Luís XIV (Mitchell Tada, 2021)

Assim, com o passar dos anos essas técnicas foram se aprimorando e seu uso diversificado, de uma estrutura para ricos contemplarem a beleza das espécies, ou a proteção de recursos alimentares das mudanças de clima, passou para catalogação e pesquisa de espécies raras e exóticas durante as navegações e colonizações. Com a evolução tecnológica da Revolução Industrial na Inglaterra, essas estruturas ganharam maiores dimensões e imponência, por meio do uso do metal e vidro. Nesse sentido, um dos grandes exemplos da estrutura, no seu uso mais suntuoso, é o da Exposição Internacional de 1851, em que o Palácio de Cristal ocupava 8 hectares e alcançava uma altura de 51 metros. De acordo com Mitchell, após a exposição, as estufas se consolidaram na Europa como uma possibilidade de relação dos edifícios com o exterior, devido a sua facilidade e agilidade na construção (Mitchell Tada, 2021).

Porém, cabe ressaltar, que de acordo com Mitchell na sua análise do livro “The conservatory; Gardens Under glass” de Alan Stein e Nancy Virts, a história da estufa é impulsionada por interesses de elite, com fins de pesquisa ou autoafirmação, mas que tem registrado nela também, a história dos operários, das culturas e territórios de origem das espécies. Assim, diante da contemporaneidade, as estufas se estabelecem como centro de pesquisa, educação, proteção e manutenção da biodiversidade (Mitchell Tada, 2021). Ainda que de certa forma, persista o problema que deu origem às estruturas, segundo a autora, “uma visão de mundo que coleta, “protege”, controla e sistematiza o outro exótico.”(Mitchell Tada, 2021) esse equipamento tem relevância em tempos de mudanças climáticas e auxílio na integração de populações imigrantes.



Fig. 67 Corte 5 1:200

Fig. 68. Perspectiva Interna Estufa



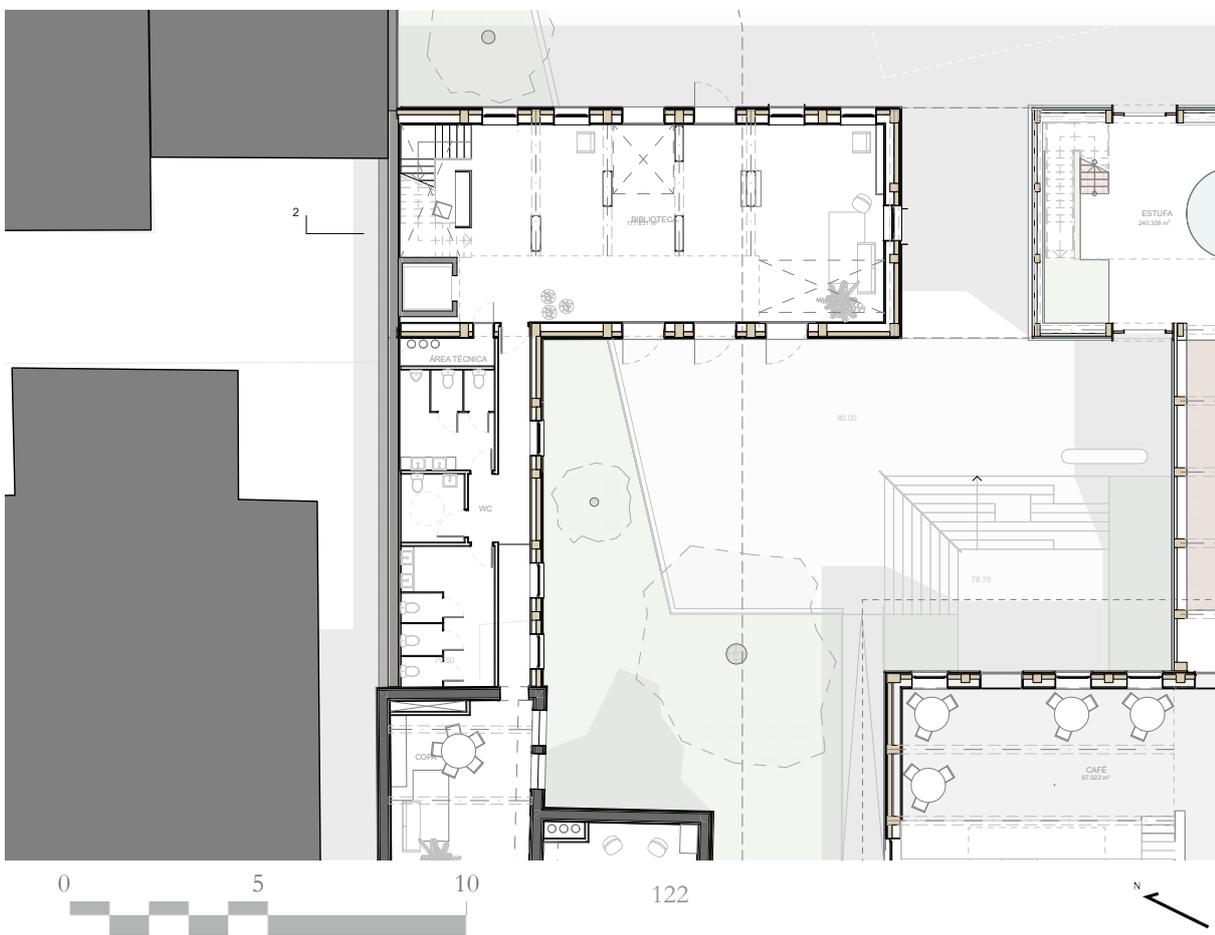
Segundo Pallasmaa, as edificações atuais servem como importante mecanismo da memória, pois materializam a passagem do tempo e a tornam visível, além de concretizar a lembrança ao conter e projetar memórias e estimula e inspira a recordar e imaginar. Ademais, o autor afirma que “Temos partes projetadas e ocultas de nossas vidas em paisagens e casa que habitamos[...]” (Pallasmaa, 2018, p. 17). Dessa maneira, entende-se ser de grande relevância para o fortalecimento do vínculo com o lugar, propor um espaço que estimule sensorialmente o indivíduo a recordar, imaginar e ressignificar o espaço por meio de suas memórias.

Reconhece-se que “A memória também é o terreno da identidade pessoal: somos o que lembramos.” (Pallasmaa, 2018, p. 16), e a estufa pode auxiliar aos indivíduos que se encontram nesse processo de se reconhecer no novo espaço que vivem. Sua estrutura tem capacidade de conter espécies de diversos lugares do mundo, em que seu crescimento é marcado pelo tempo e sua diversidade invoca a memória de paisagens naturais já vistas. Além de proporcionar as experiências sensoriais em que o indivíduo se relaciona no espaço, com todo seu corpo, e tem no silêncio um importante aliado para sua introspecção e reflexão pessoal.

Sendo assim, e dentro do contexto do projeto, a estufa procura se inserir a partir de uma perspectiva de construção coletiva de paisagem, onde os usuários possam acompanhar o crescimento da vegetação e concretizar seus contributos para a construção da atmosfera. O objetivo é disponibilizar um espaço que possa sofrer constantes mudanças na experiência sensorial, de maneira a estar alinhado em sintonia com os usuários e suas memórias. Desse modo, a estufa possui um mezanino onde os utentes do Centro de Convívio, possam manipular e germinar espécies com diversas finalidades (agrícola, medicinal, entre outras) para construir a paisagem. Assim, a composição da paisagem se articula com o utente em diferentes níveis, e possibilita desde a troca coletiva até a reflexão individual, para a construção de novas experiências e memórias, viabilizando seu vínculo afetivo de uma outra perspectiva.

BIBLIOTECA

Fig. 69 Planta Biblioteca 1.200



De modo operativo, esse programa se articula com o jardim urbano proposto, dando continuidade ao percurso iniciado na rua das Fontainhas. Ainda, com o objetivo de dar encadeamento aos espaços, o volume da estufa se articula com o café e espaço de coworking, por meio de uma promenade em rampa, garantindo a acessibilidade e a narrativa de percurso. Os acessos ao exterior, se localizam em um ponto de encontro de todos os percursos, no final da rampa e do percurso suspenso, possibilitando o contato direto com o pátio interno ou a praça. O percurso suspenso da estufa foi definido com o objetivo de garantir a completa ocupação vegetal do solo, e criar duas experiências sensoriais distintas de imersão.

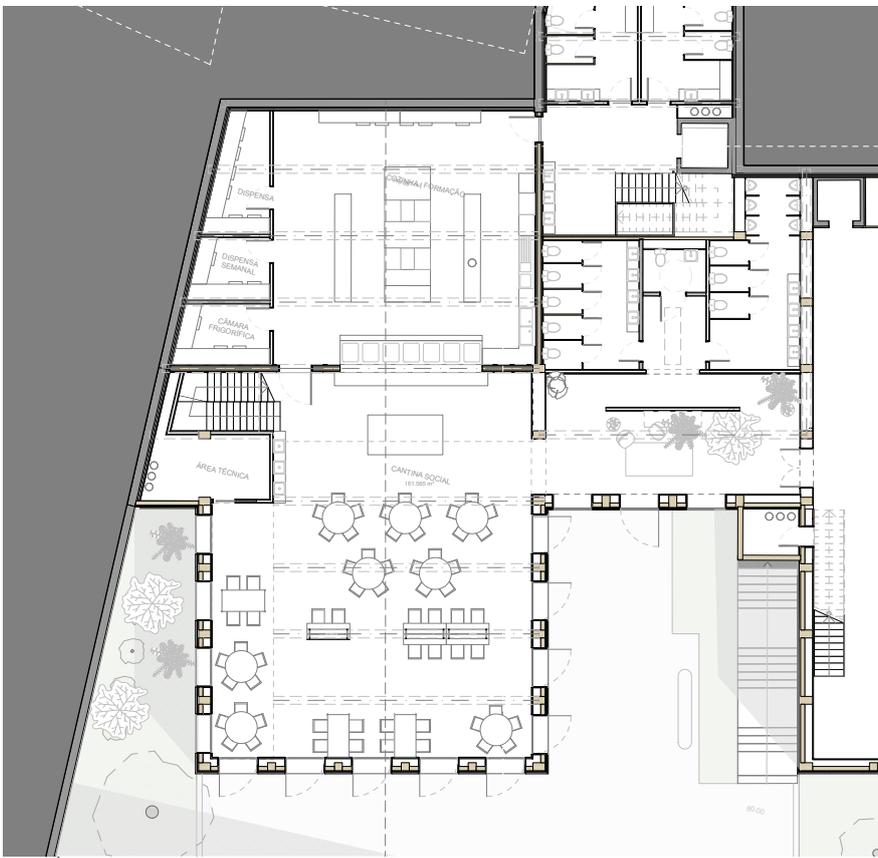
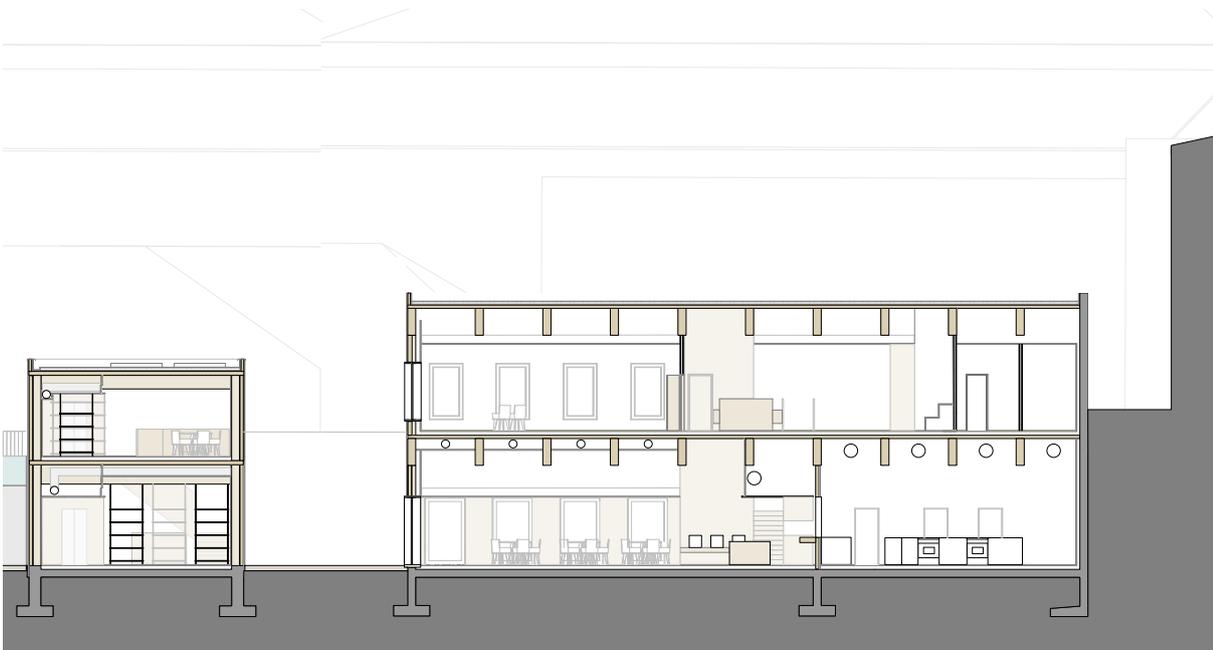
Já no pavimento superior que se liga à biblioteca, pretende-se uma maior troca entre o mezanino de trabalho com o pavimento de estudos da biblioteca. Desse modo, possibilita-se a geração de espaços menos formais para produção artística e pesquisa na interseção dos dois programas, além de um enquadramento visual da ampla área da estufa.

Sendo a biblioteca um programa que facilita o acesso ao conhecimento registrado, por meio de manuscritos, revistas e livros no geral, esta se inscreve no projeto em um edifício que se articula de formas diferentes com os espaços exteriores e adjacentes. A permeabilidade no pavimento térreo, com uma sequência de portas, possibilita a abertura e apropriação do pátio, que tem um anfiteatro circular voltado para a vegetação, podendo ser utilizado em dias de sol. Além disso, eventos podem ser criados nesse espaço mais público, sem interferir nas atividades mais silenciosas do pavimento superior.

No segundo pavimento, propõem-se um ambiente voltado para o estudo e leitura, mais formal. Na sua sequência, possui três opções de ambientes, podendo ser utilizado o seu interior em dias mais frios, assim como o mezanino da estufa, e em dias mais quentes, o deck voltado para o pátio. Desse modo, atividades de discussão em grupo podem ser realizadas sem interferência ao espaço mais formal de leitura e estudo.

O mobiliário das estantes, pretende ser móvel, assim, o trilho da estante suspensa é instalado nas vigas de madeira, podendo correr de um lado ao outro, possibilitando a mudança do layout. Dessa forma, o layout tira partido da estrutura e métrica construtiva, aferindo expressão direta na composição do espaço. Além disso, a abertura do piso superior e a iluminação zenital na cobertura, possibilitam uma troca visual entre pavimentos.

CANTINA SOCIAL



POLIVALENTE

Fig. 70 Planta Cantina 1.200 e 71. Corte 1.200

Em relação direta com a praça, a cantina social se posiciona como um programa com grande potencialidade de apropriação do espaço externo. Alicerçada na perspectiva de inclusão, o atendimento é orientado a todos os usuários, com especial atenção a grupos vulnerabilizados. Esta, se propõem a ser uma escola de restauração, onde os utentes interessados passam pelo processo de formação na cozinha, e aprendem um ofício. Assim, o Centro de Convívio absorve parte dos utentes para formação e posterior inserção, no mercado de trabalho, com experiência prévia.

Com a fragmentação do volume entre a cantina social e o auditório, a indicação do percurso de acesso para esse volume se faz no edifício menor, o que leva ao usuário ter acesso primeiro ao balcão para se servir. No salão, o usuário tem opções de fazer a refeição sozinho, ou em coletivo. Essa decisão permite que cada pessoa decida onde se sentar, de acordo com a sua relação com o momento da refeição e conforto.

O pé direito e a extensão do salão, provocam o utente a estar sempre em relação com o exterior, emoldurado pelas portas. O alçado voltado para o limite do terreno tem a presença de um jardim que oferece uma zona de baixa pressão que possibilita temperaturas mais amenas nos dias de verão, devido à intensa exposição solar que o volume possui ao longo do dia. Além disso, os vãos se organizam, sendo todos acessíveis, funcionando de acordo com a mudança do layout do salão de refeições, onde suas portas podem ser abertas por completo, permitindo a ventilação e interação com exterior.

No segundo pavimento do volume, a sala polivalente se estabelece como um programa disponível para todos os grupos, e indivíduos que utilizam o Centro de Convívio. Nesta sala, diversas atividades podem ser realizadas, desde pequenas feiras, conferências, reuniões, palestras ou eventos religiosos. Os painéis de madeira e translúcidos, funcionam para a fragmentação do espaço se necessário. A métrica segue a estrutura das vigas de madeira que percorrem todo o ambiente. Próxima a sala, que tem um acesso próprio pela plataforma superior, com um espaço externo que faz a mediação de fluxos, entre o auditório e a sala polivalente está a recepção. Esta funciona para gestão tanto da sala polivalente quanto para a gestão dos acessos à sala de atividades infantis de tempo livre.



AUDITÓRIO

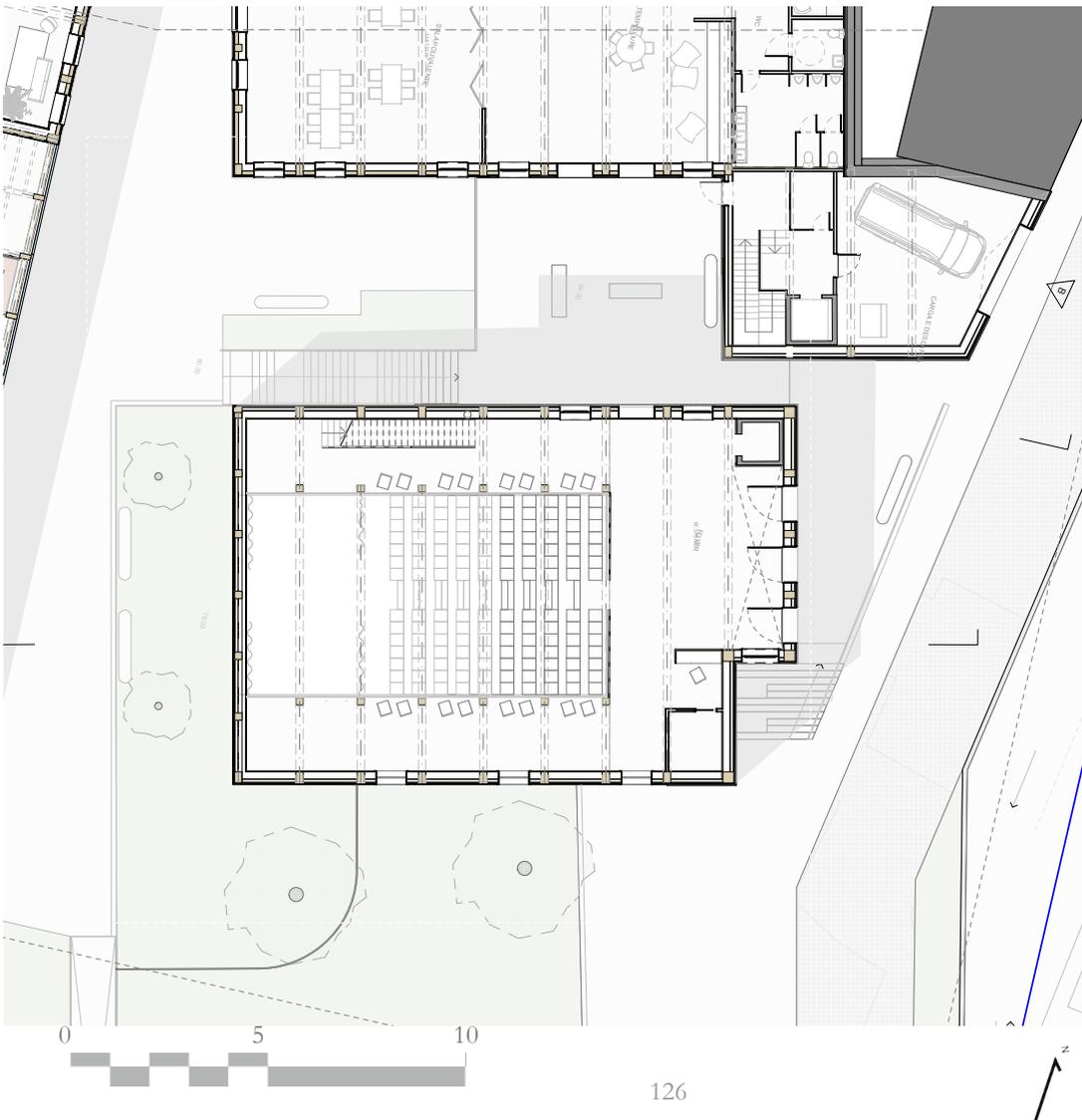


Fig. 72 Teatro Oficina de Lina Bo Bardi e 73. Planta do Auditório 1.200

Na sala de atividades infantis, os responsáveis podem inscrever a criança, para que estejam supervisionadas durante eventos, ou eventuais necessidades, como o auxílio para que possam procurar emprego ou diante do processo de inscrição na escola. Nesse sentido, o programa de atividade faz uso da sala destinada para essa funcionalidade assim como faz uso da sala polivalente e de todos os espaços do centro, diante das atividades definidas pelos grupos de animadores sociais. Assim, o utente encontra o apoio necessário para poder garantir a sua subsistência em períodos mais complicados. Este programa foi definido diante da proximidade à Escola da Alegria, podendo haver contribuição do corpo docente, no Centro de Convívio.

Por sua vez, o Auditório que está em posição de destaque tanto na praça, como da frente de rua da Nossa Sr.^a das Dores, se consolida como uma estrutura polivalente de expressão artística e cultural, compondo a vertente de lazer e expressão multicultural do Centro de Convívio. A plataforma de acesso ao auditório acima do nível da rua, pretende ser um espaço estimulante e excitante, com seu desnível acentuado pela escadaria voltada para a plataforma de chegada da promenade do jardim urbano e o acesso ao CNAIM na rua Nossa Senhora das Dores.

Este volume possui espaços que visam a produção artística suportados por espaços complementares, como a sala de ensaios e camarim. No interior, o ambiente se organiza com galerias envolta da grande nave onde está presente uma arquibancada retrátil. A delimitação desse espaço de performance mais canônico se faz por meio de uma subestrutura porticada de madeira que cria uma “caixa dentro de uma caixa” e exerce tanto o papel estrutural como compositivo do espaço. Além disso, essa subestrutura funciona como uma “teia” para que os elementos cenográficos e de iluminação possam percorrer todo o espaço de performance, de modo que as interações entre público e obra possam variar de acordo com a necessidade e proposta do espetáculo.

Cabe ressaltar que a composição do espaço de performance busca referência na concepção do Teatro Oficina (1994) da arquiteta Lina Bo Bardi. Nesta obra, a arquiteta propõe a estrutura de andaimes como como resolução para os constrangimentos de espaço, onde a companhia de artes tem a liberdade de rearranjar seu espetáculo, e se relacionar com a plateia de uma forma mais próxima e dinâmica. Desse modo, o pensamento sobre a interação entre os interlocutores e locutores deveu-se, não pelas questões espaciais que o teatro possuía, mas sim pela sua verticalidade e dinâmica cênica serem potencialmente adaptáveis, quando disposto de amplo espaço e infraestrutura de suporte ao espetáculo.

Fig. 74. Corte de Auditório Com arquibancada 1.200 e 75. Corte de Auditório Sem arquibancada 1.200



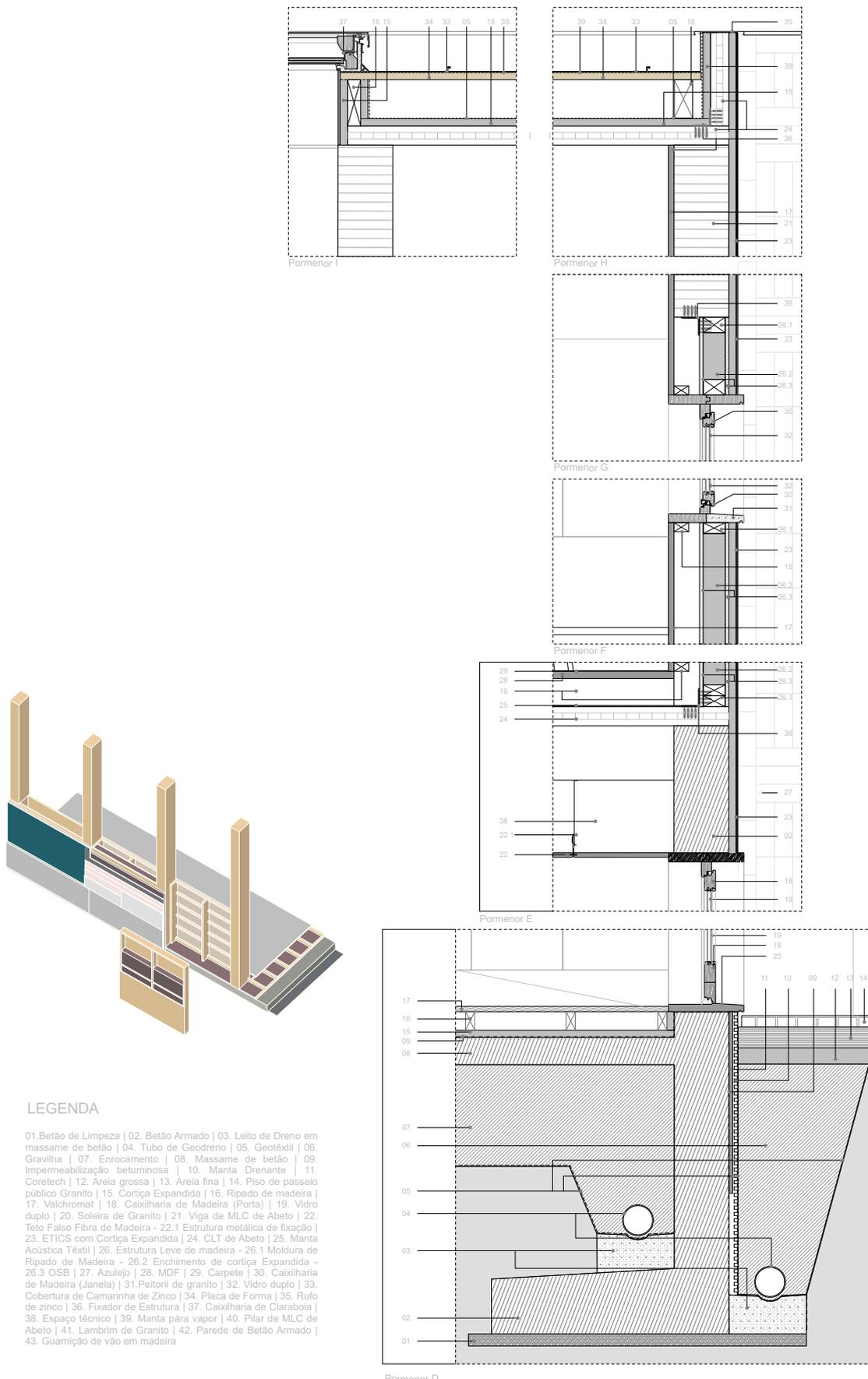
75



76

Assim, o espaço canônico pode se transformar mediante a necessidade das atividades, podendo dar lugar a exposições nas galerias, ou atividades de salão, ao recolher a arquibancada e ampliar o espaço no pavimento inferior. A galeria superior, se dispõe como uma espécie de camarote, que pode ser percorrido, dando acesso às escadas que conduzem o usuário ao pavimento inferior, do palco, ou ao pavimento superior que dá acesso à sala de ensaios e a infraestrutura de bastidores do espetáculo.

Fig. 76 Pormenor 1.10



2.5 | Materialidade e Sistema Construtivo

O sistema estrutural foi definido e orientado pela estrutura das casas burguesas do século XVIII e XIX, em que o perímetro estrutural de pedra, sustentava a subestrutura de madeira dos pavimentos, e encerramentos. Neste caso, diante das evoluções tecnológicas, construtivas e da importância da responsabilidade ecológica, o projeto se utiliza da capacidade estrutural dos sistemas de CLT e GLT para criar uma lógica construtiva que se baseia na métrica das habitações do século XVIII e XIX. Desse modo, gera-se relações de escala com a envolvente, por meio de um sistema construtivo porticado de madeira.

Alicerçado na intenção de provocar o usuário a ter a possibilidade de estar em relação ao outro em diversos espaços, a estrutura pavilhonar dos edifícios de raiz, liberta o interior, e permite uma maior fluidez e dinâmica entre determinados ambientes. Além disso, o sistema estrutural e construtivo do edificado, prevê uma fácil construção e desmontagem (caso seja necessária), por meio de fixações secas. Na desmontagem, a estrutura leve de madeira, não sofre comprometimentos estruturais, podendo ser reutilizada em outros edifícios.

Diante de eventuais mudanças no programa do complexo edificado, a sua estrutura modular e sistemática possibilita remodelações, e aberturas de vãos de forma pontual, apenas com a mudança de algumas peças de encerramento. Essa sistematização da estrutura, é definida desta forma, influenciada pelo entendimento da mudança natural de necessidades e objetivos da sociedade, com a evolução das dinâmicas sociais.

Assim, o sistema construtivo divide os elementos em três categorias: estruturais, encerramento e isolamento/acabamento. Na categoria estrutural, encontram-se os pilares e vigas de CLT e GLT, respectivamente, e o betão armado utilizado para contenção de terra e elementos de fundação. Já na categoria encerramentos, estão os vãos (portas, janelas e claraboias) e o sistema de painéis pré-fabricados, de OSB e cortiça granulada. Em seguimento, os elementos de isolamento/acabamento se revelam com o intuito de comunicação e construção de atmosferas, assim o sistema ETICS de cortiça expandida é elemento que constrói o invólucro exterior do edificado, seguido de acabamentos como reboco, azulejo e granito por exemplo.

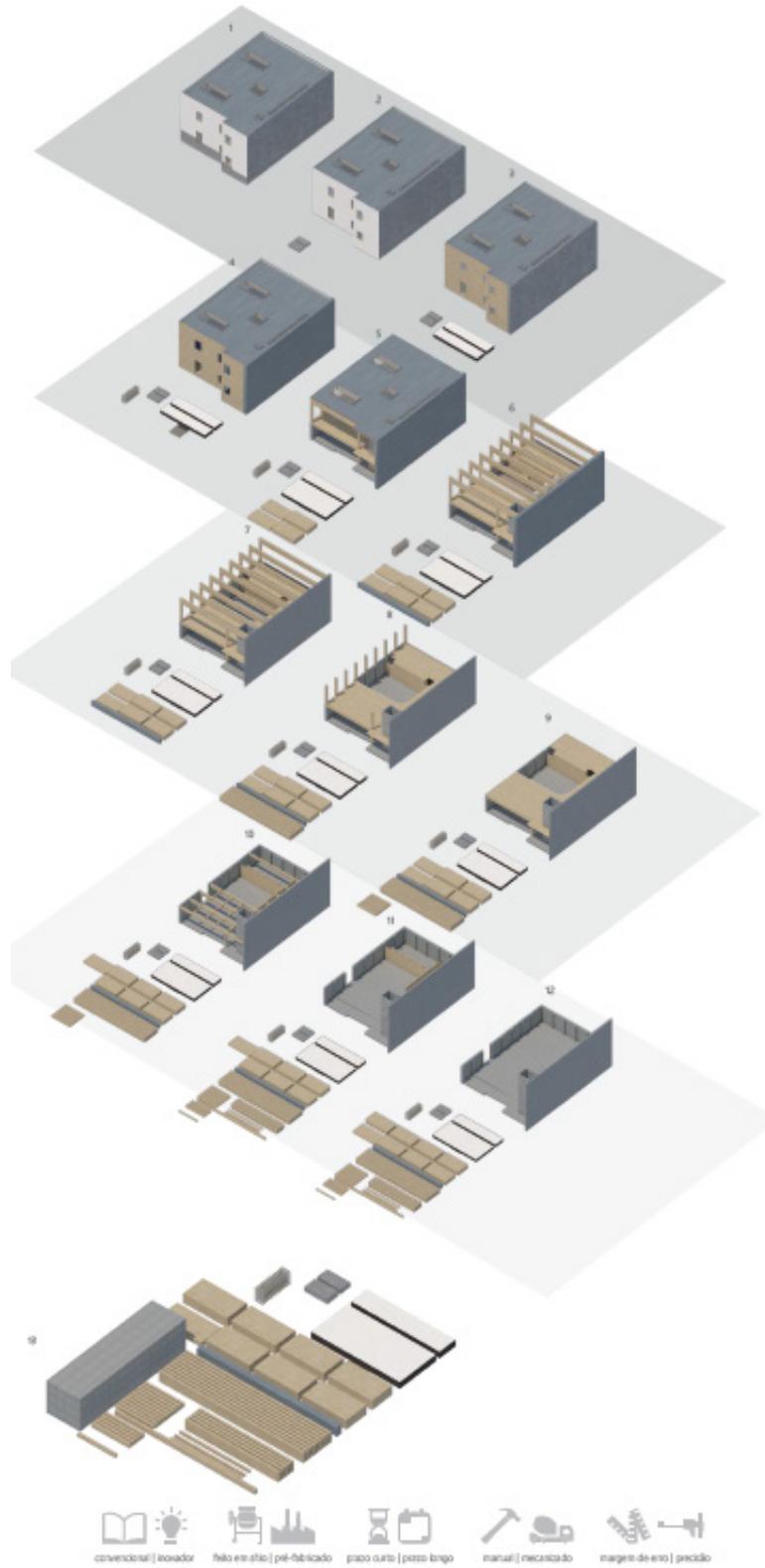


Fig. 77 Processo de Sistematização da Desmontagem

Inserido no contexto de escolhas do sistema construtivo, outros fatores influenciaram na decisão, para que o sistema fosse mais adequado em termos de tempo de construção, sustentabilidade da obra, capacidade adaptativa e impacto nas emissões de carbono. Assim, uma análise do setor pormenorizado foi realizada, considerando a vida útil do edificado de 60 anos. E as escolhas dos materiais incidiram na busca pela redução dos impactos da emissão de carbono, onde se pode verificar que os isolamentos e encerramentos possuem grande expressão no processo de sequestro de carbono.

A decisão dos materiais de acabamento, diretamente relacionados com a composição das atmosferas dos ambientes criados, se debruçou sobre a perspectiva de contraste entre interior e exterior. Materiais de cores mais frias ou neutras se expressam no exterior, a fim de criar uma relação direta com a materialidade existente na envolvente, que constrói um mosaico de texturas e materiais desta parcela da cidade. Elementos de madeira procuram se revelar ao transeunte nos vãos abertos das portas e caixilharias de madeira.

As paredes ganham espessura, e a localização dos planos de caixilharia, na face mais interna, pretende comunicar um movimento de interiorização, e invólucro de proteção. Os rasgos posicionados em todos os alçados, se definem de acordo com os níveis de permeabilidade, onde a porta é o principal elemento de garantia dessa permeabilidade. As janelas dos pavimentos superiores procuram emoldurar algumas vistas, e garantir a iluminação do interior em complementaridade às clarabóias.

O azulejo, material presente de maneira indiscutível na cultura portuguesa, é também marca da troca entre culturas, como a islâmica e chinesa. Este, se estabelece no exterior como comunicador de percursos e indicador de espaços mais encerrados. De maneira que revela a composição dos volumes do projeto, ao acentuar os limites dos espaços vazios gerados pela subtração de massa.

Já no interior, os materiais se apresentam em tons mais terrosos e quentes, com o objetivo de criar a sensação de acolhimento. Cores pontuais, visam a marcação das circulações verticais mecanizadas, assim como elementos ou mobiliários em aço corten visam consolidar a memória industrial da região e a ligação material entre diversos ambientes. Onde cada espaço dita a



Fig. 78 Materialidade Existente

PALETA DE MATERIAIS



79



81

ANÁLISE DO IMPACTO CLIMÁTICO DO SETOR PORMENORIZADO

fases do ciclo de vida: A1-A3 A4 B2

IMPACTO CLIMÁTICO (kg CO₂) / TOTAL DO SETOR PORMENORIZADO (%)

parcelas da obra que representam menos de 2% do impacto climático total do setor pormenorizado não são representados

impacto climático total do setor pormenorizado: 388.78 CO₂e/m²/ano

PESO (t) / TOTAL DO SETOR PORMENORIZADO (%)

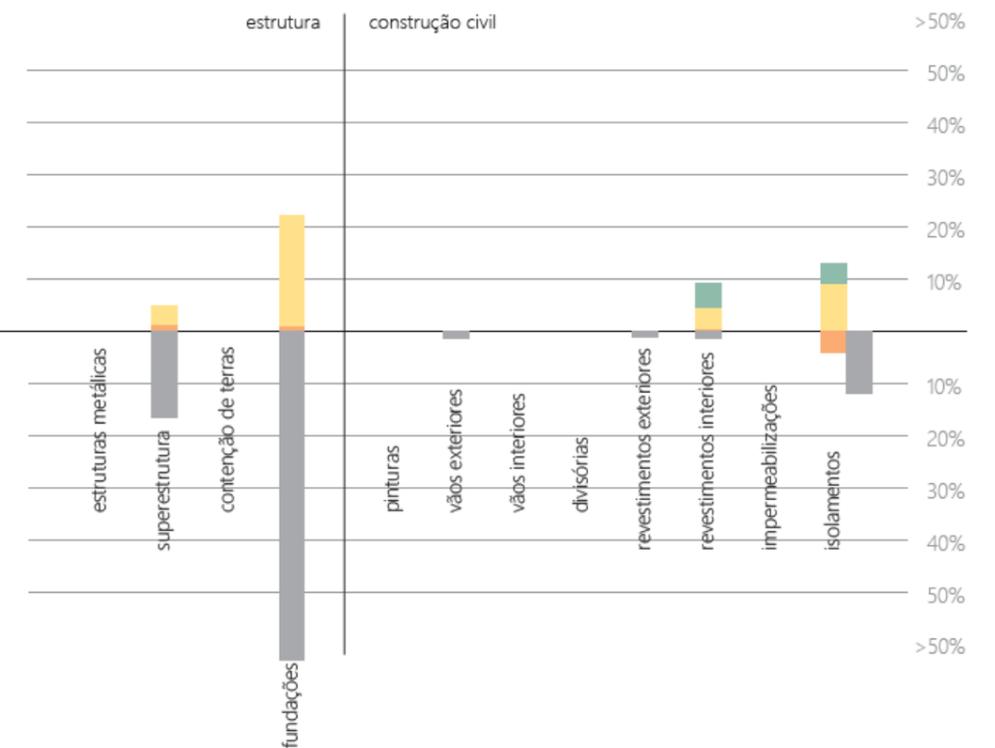
parcelas da obra que representam menos de 1,5% do peso total do setor pormenorizado não são representados

peso total do setor pormenorizado: 31.35 t

peso (t) / total do setor pormenorizado (%)

TEMPO DE SERVIÇO PREVISTO DO EDIFÍCIO: 60 anos

80



134

materialidade e suas proporções, de acordo com suas características e intenções de atmosfera.

As vigas, elementos estruturais, se revelam no interior como elemento compositivo do espaço, definindo em alguns casos o layout e possibilidades de adaptabilidade. Nesse sentido, a dialética da construção na composição espacial e da atmosfera dos ambientes se posiciona de forma integrada e estruturante para as atividades. Assim, prevê-se que haja uma unidade e coerência entre os ambientes construídos.

Devido à exposição do sistema estrutural no teto, pontos próximos às zonas técnicas possuem uma diminuição do pé direito para haver espaço para instalação de infraestruturas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC). Estes rebaixamentos do teto, se posicionam de forma perpendicular ao sentido das vigas, de maneira que as tubagens pintadas de branco, possam percorrer sem impedimento a distância de uma parede à outra. Assim, no mesmo sentido das vigas, também se garante uma visibilidade menos acentuada para essas infraestruturas de grande dimensão.

Para além da materialidade construtiva, a vegetação, como elemento biológico compositivo do espaço, com texturas, cores e cheiros diversos, também impacta na construção da atmosfera, e afirmação das intenções expostas na composição da estufa. Assim, influenciada pela obra de Burle Marx, nomeadamente o Sítio Roberto Burle Marx no Rio de Janeiro, o desenho paisagístico se debruça sobre o território verde do projeto, com a intenção de complementar a paisagem e dar sentido e escala aos espaços.

Posto isso, o projeto procura criar planos com massa arbórea e arbustiva, para enquadrar momentos de ligação entre o jardim urbano e o complexo edificado. Neste seguimento, também propõem a criação de eixos de percursos e composição escultórica com árvores, influenciados também por Cullen, na composição integrada entre o natural e edificado. Assim, pretende-se alcançar uma relação de proximidade com o natural, e aferir sua relevância para a concepção da atmosfera e integração do projeto com o contexto em que se insere.

3 | Considerações Finais

O estado de desarticulação urbana e social da região das Fontainhas em relação ao centro identitário, as características populacionais e as questões globais que afetam as cidades cosmopolitas, como o Porto, solicitam atenção a fim de evitar a degradação da área e a “desintegração da vida comunitária” (Bauman, 2005). A sua história, sob suas diversas óticas, permite a compreensão das consequências do processo de construção do lugar, onde a resposta necessária para o local, encontra-se registrada no mesmo. Entretanto, é no confronto entre as novas realidades e o estado da arte do território, que estruturas e espaços devolutos necessitam encontrar novos propósitos, para suportar e dinamizar as interações urbanas e comunitárias.

Em sentido convergente, a perspectiva sobre a inclusão e socialização de grupos fragilizados incide sobre a ocupação de espaços centrais da cidade, para a afirmação do direito ao lugar. De modo, que se encontrem integrados à vida cidadina, e possam usufruir de todos seus direitos e deveres, constituindo o exercício pleno e ativo da cidadania. Assim, a matéria da arquitetura reside na assimilação dos saberes complementares, nos estudos sociológicos e antropológicos e na investigação dos movimentos globais que caracterizam as primeiras décadas do século XXI, para propor equipamentos e estratégias bem fundamentadas.

A multiplicidade de abordagens diante das questões metodológicas e programáticas do projeto manifestaram-se entre os conceitos de articulação com o contexto; amplificar os encontros e espaços de apropriação e ressignificação do lugar. Em um movimento de recuperar uma visão política da arquitetura, identificaram-se diversos níveis de interpretação sobre as políticas sociais que acompanharam as mudanças (do tecido urbano e social) e o conhecimento do território em que se insere. De modo, que o lugar e suas especificidades viabilizassem um projeto determinado e coerente, carregado de intencionalidade.

“A arquitetura pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do arquiteto coincidam com a prática (e o desejo...) real das pessoas em exercitar sua liberdade.” (dos Santos, 1988, p. 24)

Contudo, entende-se que a arquitetura por si só não é dotada de capacidade para alterar realidades e sociedades. Esta, se alicerça na matéria efêmera das interações e da vida inscrita em si, para dar continuidade, ou não, ao conjunto de intenções que propõe por meio do desenho dos espaços. Assim, é novamente pelo “meio da conexão” que se procura ressignificar e alterar a realidade em que se vive, conexões estas entre indivíduos, grupos e a arquitetura que os acolhe.

Também, importante ressaltar que se reconhece a atividade política, como uma das principais modificadoras de dinâmicas sociais, em que o Estado é o maior símbolo, mas não o único. Isto posto, diante das diversas alterações de visão política sobre equipamentos sociais que decorreram ao longo das décadas, a matéria da arquitetura e urbanismo teve um papel expressivo, na resolução e proposição de dinâmicas, podendo identificar resultados positivos e negativos. Assim, ao se ater a um período de expressão da visão política do corpo técnico da operação SAAL da cidade do Porto, após o final do Estado Novo, afirma-se o discurso do papel político inegável do arquiteto. Pois este não define realidades, mas auxilia na sua formulação, manutenção ou mudança e concretiza visões por meio do projeto.

“Se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve em um espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado de acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes. É por isso que a arquitetura é sempre política.” (Montaner & Muxí, 2011, p. 65)

Assim o projeto procura se estabelecer na fronteira entre espaços antes desarticulados da cidade, a partir da perspectiva de pensar o meio de conexão como o instrumento mais valioso da inclusão de diversos grupos da sociedade. O Centro de convívio e Expressão Multicultural das Fontainhas tem sua concepção alicerçada na intenção de ser um espaço de desenvolvimento de uma nova identidade e cultura, vinculada ao convívio e partilha de seus usuários.

Portanto, o produto derivado da investigação, propõe transformar o existente, aferindo escala urbana, atratividade e polivalência, baseado nos preceitos de diversificação programática e social, dinamização de fluxos e estabelecimento de uma nova centralidade cultural, dentro do contexto da Freguesia do Bonfim. De forma a adaptar-se à realidade do lugar, a ocupação do terreno, se utiliza de premissas características da tipologia das ilhas operárias, ampliadas e concebidas de forma crítica, por entender que o mistério, a descoberta, a curiosidade e a experiência tátil são observações importantes e partem da perspectiva que a cidade nasce e se desenvolve a partir da vivência diária do cidadão.

Por fim, entende-se que o fazer arquitetura é uma prática que depende da constante investigação na área, como também em saberes complementares, para que se alcance resoluções e propostas pautadas pela realidade (não só construtiva, como social, econômica e política). O projeto do Centro de Convívio na cidade do Porto, apresenta-se como oportunidade de consolidação do processo de gestão de informação, e investigação baseada na busca das respostas no próprio território e sua história. E no confronto de realidades passadas e presentes, procura-se atender às questões encontradas e propor dinâmicas que possam impulsionar novas visões sobre a inclusão social e convívio com outros.

| Índice de Figuras

Fig. 01 Festa de São João 1949. Disponível em:

<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/713545/?q=Fonta%C3%ADnhas>

Fig. 02 Vias de ligação Romana. Retirada de: (Ramos, 1995)

Fig. 03 Sé da cidade do Porto. Disponível em: https://www.rutas-turisticas.com/fotos_37585_porto_portugal_vista_aerea_do_porto.html?newLang=es

https://www.rotasturisticas.com/fotos_37585_porto_portugal_vista_aerea_do_porto.html

Fig. 04 Planta Telles Ferreira 1892 | Disponível em: <https://portalgeo.cm-porto.pt/arcgis/apps/sites/#/mapas-do-porto/apps/7047e9a0f7f049eeb043448c3b63f028/explore>

Fig. 05 Palacete de Braguinha, atual Escola de Belas Artes da Universidade do Porto | Disponível em: <https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/a.351830144872194.92590.332201940168348/1235476339840899>

Fig. 06 Antigo Asilo da Mendicidade, Século XX | Disponível em: <https://etcetaljornal.pt/j/wp-content/uploads/2019/04/asilo-mendicidade-01-anitgo-agostinho-rebelo.jpg>

Fig. 07 Convento de Santo António da Cidade, Projeto de Nicolau Nasoni e Gravura de Joaquim Cardoso Vilanova, 1833 | Disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/537477/?q=convento+de+santo+antonio+da+cidade>

Fig. 08 Ponte D. Maria Pia, 1985 | Disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573650/?q=Ponte+maria+pia> Ponte maria Pia – 1985

Fig. 09 Gráfico de Análise de Evolução do Edificado | produzido pelo autor com dados retirados do Instituto Nacional de Estatística, Censo 2011. (Censo 2011, 2011)

Fig.10 Morfologia das Ilhas e suas Variações | Desenho reproduzido baseado em imagem de: (de Matos & Rodrigues, 2009)

Fig. 11 Conjunto Habitacional Duque de Saldanha, 1947 | Disponível em: <https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/a.351830144872194.92590.332201940168348/1181245371930663>

Fig. 12 Localização do Bairro em proximidade com São Victor, Foto retirada pelo autor pelo Google Earth, 2021.

Fig. 13 Plano Regulador da Cidade do Porto 1956. Disponível em:

https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7318/2/DM_Anexos_Diogo%20Carvalho.pdf

Fig. 14 Planta Telles Ferreira 1892 | Disponível em: <https://portalgeo.cm-porto.pt/arcgis/apps/sites/#/mapas-do-porto/apps/7047e9a0f7f049eeb043448c3b63f028/explore>

Fig. 15 Plano Regulador da Cidade do Porto 1956. Disponível em:

https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7318/2/DM_Anexos_Diogo%20Carvalho.pdf

Fig. 16 Planta de localização dos Bairros Sociais. Retirada de: (de Matos, 2001)

Fig. 17 Reunião de Associação - Operação do SAAL. Disponível em: https://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html

Fig. 18 Planta de Implantação 1.1000 - Proposta de Intervenção SAAL| Representada pelo autor com informações de (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019)

Fig. 19 Planta de Implantação 1.1000 - Última década do Século XX | elaborada pelo autor

Fig. 20 Planta de Implantação 1.1000 - Século XXI | elaborada pelo autor

Fig. 21 Mapa com Evolução da Densidade Demográfica 2001 | Editado pelo autor e retirado de. https://pdm.cm-porto.pt/documents/45/REOT_VT_AM.pdf

Fig. 22 Mapa de 2011 | Editado pelo autor e retirado de. https://pdm.cm-porto.pt/documents/45/REOT_VT_AM.pdf

Fig. 23 Gráficos para Análise das Proporções das Faixas Etárias, produzido pelo autor com dados retirados do Instituto Nacional de Estatística, Censo 2011. (Censo 2011, 2011)

Fig. 24 Gráficos para Análise das Proporções das Faixas Etárias | Produzido pelo autor com dados retirados do Instituto Nacional de Estatística, Censo 2011. (Censo 2011, 2011)

Fig. 25 Planta de Localização dos Alojamentos Locais | elaborada pelo autor segundos dados coletados em: https://www.booking.com/searchresults.pt-pt.html?aid=318615&label=New_Portuguese_PT_PT_21463002985-sTNReKqx36DUye8MrBJHzgS217290500323%3Apl%3Aata%3Apl1%3Apl2%3Aac%3Aap%3Aneg&sid=bde28d2a0378be1ab12b902034529c8c&atlas_src=lp_map&checkin=2022-07-29&checkout=2022-07-30&dest_id=-2173088&dest_type=city&cnflt=ht_id%3D201%3B&map=1#map_opened

Fig. 26 Alojamento Local na rua de São Victor | Foto retirada pelo autor pelo Google Earth, 2022

Fig. 27 Corredor de um AL. Disponível em:

<https://www.google.pt/maps/@41.1422811,-8.5976058,74a,35y,1.88h,48.02t/data=!3m1!1e3>

Fig. 28 Planta de Análise 1.1000 | elaborada pelo autor

Fig. 29 Fontaínhas, Bonfim – Porto | Foto retirada pelo autor pelo Google Earth, 2022.

Fig. 30 Axonométrica da Estratégia Urbana | elaborada pelo autor

Fig. 31 Axonométrica Nó 3 | elaborada pelo autor

Fig. 32 Axonométrica Nó 1 | elaborada pelo autor

Fig. 33 Lavadouro das Fontaínhas | Retirada de: <https://www.facebook.com/fotosdoporto/photos/a.955806314490421/2043861572351551>

Fig. 34 Axonométrica da Intervenção na Encosta | elaborada pelo autor

Fig. 35 Planta 1.1000 Faseamento da Intervenção | elaborada pelo autor

Fig. 36 Planta de Implantação 1.1000 - Zoneamento das Fases | elaborada pelo autor

Fig. 37 Planta de Implantação 1.1000 - Recuperar e Construir | elaborada pelo autor

Fig. 38 Ilha Operária | Retirada de: (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019)

Fig. 39 Rigorosos da Intervenção no terreno | Retirada de: (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019)

Fig. 40 Esquissos da proposta | Retirada de: (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019)

Fig. 41 Esquisso das Plataformas | Retirada de: (Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor, 2019)

Fig. 42 Espaços em relação, Sesc Pompeia | Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi/52797c1fe8e44ef004000083-classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi-foto>

Fig. 43 Percursos e Encontros | Disponível em: <https://images.adsttc.com/media/images/5279/7b7c/e8e4/4e87/9c00/0064/slideshow/7.jpg?1383693171>

Fig. 44 Análise da organização programática do SESC Pompeia | elaborada pelo autor

Fig. 45 Perspectiva Geral do Edificado | Disponível em: <https://divisare.com/projects/335841-ala-rquitectos-joao-morgado-casa-acreditar-porto#lg=1&slide=25>

Fig. 46 Acesso do edifício | Disponível em: <https://divisare.com/projects/335841-ala-rquitectos-joao-morgado-casa-acreditar-porto#lg=1&slide=4>

Fig. 47 Lista de Centros Comunitários do Porto | Foto retirada pelo autor do site da Carta Social: <https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?vt=31&tp=3103&l=13-12-00>.

Fig. 48 Portas de Ilhas Operárias | Fotos tiradas pelo autor

Fig. 49 Planta de Implantação 1.500 |

Fig. 50 Alçado A (Rua das Fontainhas)

Fig. 51 Alçado B (Rua Nossa Sr.^a das Dores)

Fig. 52 Diagramas de percursos urbanos de Jane Jacobs | Retirado de: (Jacobs, 1961)

Fig. 53 Planta à Cota 81 | elaborada pelo autor

Fig. 54 Planta à Cota 76 | elaborada pelo autor

Fig. 55 Axonométrica Geral do Projeto | elaborada pelo autor

Fig. 56 Perspectiva do Pátio | elaborada pelo autor

Fig. 57 Planta de Permeabilidade dos Espaços | elaborada pelo autor

Fig. 58 Perspectiva da Praça | elaborada pelo autor

Fig. 59 Mapa de localização de Equipamentos da Envolvente | elaborada pelo autor

Fig. 60 Planta de Intensidade de Usos | elaborada pelo autor

Fig. 61 Definição do Programa e Objetivos | elaborado pelo autor

Fig. 62 Perspectiva Interna da Reabilitação | elaborada pelo autor

Fig. 63 Planta de Percursos e Mancha de Programas | elaborada pelo autor

Fig. 64 Perspectiva de interior Coworking | elaborada pelo autor

Fig. 65 Planta à Cota 76 1.50 | elaborada pelo autor

Fig. 66 Planta Estufa 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 67 Corte 5 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 68 Perspectiva Interior Estufa | elaborada pelo autor

Fig. 69 Planta Biblioteca 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 70 Planta Cantina 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 71 Corte 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 72 Teatro Oficina de Lina Bo Bardi | Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/878324/classicos-da-arquitetura-teatro-oficina-lina-bo-bardi-e-edson-elito/599d6aaab22e38f089000060-classicos-da-arquitetura-teatro-oficina-lina-bo-bardi-e-edson-elito-foto>

Fig. 73 Planta Auditório 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 74 Corte de Auditório Com arquibancada 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 75 Corte de Auditório Sem arquibancada 1.200 | elaborada pelo autor

Fig. 76 Pormenor 1.10 | elaborada pelo autor

Fig. 77 Processo de Sistematização da Desmontagem | elaborada pelo autor

Fig. 78 Materialidade Existente | elaborada pelo autor

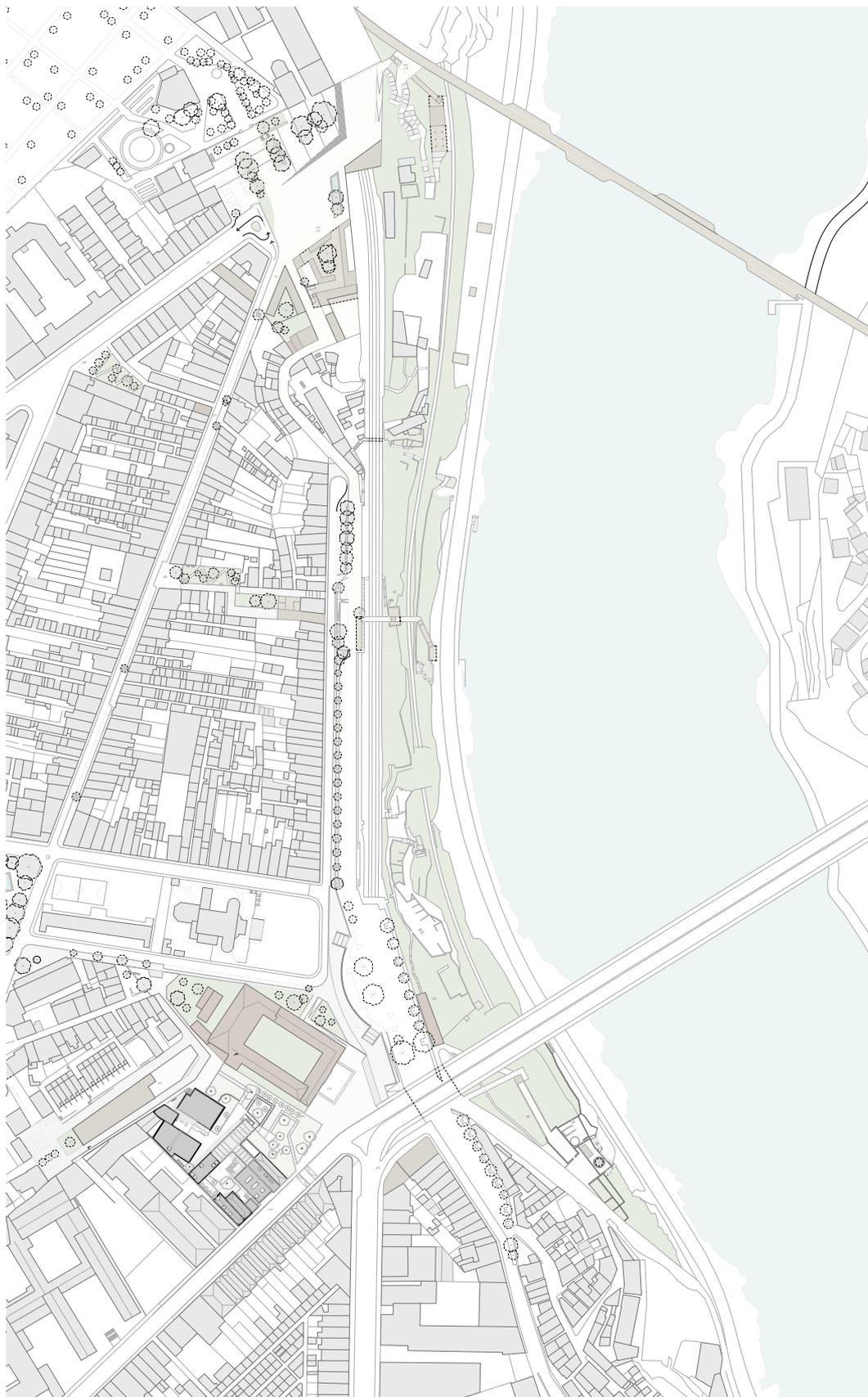
Fig. 79 Materialidade do Projeto | elaborada pelo autor

Fig. 80 Gráfico de Análise do Impacto Climático | elaborada pelo autor

Fig. 81 Sítio Roberto Burle Marx - Rio de Janeiro | Foto tirada pelo autor

| Anexos

Folha 1	154
Folha 2	155
Folha 3	156
Folha 4	157
Folha 5	158
Folha 6	159
Folha 7	160
Folha 8	161
Folha 9	162
Folha 10	163
Folha 11	164
Processo do Sistema Construtivo	165
Processo - Relação Interior Exterior	166
Maquete De Processo E Desenho De Gestão De Programa E Intensidade De Uso	167
Processo - Esquissos de Procura	168
Processo - Esquissos de Procura	169
Processo - Tabela de Cálculos Emissões de CO2	170
Processo - Investigação do Processo Construtivo e de Emissões	171



CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	
PLANTA DE ESTRATÉGIA URBANA	1:1000
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022
ORIENTADOR	JOSE FERNANDO GONÇALVES
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO

- LEGENDA
- 1. Plano de Folia
 - 2. Centro de Convívio
 - 3. Zona do O&A&B
 - 4. Zona de Folia
 - 5. Zona de Folia
 - 6. Zona de Folia
 - 7. Zona de Folia
 - 8. Zona de Folia
 - 9. Zona de Folia
 - 10. Zona de Folia
 - 11. Zona de Folia
 - 12. Zona de Folia
 - 13. Zona de Folia
 - 14. Zona de Folia
 - 15. Zona de Folia
 - 16. Zona de Folia
 - 17. Zona de Folia
 - 18. Zona de Folia
 - 19. Zona de Folia
 - 20. Zona de Folia
 - 21. Zona de Folia
 - 22. Zona de Folia
 - 23. Zona de Folia
 - 24. Zona de Folia
 - 25. Zona de Folia
 - 26. Zona de Folia
 - 27. Zona de Folia
 - 28. Zona de Folia
 - 29. Zona de Folia
 - 30. Zona de Folia
 - 31. Zona de Folia
 - 32. Zona de Folia
 - 33. Zona de Folia
 - 34. Zona de Folia
 - 35. Zona de Folia
 - 36. Zona de Folia
 - 37. Zona de Folia
 - 38. Zona de Folia
 - 39. Zona de Folia
 - 40. Zona de Folia
 - 41. Zona de Folia
 - 42. Zona de Folia
 - 43. Zona de Folia
 - 44. Zona de Folia
 - 45. Zona de Folia
 - 46. Zona de Folia
 - 47. Zona de Folia
 - 48. Zona de Folia
 - 49. Zona de Folia
 - 50. Zona de Folia
 - 51. Zona de Folia
 - 52. Zona de Folia
 - 53. Zona de Folia
 - 54. Zona de Folia
 - 55. Zona de Folia
 - 56. Zona de Folia
 - 57. Zona de Folia
 - 58. Zona de Folia
 - 59. Zona de Folia
 - 60. Zona de Folia
 - 61. Zona de Folia
 - 62. Zona de Folia
 - 63. Zona de Folia
 - 64. Zona de Folia
 - 65. Zona de Folia
 - 66. Zona de Folia
 - 67. Zona de Folia
 - 68. Zona de Folia
 - 69. Zona de Folia
 - 70. Zona de Folia
 - 71. Zona de Folia
 - 72. Zona de Folia
 - 73. Zona de Folia
 - 74. Zona de Folia
 - 75. Zona de Folia
 - 76. Zona de Folia
 - 77. Zona de Folia
 - 78. Zona de Folia
 - 79. Zona de Folia
 - 80. Zona de Folia
 - 81. Zona de Folia
 - 82. Zona de Folia
 - 83. Zona de Folia
 - 84. Zona de Folia
 - 85. Zona de Folia
 - 86. Zona de Folia
 - 87. Zona de Folia
 - 88. Zona de Folia
 - 89. Zona de Folia
 - 90. Zona de Folia
 - 91. Zona de Folia
 - 92. Zona de Folia
 - 93. Zona de Folia
 - 94. Zona de Folia
 - 95. Zona de Folia
 - 96. Zona de Folia
 - 97. Zona de Folia
 - 98. Zona de Folia
 - 99. Zona de Folia
 - 100. Zona de Folia



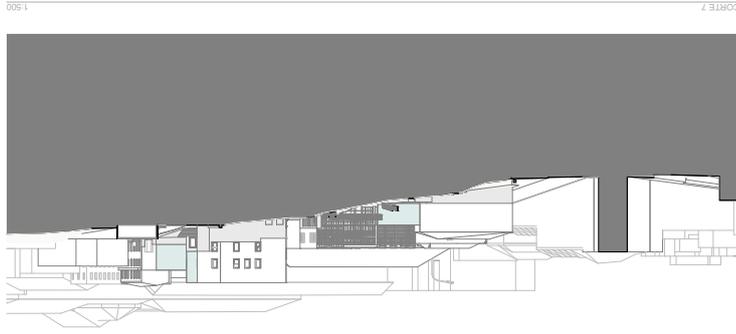


PLANO DE IMPLANTAÇÃO

1:500

PROGRAMAS	ÁREAS
CO-WORKING, CAFÉ E GABINETES	228 M ²
ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E PROGRAMAS DE APOIO	194 M ²
ATENDIMENTO MÉDICO E APOIO	165 M ²
BANHEIROS E SUPORTE	220 M ²
ACOLHIMENTO	157 M ²
ESTUFA	345 M ²
BIBLIOTECA	260 M ²
CANTINA SOCIAL	307 M ²
POLIVALENTE	251 M ²
AUDITÓRIO	381 M ²

ÁREA TOTAL	2090 M ²
------------	---------------------



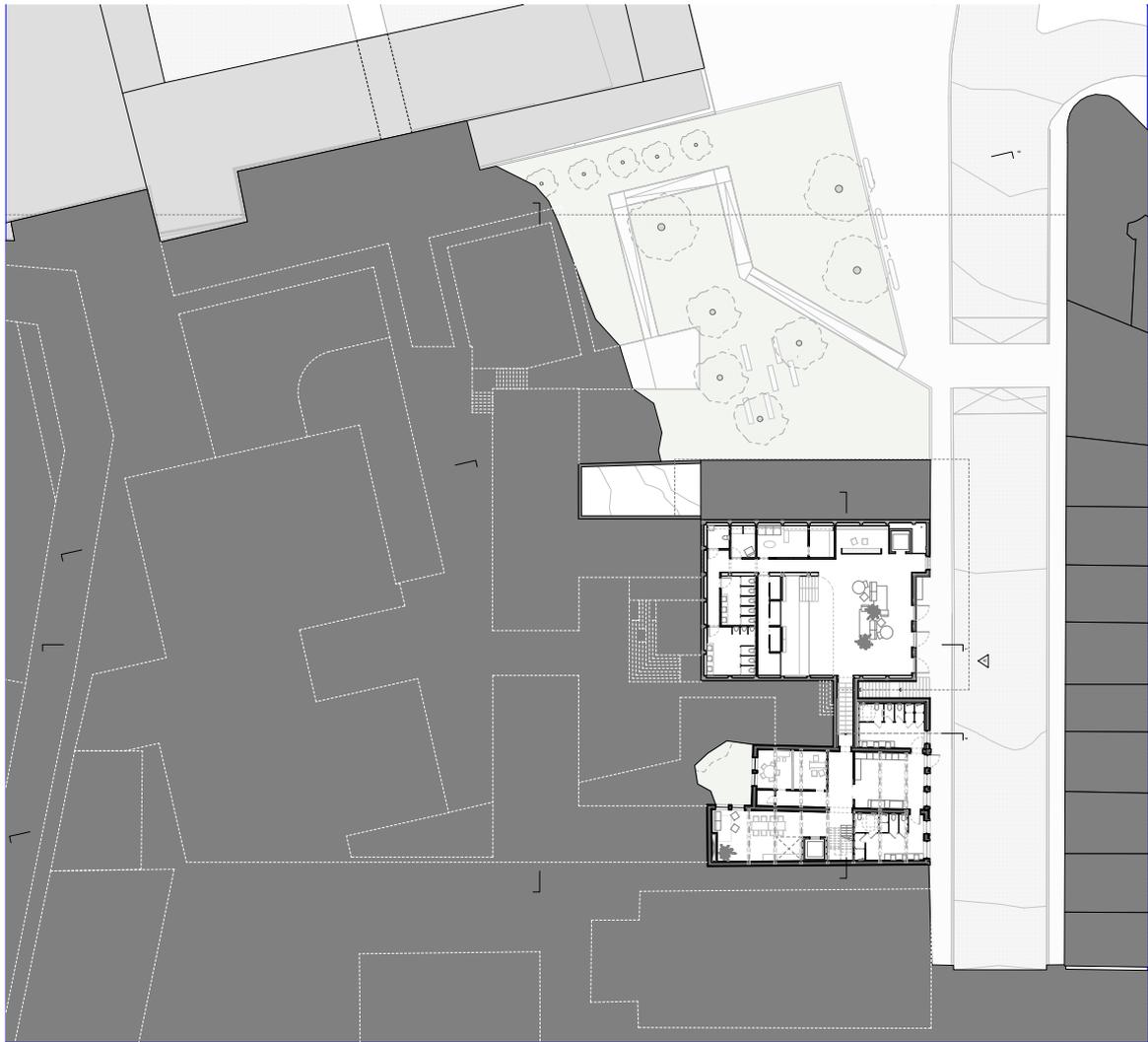
CORTE 7

1:500

CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	
PLANTA DE COBERTURA E CORTE	1:500
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022
ORIENTADOR	JOSÉ FERNANDO GONÇALVES

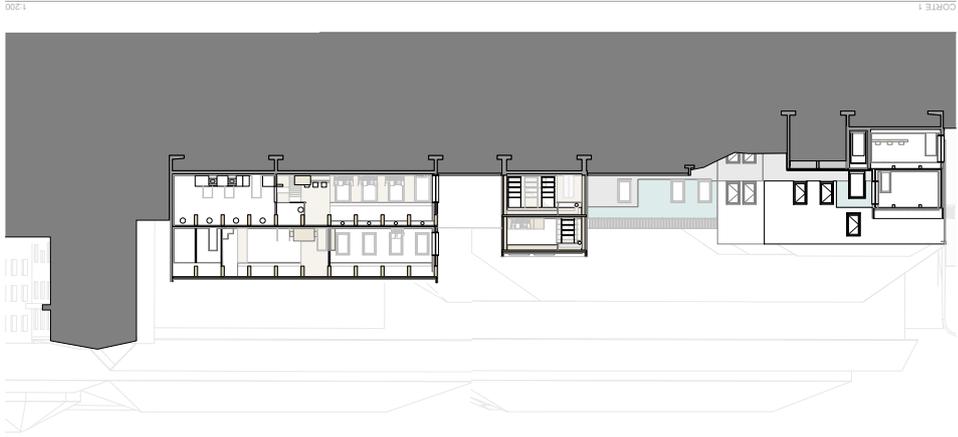
02





PLANTA A.COTA 78

1:200



CORTE 1

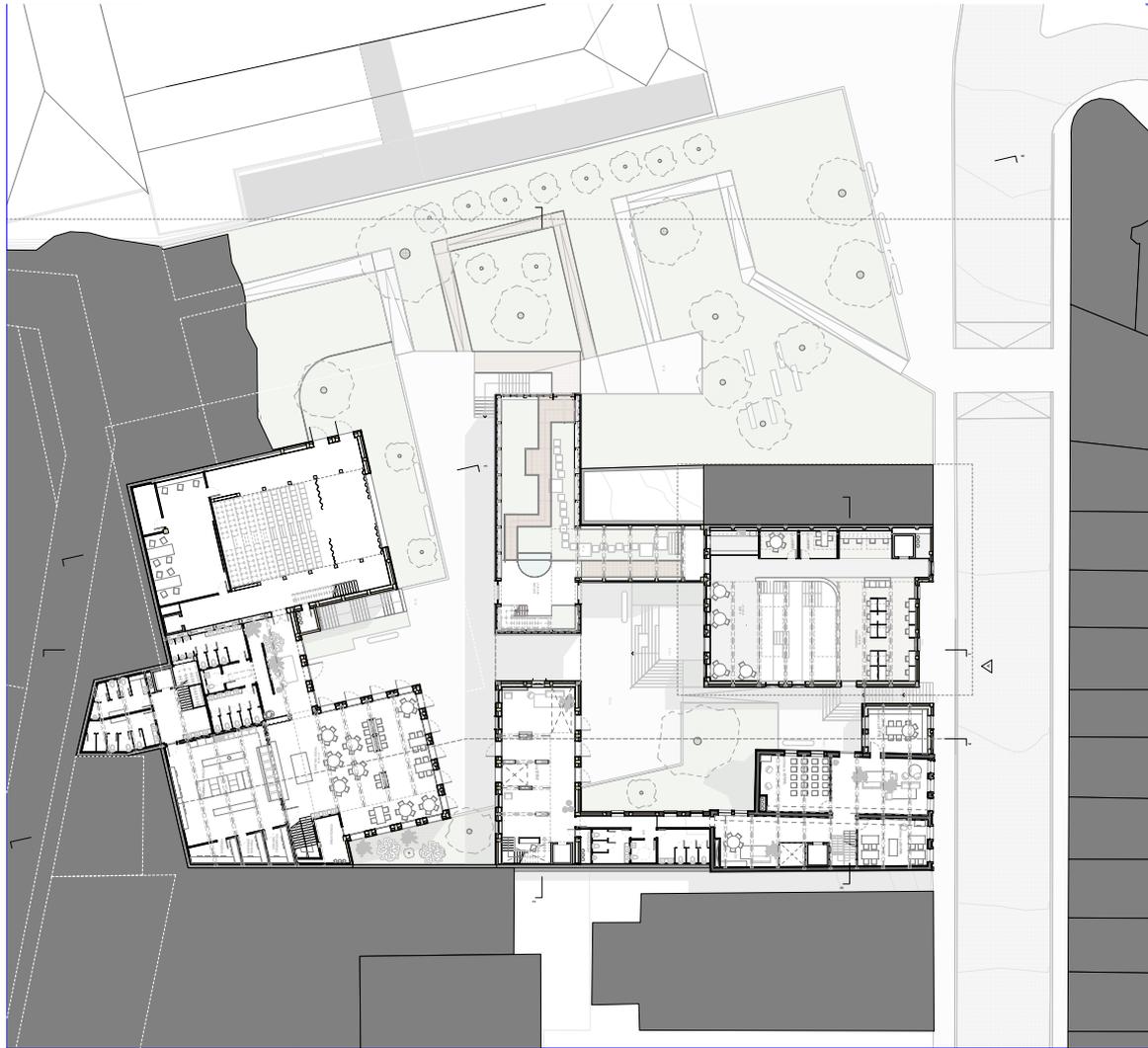
1:200

CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	
PLANTA E CORTE	1:200
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022
ORIENTADOR	JOSE FERNANDO GONÇALVES
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO

03

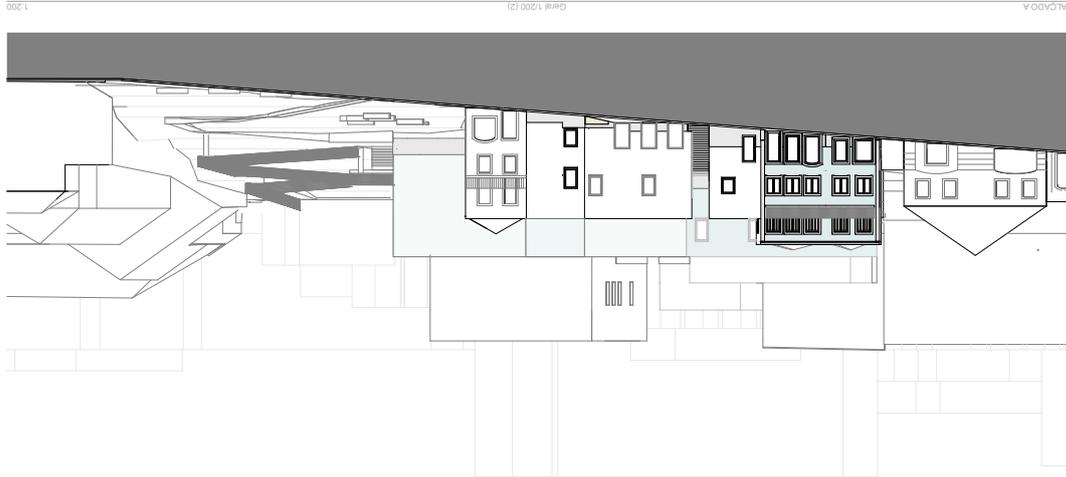
11





PLANTA A.COTA B1

1:200



ALÇADO A

GM 11/200 (2)

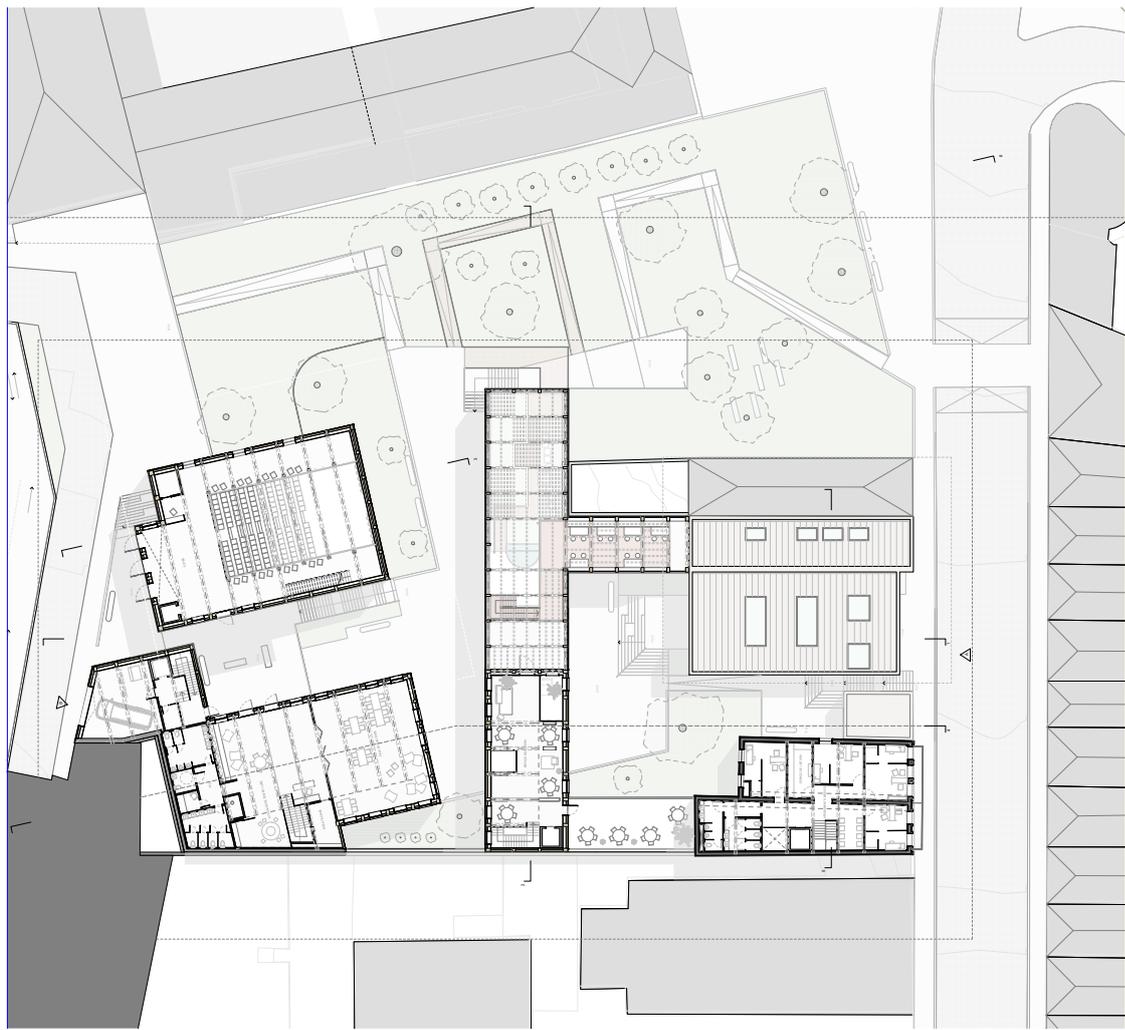
1:200

CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	
PLANTA ALÇADO	1:200
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022
ORIENTADOR	JOSE FERNANDO GONÇALVES
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO

04

11





1:200

PLANTA A. COSTA B



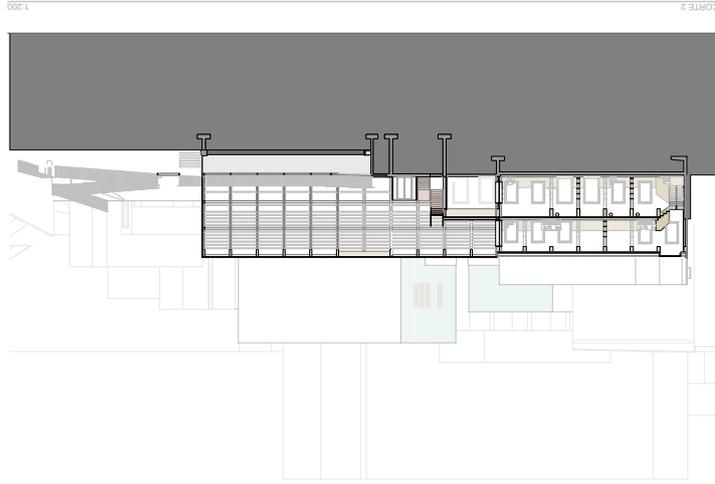
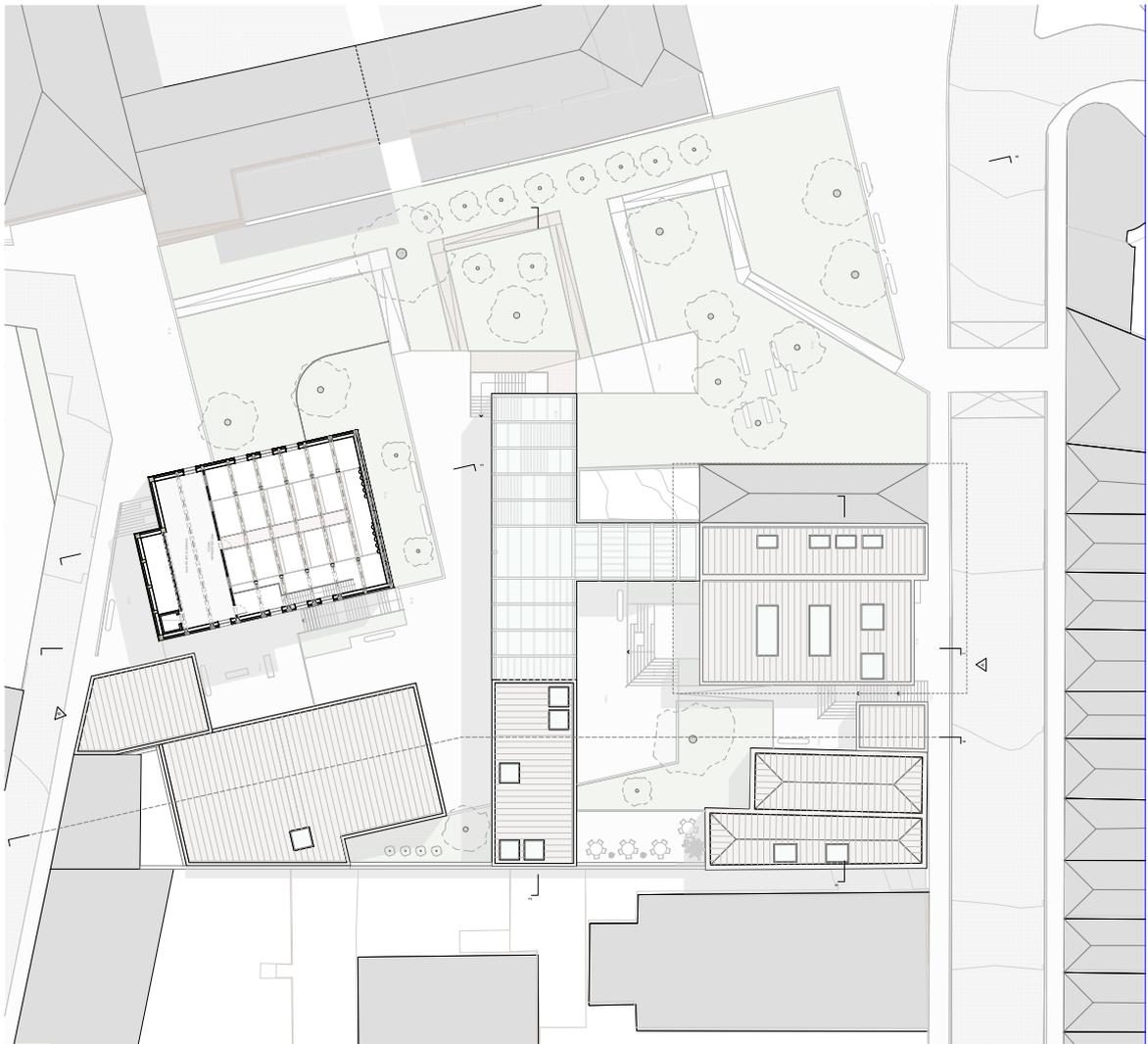
1:200

ALÇADO B

CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	
PLANTA E ALÇADO	1:200
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022
ORIENTADOR	JOSÉ FERNANDO GONÇALVES
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO

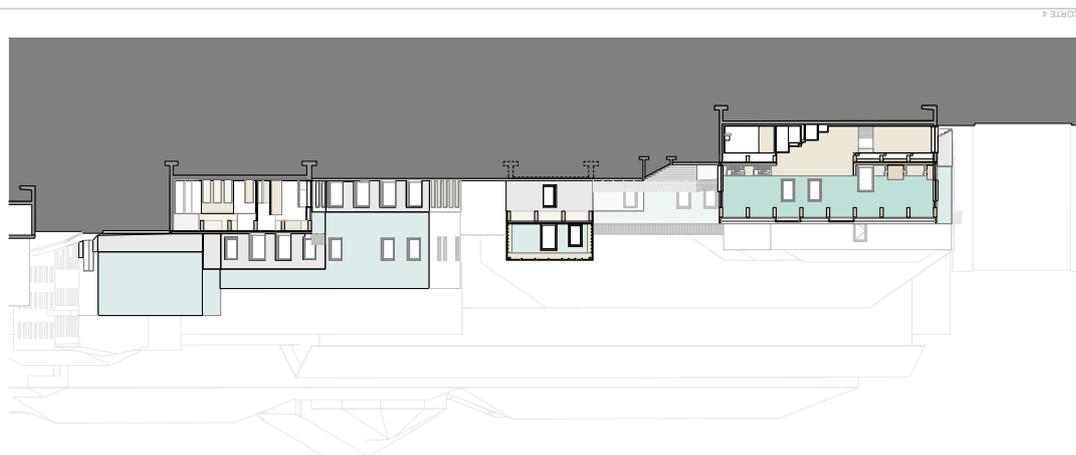
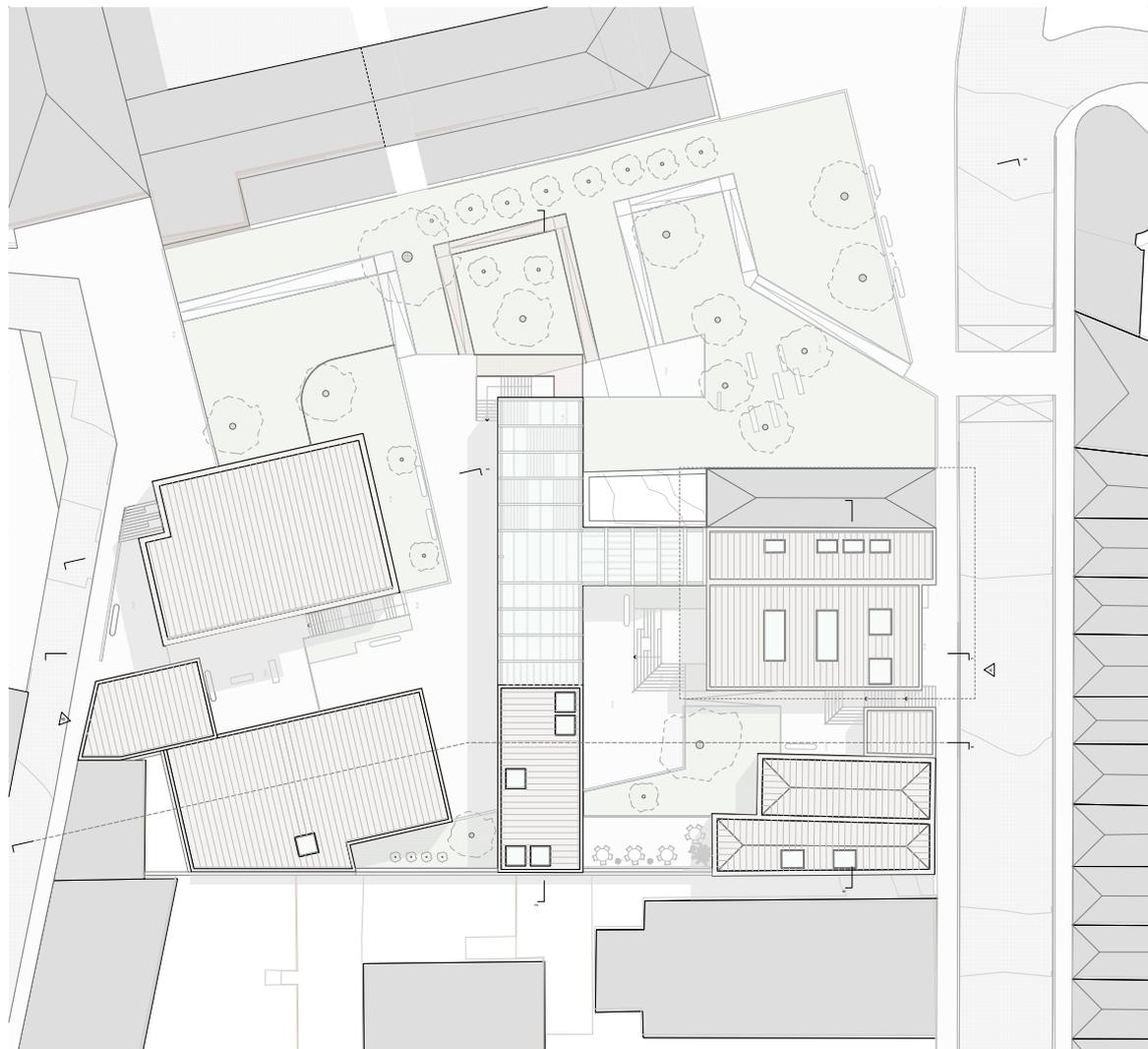
05

11



CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO		06	11
PLANTA E CORTE	1:200		
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022		
ORIENTADOR	JOSÉ FERNANDO GONÇALVES		
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO		





CENTRO DE CONVÍVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	1:200
PLANTA E CORTE	2021 2022
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	JOSÉ FERNANDO GONÇALVES
ORIENTADOR	FREDERICO RIBEIRO
ALUNO	11

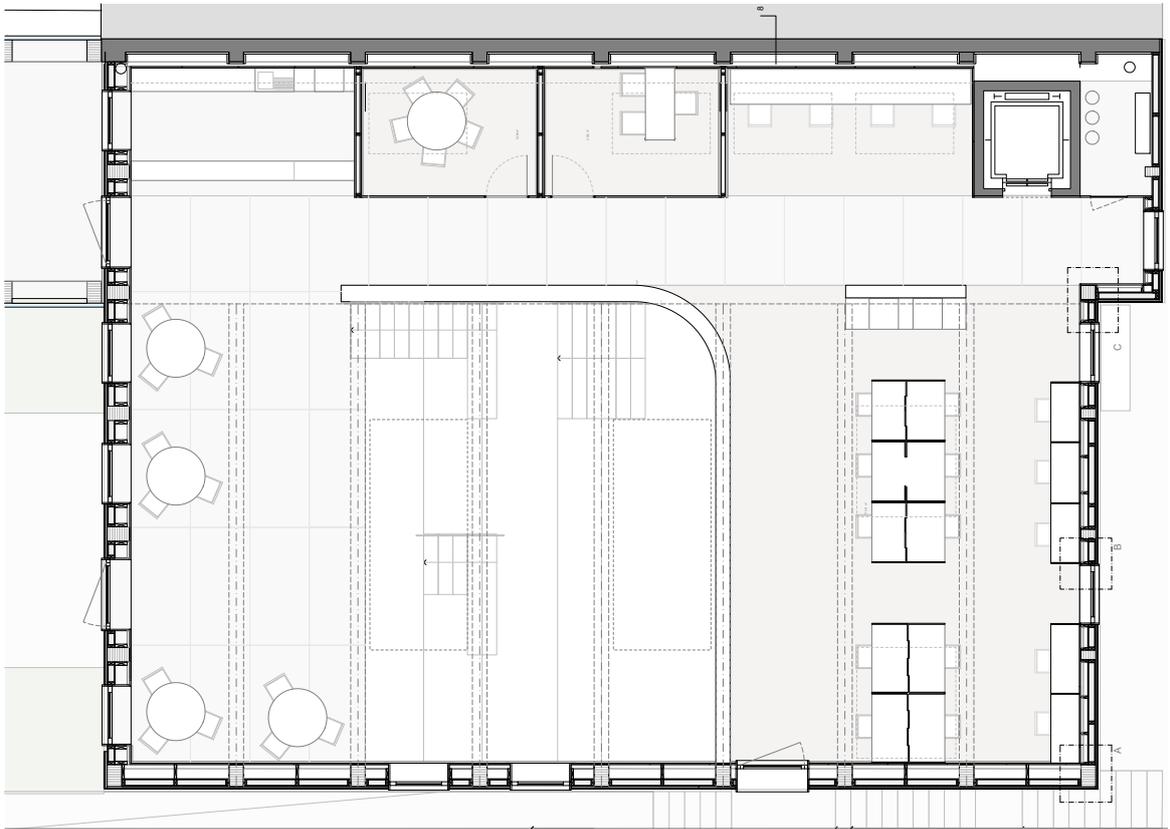
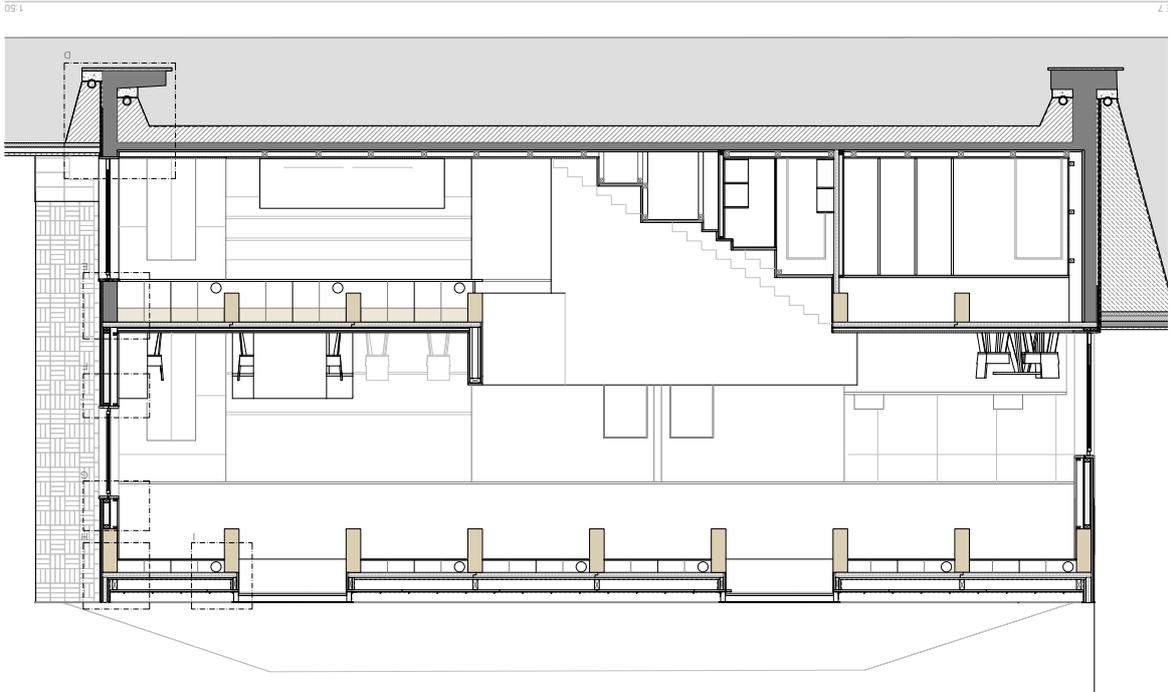
07

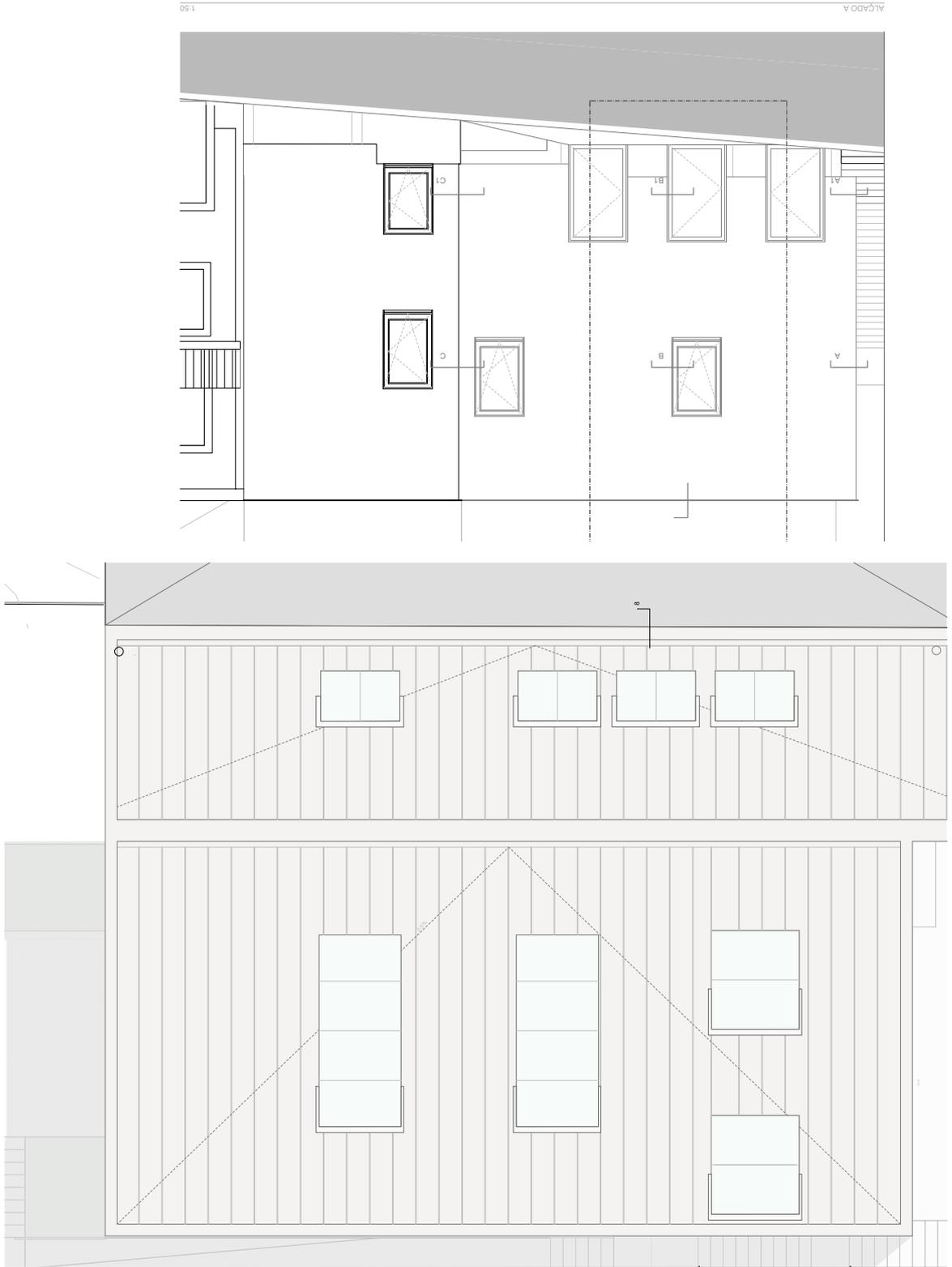


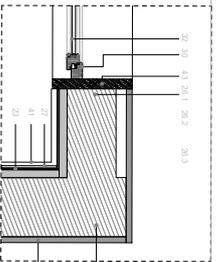
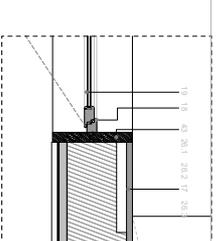
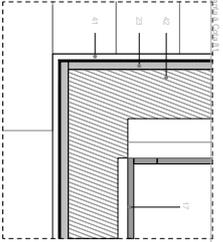
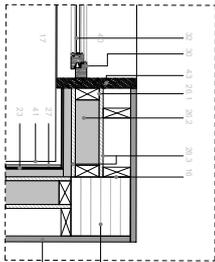
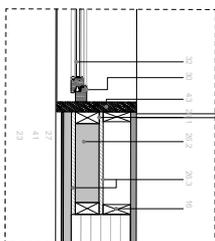
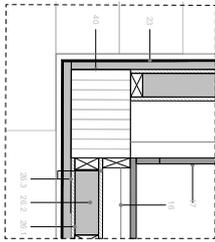
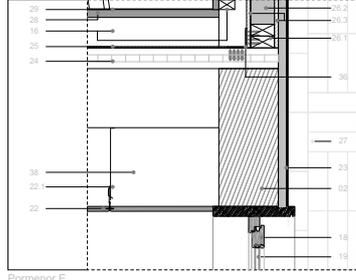
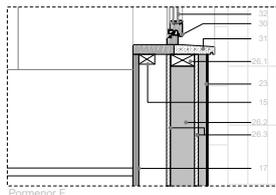
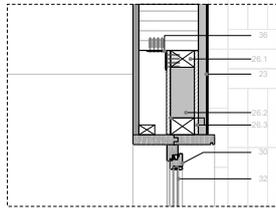
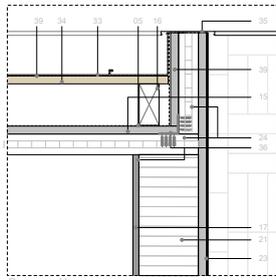
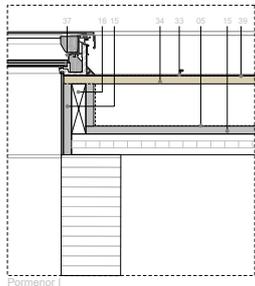
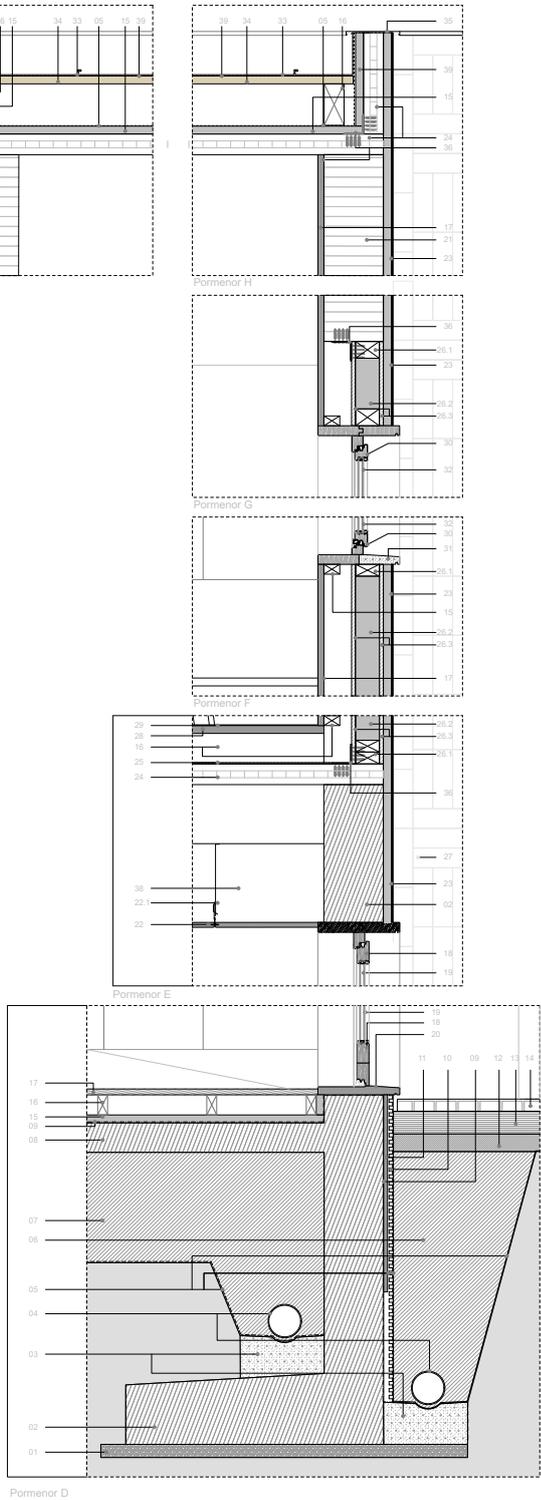


CENTRO DE CONVIVIO DAS FONTAINHAS - PORTO		08
PLANTA E MATERIALIDADE	1:50	
ATELIER "O ESTRANGEIRO"	2021 2022	
ORIENTADOR	JOSE FERNANDO GONÇALVES	
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO	
		11









LEGENDA

- 01. Baldo de Lameza | 02. Baldo Armado | 03. Lado de Dreno em massame de baldo | 04. Tubo de Geotexto | 05. Geotexto | 06. Geotexto | 07. Encastamento | 08. Massame de baldo | 09. Geotexto | 10. Geotexto | 11. Geotexto | 12. Avio grosso | 13. Avio fino | 14. Piso de passeio publico Genio | 15. Cortela Expandida | 16. Ripado de madeira | 17. Vachiment | 18. Chaveira de Madeira (Pora) | 19. Vidro duplo | 20. Chaveira de Madeira (Pora) | 21. Viga de ALU ou Aço | 22. Tubo de PVC | 23. ETCS com Cortela Expandida | 24. C.T. de Aço | 25. Mantas Austica Textil | 26. Estrutura Leve de madeira - 26.1. Madeira de Ripado de Madeira - 26.2. Enchimento de cortela Expandida - 26.3. Estrutura de Madeira | 27. Estrutura de Madeira | 28. Chaveira de Madeira (Pora) | 29. Vidro duplo | 30. Chaveira de Madeira (Pora) | 31. Pavimento de granito | 32. Vidro duplo | 33. Cobertura de Chaminite de Zinco | 34. Placa de forma | 35. Rolo de zinco | 36. Fixador de Estrutura | 37. Chaveira de Chaminite de Aço | 38. Espaço Isotico | 39. Mantas para vapor | 40. Pora de ALU ou Aço | 41. Estrutura Leve de madeira | 42. Pavimento de Baldo Armado | 43. Quatrigão de vidro em madeira

CENTRO DE CONVIVIO DAS FONTAINHAS - PORTO	1-10	
ATELIER "O ESTRANHEIRO"	2021, 2022	11
ORIENTADOR	JOSE FERNANDO GONCALVES	
ALUNO	FREDERICO RIBEIRO	11

Corte

1:10

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO MODELO FÍSICO
CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO

FREDERICO RIBEIRO



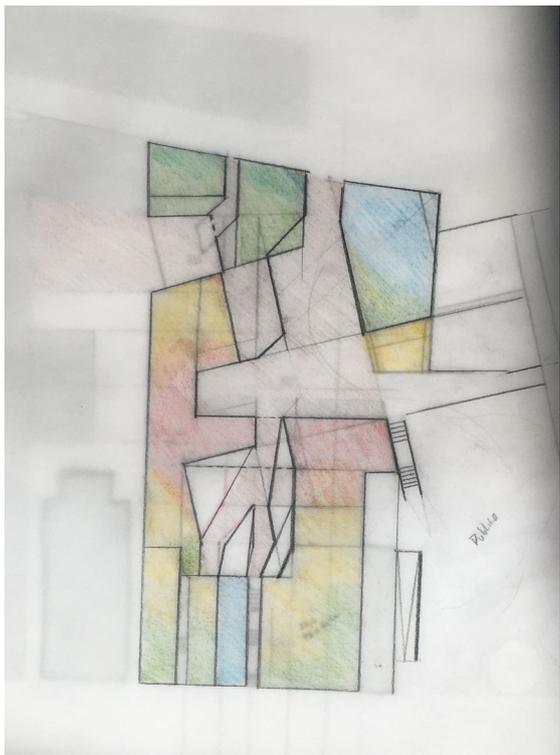
O modelo concebido, visou a representação do sistema construtivo e sua relação com os espaços construídos. A escolha dos materiais foi definida com o objetivo de expressar as diferenças entre os elementos estruturais, de encerramento e acabamento. Dessa forma, alguns materiais representados não correspondem à sua expressão verdadeira em termos de textura, cor e materialidade. Além disso, devido a escala do modelo, alguns elementos de menor expressão foram suprimidos com a finalidade de representar aqueles que possuem maior impacto no edificado no que se refere ao seu volume, massa e densidade.



MODELO EM ESCALA 1:50

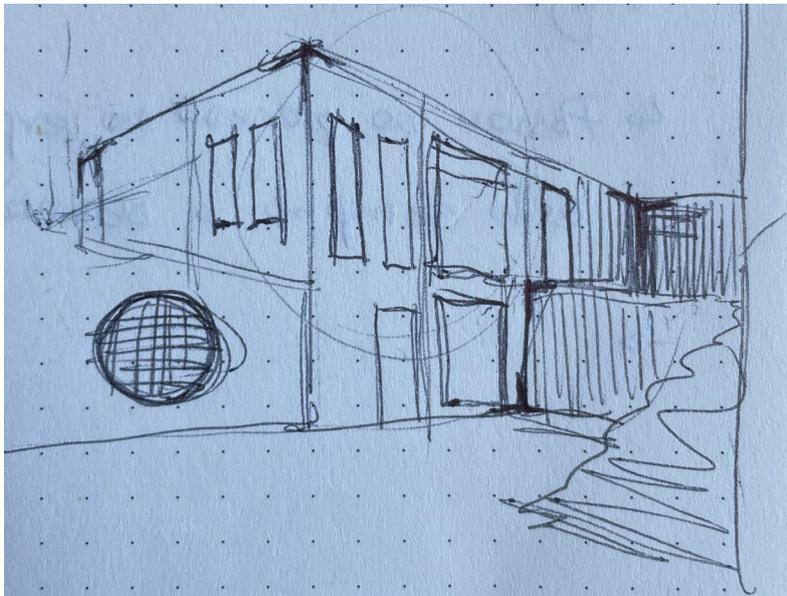
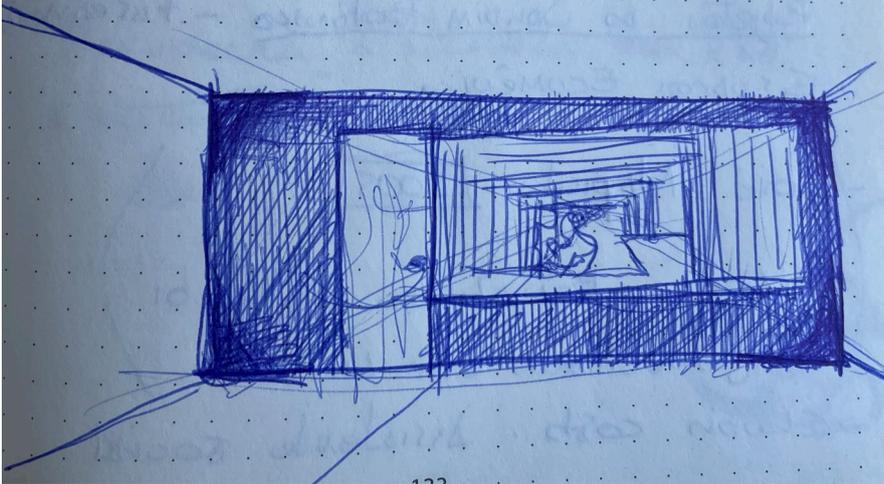






Peter e Allison Simihson
↳ Desenho de casa
Perspectivas.

Pensar nos vistos.





		Área 08 de pavimento do estor pormenorizado (m2)										90							
		Tempo de serviço do edifício (anos)										60							
		quantificação da massa de material										A1-3 (Ciclo de Gate)	A4 (Transporte)	B2 (Manutenção)	A1-A4+B2				
Sentido de Projeto		Qun.	Comp.	Larg.	Alt.	Vol (m3)	Densidade (Kg/m3)	Massa (Kg)	CO2e/Kg	Emissões (CO2e)	Dist (Km)	Tipo	CO2e/Km	Emissões (CO2e)	quantidade de substituição do material	Emissões (CO2e)	Emissões (CO2e)	Potencial de Aquecimento Global (CO2e/m2/ano)	
1 FUNDAÇÕES																			
1.1	Batido para servir em sapatas contínuas de secção em T invertido, C25/30 (XCI F), D12, S3, C1 0,4, fabricado em central, e betonegras desde camião																		
1.1.1	Sapata	2	1,50	5,00	0,30	4,50	1400	6300	1,10	1035	115	Estrada	37	28807				27842	5,16
1.1.2	Batido C12/15 (M3), D12, S3, C1 0,3, fabricado em central e betonegras desde camião, com formação de camada de betão de drenagem e revestimento de betão	1	2,75	5,00	0,10	1,38	1400	1925	0,11	219	115	Estrada	37	8191				8410	1,56
1.1.3	Enrocamento para base de massa de 15 cm de espessura, atirado de portland e acoplamento em camadas de 5 cm, com uma camada de 30 cm de Enrocamento	1	3,66	5,00	0,50	9,15	1300	11895	0,01	62	168	Estrada	37	73939				74001	13,70
1.1.4	Enchimento com brita filtrante não selecionada, em tador de mão, para facilitar a drenagem das águas ondulantes da chuva, com o fim de evitar ointumescimento	1	0,70	5,00	1,20	4,20	1300	5460	0,01	28	168	Estrada	37	33939				33968	4,25
1.1.5	Massa de betão simples de 15 cm de espessura, realizado com betão C12/15 (M3), P10, S3, C1 0,3 e fabricado em central e betonegras desde camião	1	3,64	5,00	0,15	2,70	620	1702	0,11	194	115	Estrada	37	7240				7434	1,38
1.1.6	Drenagem com tela dianteira de estrutura modular de polietileno de alta densidade (PEADHDPE), com nodos de 8 mm de altura, com grelhas de 150x150 mm, com acabamento em pintura de proteção	1	1,50	5,00	0,01	0,06	30	2	1,93	3	241	Estrada	37	16				20	0,02
1.1.7	Drenagem com tela dianteira de estrutura modular de polietileno de alta densidade (PEADHDPE), com nodos de 8 mm de altura, com grelhas de 150x150 mm, com acabamento em pintura de proteção	1	2,50	5,00	0,01	0,10	30	3	1,93	6	241	Estrada	37	27				33	0,01
1.1.8	TOTAL FUNDAÇÕES									1548				150160				151708	26,71
2 CONDIÇÃO DE TERRE																			
2.1	Batido																		
2.1.1	Contenção			10,00	0,25		1120		1,10		50	Estrada	37						
2.1.2	TOTAL CONDIÇÃO DE TERRE																		
3 SUPERESTRUTURA																			
3.1	Panela estrutural de painel de madeira lamelada colada cruzada (CLT), de furação média maior de 6 cm, de 100 mm de espessura, formado por nós																		
3.1.1	Laje Interior 2º piso	2	4,24	5,00	0,10	4,24	490	2078	0,87	1808	71	Estrada	37	5458				7269	1,35
3.1.2	Laje Cobertura	2	4,24	5,00	0,10	4,24	490	2078	0,87	1808	71	Estrada	37	5458				7269	1,35
3.1.3	Panela exterior de estrutura leve de madeira, formada por montantes e travessas de madeira serrada de abeto vermelho (Picea abies) procedente de 2º Floresta	2	3,97	5,00	0,02	0,79	490	389	0,99	385	71	Estrada	37	1022				1407	0,26
3.1.4	Plataforma	3	3,97	0,10	0,12	0,14	490	70	0,87	61	71	Estrada	37	184				245	0,05
3.1.5	Ripado de Madeira	3	2,72	0,10	0,12	0,10	490	45	0,87	42	71	Estrada	37	126				168	0,03
3.1.6	CSB	2	2,72	5,00	0,02	0,54	490	267	0,99	264	71	Estrada	37	700				964	0,18
3.1.7	Mpa de madeira lamelada colada homogênea de abeto vermelho (Picea abies) procedente do Norte e Nordeste da Europa, de 40 mm de espessura, de 2º Floresta	1	0,30	1,10	5,00	1,65	490	809	0,87	703	71	Estrada	37	2124				2827	0,52
3.1.8	1º Piso	1	0,30	0,75	5,00	1,05	490	515	0,87	448	71	Estrada	37	1352				1799	0,33
3.1.9	TOTAL SUPERESTRUTURA									6518				66243				21951	4,06
4 ESTRUTURAS METÁLICAS																			
4.1	Encomenda de I, L e conforme recomendações do fabricante, pormenores do Projeto e Especificações do Caderno de Encargos.																		
4.1.1	Isolação 1			0,50	0,19		1120		1,10		50	Estrada	37						
4.1.2	TOTAL ESTRUTURAS METÁLICAS																		
TOTAL ESTRUTURA/m2/ANO																			
CONSTRUÇÃO CIVIL																			
5 ISOLAMENTOS																			
5.1	Isolamento térmico pelo exterior de fachadas, de Estrutura leve de madeira, com sistema ETICS, composto por: painel de aglomerado de cortiça expandida, de 40 mm de espessura, Sistema ETICS Cook	1	9,00	5,00	0,02	45,00	30,38	110	4050	-4,10	-30195	318	Estrada	37	58240	1	28047	56093	10,39
5.1.1	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.2	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.3	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.4	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.5	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.6	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.7	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.8	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.9	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.10	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.11	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.12	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.13	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.14	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.15	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.16	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.17	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.18	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.19	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.20	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.21	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.22	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.23	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.24	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.25	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.26	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.27	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.28	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.29	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.30	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.31	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.32	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.33	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.34	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.35	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.36	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.37	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.38	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.39	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.40	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.41	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.42	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.43	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.44	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.45	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.46	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.47	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.48	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.49	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.50	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.51	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.52	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.53	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		
5.1.54	Isolamento térmico de origem vegetal intermediado em painéis divisórias																		

CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO I

FCTUC - DARQ | Construção do Edificado I | 2021/2022 | Docente: Jorge Carvalho
Discente: Frederico Real Martins Ribeiro | Número de Estudante: 2017103170

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

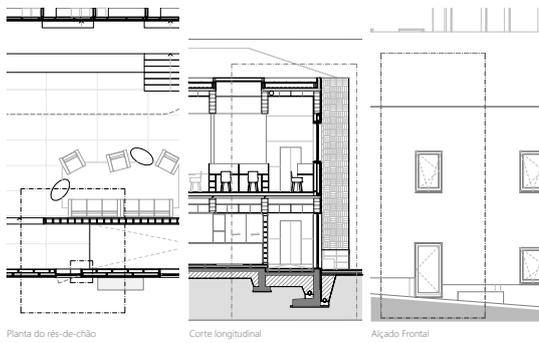
O projeto do centro de integração e expressão cultural das Fontainhas desenvolve-se com o objetivo de estabelecer uma maior integração urbana através dos desenhos dos espaços e da volumetria. Além disso, propõe uma abordagem sensorial e material que se aproxima da escala humana, por meio da adoção de um sistema estrutural de madeira, que também se relaciona em parte com a cultura construtiva da cidade do Porto e de elementos de revestimento como o azulejo, afim de gerar reconhecimento e experiências relacionadas com a cultura material da envolvente.

Além das intenções urbanas e sensoriais, o aspecto ambiental foi considerado no desenvolvimento do projeto e suas características construtivas. Sendo assim, foi refletido sobre o ciclo natural do material e seu possível reuso após o término do ciclo de vida do edificado. A madeira como elemento estruturante do projeto permite, em diferentes fases de seu processamento, se apresentar de formas variadas. A intencionalidade do seu uso em larga escala e de diversas formas, se baseia na ideia de produção em cadeia acompanhando os níveis de execução do projeto e o aproveitamento extremo de uma única energia primária incorporada. Além de fazer uso dos derivados da matéria prima com suas respectivas capacidades estruturais ou de acabamento.

FASES DO CICLO DE VIDA DO EMPREENDIMENTO



PLANTA E CORTES DO SETOR PORMENORIZADO | 1:100



PALETA DE MATERIAIS



GEOGRAFIA MATERIAL



ANÁLISE DO IMPACTO CLIMÁTICO DO SETOR PORMENORIZADO

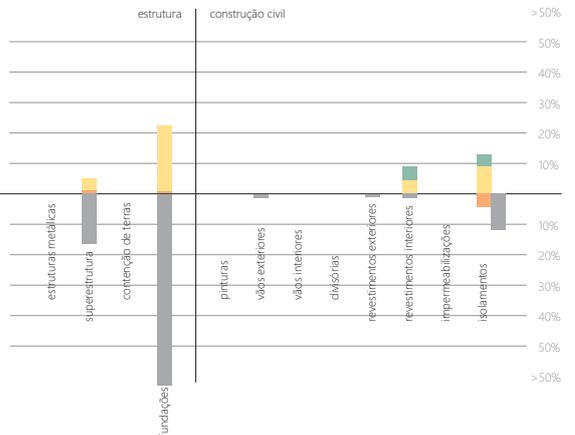
fases do ciclo de vida: A1-A3 A4 B2

IMPACTO CLIMÁTICO (kg CO₂) / TOTAL DO SETOR PORMENORIZADO (%)
parcelas da obra que representam menos de 2% do impacto climático total da obra setorial pormenorizado não são representados
impacto climático total do setor pormenorizado: 388.78 CO₂e/m²/ano

PESO (t) / TOTAL DO SETOR PORMENORIZADO (%)
parcelas da obra que representam menos de 1,5% do peso total do setor pormenorizado não são representados
peso total do setor pormenorizado: 31.35 t

■ peso (t) / total do setor pormenorizado (%)

TEMPO DE SERVIÇO PREVISTO DO EDIFÍCIO: 60 anos



| Bibliografia

- ALA.rquitectos: Casa Acreditar Porto. (2017, janeiro 25). [Architectural]. Divisare. <https://divisare.com/projects/335841-ala-rquitectos-joao-morgado-casa-acreditar-porto>
- Alves, J. (1988). *O Porto na Época dos Almadás: Arquitetura. Obras públicas*. Porto : CMP.
- Arquiteturas: Sesc Pompeia. (2015). [Documentário]. Sesc TV.
- Bauman, Z. (2004). *Identidade, Entrevista a Benedetto Vecchi* (C. A. Medeiros, Trad.).
- Bauman, Z. (2005). *Confiança e Medo na Cidade*.
- Bauman, Z. (2016). *Estranhos à Nossa Porta* (C. A. Medeiros, Trad.; 1o). Po.
- Câmara Municipal do Porto. (2021a). *Plano Melhoramentos, 1881*. Porto. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1881
- Câmara Municipal do Porto. (2021b). *Reduzir as assimetrias sócio-espaciais, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano policêntrico e eliminando fatores de estigmatização*. Porto. Plano Diretor Municipal. <https://pdm.cm-porto.pt/reduzir-assimetrias-s%C3%B3cio-espaciais-com-um-modelo-urbano-polic%C3%AAntrico-e-elimina%C3%A7%C3%A3o-de-fatores-de-estigmatiza%C3%A7%C3%A3o/>
- Carreiras, M. G. (2018). *Integração Socioespacial Dos Bairros De Habitação Social Na Área Metropolitana De Lisboa: Evidências De Micro Segregação*. *Finisterra*, vol. 53 n.o 107 (2018). <https://doi.org/10.18055/FINIS11969>
- Caruso, A. (2001). *The Emotional City*. *Quaderns*, 228, 8–13.
- Censo 2011. (2011). Instituto Nacional de Estatística.
- Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual (Jorge Zahar Editor). (2003).
- Costa, A. A., Costa, A. C., & Fernandez, S. (2019). *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia*. S. Victor (1o). Tinta da China.
- Cross Laminated Timber: Detalhes Construtivos. ([s.d.]). CrossLam Brasil.

Cullen, G. (1961). Paisagem Urbana. Edições 70.

de Almeida, B. G. ([s.d.]). Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração. 183.

de Matos, F. L. (2001). A Habitação no Grande Porto—Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio [Universidade do Porto]. https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=27811&pi_pub_r1_id=

de Matos, F. L., & Rodrigues, R. M. (2009, janeiro). AS ILHAS DO PORTO: Lugares de Resistência. 1(Observatório: REvista Eletrônica de Geografia), 33 a 57.

de Sousa, A. (1995). Tempos Medievais. Em História do Porto (2o, p. 118–252). Porto Editora.

Deplazes, A. (2005). Constructing Architecture: Materials Processes Structures.

Diário Oficial (Decreto de Lei no 40616). (1956). Ministério das Obras públicas. <https://files.dre.pt/1s/1956/05/10800/06290633.pdf>

Direção-Geral da Acção Social (Org.). (2000). Centro Comunitário (Guiões Técnicos, No 15). Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

dos Santos, C. N. F. (1988). A Cidade como um Jogo de Cartas. Editora Universitária.

Fernandes, F. B. (1996). Transformação e permanência na Habitação portuense: As formas da casa na forma da cidade. Universidade do Porto.

Ferreira, M. J. (2018). A Urbanização das Fontaínhas Século XVIII-XIX. Universidade do

Porto.

Filho, J. A., & Dias, A. ([s.d.]). Conhecendo Sobre Cross Laminated Timber (CLT). CrossLam Brasil.

Giner, C. (2019). Barcelona Saturada de Turistas. <https://pt.euronews.com/2019/07/23/barcelona-saturada-de-turistas>

Gonçalves, A. C. ([s.d.]). Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. 18.

Gonçalves, L. carlos. (2012). Projeto de Estruturas em Madeira Lamelada Colada. Técnico Lisboa.

Guedes, R. (2010). Reabilitação de uma Estrutura de Alvenaria de Pedra. Universidade do Porto.

Gupta, A., & Ferguson, J. (1992). Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. *Cultural anthropology* 7, 6–23.

Hertzberger, H. (2000). *Space and The Architect: Lessons in Architecture* 2.

Hertzberger, H. (2005). *Lessons for Students in Architecture* (5o). 010 Publishers.

Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo—31 de dezembro 2020. (2021). ENIPSSA.

Jacobs, J. (1961). *Vida e Morte das Grandes Cidades*.

Lages, M. F., & Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (2006). Os imigrantes e a população portuguesa: Imagens recíprocas. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Edições 70.
- Mitchell Tada, G. (2021). *Da Roma Antiga a Contemporaneidade: A Evolução das Estufas* (C. Sbeghen, Trad.). *The Dirt*.
- Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2011). *Arquitetura e Política. Ensaio para Mundos Alternativos* (1o). Editorial Gustavo Gili.
- Moreira, T., & Leonelli, G. (2016). *Entre novas territorialidades*. *vitruvius*, 3.
- Oliveira, C. (2021). *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2021* (Observatório das Migrações: Imigração em Números). Alto Comissariado para as Migrações.
- Pallasmaa, J. (2017). *Habitar* (1o). Editorial Gustavo Gili.
- Pallasmaa, J. (2018). *Essências*. Editorial Gustavo Gili.
- Priberam. (2008). *Em Cultura. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*.
- Ramos, L. A. (Org.). (1995). *História do Porto* (2o). Porto Editora.
- Santos, B. ([s.d.]). *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*.
- Segundo Tempo: Sesc Pompeia 30 anos*. ([s.d.]). TV Cultura.
- Seixas, P. (2008). *Entre Manchester e Los Angeles*. edições Universidade Fernando Pessoa.
- Serén, M. do C., & Pereira, G. (1995). *O Porto Oitocentista*. Em *História do Porto* (2o, p. 378–521).
- Silva, A. (1995). *As Origens do Porto*. Em *História do Porto* (2o, p. 44–116). Porto Editora.
- Siza, Á. (1976). *A Ilha Proletária Como Elemento Base Do Tecido Urbano*. Em *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia S. Victor* (1o, p. 32–47). Tinta da China.